

LEVAR O PAÍS A SÉRIO



deBatEs#3

XIII CONVENÇÃO

27

28

MAIO

PAVILHÃO CASAL VISTOSO

LISBOA

ÍNDICE

Proposta de Regimento para a XIII Convenção	4
Ordem de trabalhos	7
Propostas de alteração aos estatutos	9
Moção A: Uma força, muitas lutas	24
Propostas de alteração à Moção A rejeitadas	42
Moção E: Um Bloco plural para uma Alternativa de Esquerda – um desafio que podemos vencer!	46
Plataformas Políticas Locais	59
Informação útil	84
Planta da Convenção	86

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2023



PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

DATA, LUGAR E LEMA

1. A XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 27 e 28 de maio de 2023, no Pavilhão do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, sob o lema “**Bloco de Esquerda Levar o país a sério!**”

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social, os/as aderentes, simpatizantes e convidados do Bloco de Esquerda.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.
7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XIII Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 09h30 de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às **21h00m** de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

b) A Mesa da Convenção pode propor a prorrogação dos trabalhos por mais 60 minutos.

9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.
10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para interven-



ções das/os suas e seus delegadas/ os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

- a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;
 - b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 75% do tempo global de debate;
 - c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.
17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/ os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.
 18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.
 19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
 20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.
 21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e subme-

tidas a votação quando subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

22. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.
 - a) As votações em alternativa permitem o voto de abstenção.
24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.
 - a) A votação final das moções terá início às 12h de domingo.
25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.
26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no deBatEs#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.
27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.



ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.
29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.
30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h do primeiro dia de trabalhos até às 11h da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.
31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.
32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 7 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.
33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.
34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.
35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.
36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.



ORDEM DE TRABALHOS

SÁBADO

11h00 | Início dos trabalhos

- apresentação e votação do relatório da COC
- apresentação e votação do Regimento da Convenção
- instalação da Convenção Nacional

11h15 | Eleição da Mesa

11h30 | Alocução de abertura da Convenção

11h50 | Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração

14h30 | Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação

17h00 | Abertura das urnas para eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

DOMINGO

11h00 | Encerramento das urnas para eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

12h00 | Votação final das Moções de Orientação Política

12h30 | Sessão de Encerramento





**PROPOSTAS
DE ALTERAÇÃO
AOS ESTATUTOS
DO BLOCO
DE ESQUERDA**



(PONTOS NOVOS OU COM ALTERAÇÕES ESTÃO A **NEGRITO**)

ARTIGO 1º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãos que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

convergentes de cidadãos e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial, de género, de orientação sexual, **de identidade de género, expressão de género e características sexuais**, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.

3 - (...)

ARTIGO 2º

SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do Movimento, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.



PROPONENTE: MESA NACIONAL

ARTIGO 1º: DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - (...)

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições

ARTIGO 3º

ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiação. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.

8 - A ausência de contacto de aderente é certificada pelas coordenadoras concelhias ou, na sua falta, pela coordenadora distrital/regional ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, se não se contabiliza nenhum pagamento de quota, é registada a caducidade da adesão.

9 - A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de cinco em cinco anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.



ARTIGO 3º: ADERENTES

1 - (...)

2 - (...)

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes **os Núcleos ou, na sua ausência**, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Region-

ais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

Subscrevem: Elisabete Susana Vieira da Carvalho, Pedro Miguel Pereira Faria Jorge Duarte Chaves Magalhães, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, Marina Teodoro Romana, Carla Liliana Pais Pires Quintas, Sérgio Alfredo Conceição da Silva e Sousa, Francisco Alves Silva Ramos, Vítor Manuel Mendes Pires, Miguel Afonso Martins, Rui Manuel Lourido Nóvoa, Sónia Paula Magalhães Garrido Sousa, Manuel Perfeito Santos Moreira da Silva, Diogo Morais Teixeira, José Pedro Fernandes, Paulo Jorge Sousa Guimarães, Fernanda Maria dos Santos Salgado, Amândio Paulo Ribeiro Barbosa, Elsa Mónica Vieira de Moura Silva, António Ribeiro Teixeira, Florentino Paulo Mota da Silva, Dina Nunes.



ARTIGO 3º: ADERENTES

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - Cada aderente vincula-se **ao concelho e distrito correspondente ao seu recenseamento eleitoral, ou residência em caso de menoridade, podendo, contudo, requerer mudança para o concelho em que trabalhe ou estude**. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amaru Mestas, André Marques, António Pereira, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

ARTIGO 4º DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas atividades;



- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral;
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;
- d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;
- e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento;
- f) Intervir e participar nas organizações de carácter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.



PROPONENTE: MESA NACIONAL

ARTIGO 4º: DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

- 1 - (...)
- 2 - (...)

3 - [NOVO] Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.



ARTIGO 4º: DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

- 1 - (...)
- 2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual **quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.**

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Lopes Tomás de Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Carlos Lopes, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto, Luis Gomes, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Manuel Carlos Silva, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.



ARTIGO 4º: DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

- 1 - (...)
- 2 - (...)

3 - [NOVO] O/A funcionário/a do partido, só poderá ser despedido/a com base nas conclusões de um rigoroso inquérito sobre o não cumprimento das funções que lhe estão atribuídas.

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Lopes Tomás de Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Carlos Lopes, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto, Luis Gomes, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Manuel Carlos Silva, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

ARTIGO 5º RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

- 1 - São responsabilidades das e dos aderentes:
 - a) Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;
 - b) Cumprir os Estatutos;
 - c) Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil,

podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

VOTO 07

ARTIGO 5º: RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

1 - (...)

2 - (...)

3 - [NOVO] As e os aderentes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos coletivos sujeitos à decisão democrática dos respetivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código ético aprovado em Mesa Nacional.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes

ARTIGO 6º SANÇÕES

1 - Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência;
- b) Suspensão de direitos até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;
- c) Suspensão de direitos, automática e provisória, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral de outro partido concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo, prévio à exclusão.
- d) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas

é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

- a) A nenhuma ou a nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvida ou ouvido.

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

- a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;

b) O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.

- a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;
- b) É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.



VOTO 08

PROPONENTE: MESA NACIONAL

ARTIGO 6º: SANÇÕES

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) Suspensão de direitos, automática e provisória, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral de outro partido concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo, prévio à exclusão.

VOTO 09

ARTIGO 6º: SANÇÕES

1 - (...)

2 - A competência de aplicação destas medidas é da **Comissão de Jurisdição**, por iniciativa **da Mesa Nacional** ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) (...)

3 - (...)

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela **Comissão de Jurisdição**.

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até 60 dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da **Comissão de Jurisdição**;

b) (...)

5 - (...)

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patro-

cínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

VOTO 10

ARTIGO 6º: SANÇÕES

1 - (...)

2 - (...)

3. (...)

a) (...)

b) O recurso da sanção **tem** efeito suspensivo **até trânsito em julgado do respetivo processo de inquérito**.

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada por o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados por **2/3** da Mesa Nacional.

a) (...)

b) (...)

5 - (...)

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Marques, Carlos Matias, Carlos Lopes, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto Luis Gomes, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Manuel Carlos Silva, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes, Tomás Jesus.

ARTIGO 7º ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) A Convenção Nacional;

b) A Comissão de Direitos;

c) A Mesa Nacional;

d) A Comissão Política;

- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.



ARTIGO 7º: ÓRGÃOS

1 - (...)

2 - [NOVO] O Bloco de Esquerda é um projeto coletivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência de órgãos unipessoais. Assim, não tem coordenador ou coordenadora, secretário-geral ou secretária-geral a qualquer nível da sua organização.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves



ARTIGO 7º: ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) (...)
- b) (...)
- c) **Comissão de Contas**
- (...)

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso,

Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.



ARTIGO 7º: ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) (...)
- b) (...)
- c) **Comissão de Jurisdição**

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 8º CONVENÇÃO NACIONAL

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento das e dos aderentes.



VOTO 14

ARTIGO 8º: CONVENÇÃO NACIONAL

1 – (...)

2 – O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado **pela Comissão Organizadora da Convenção, ouvida a Mesa Nacional.**

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

VOTO 15

ARTIGO 8º: CONVENÇÃO NACIONAL

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – (...)

6 – **[NOVO] A Convenção Nacional elege a Comissão Organizadora da Convenção seguinte através de listas propostas por delegados que não estão diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.**

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

ARTIGO 9º COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;
- Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.
- Sugerir, sempre que possível, os procedimentos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.

VOTO 16

ARTIGO 9º: COMISSÃO DE DIREITOS

1. (...)

2. **[NOVO] A Comissão de Direitos é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados que não estejam diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.**

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

VOTO 17

ARTIGO 9º: COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) (...)

b) **Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;**

Subscvem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.



[NOVO] ARTIGO 10º: COMISSÃO DE CONTAS

1 - **A Comissão de Contas é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:**

a) **Analisar e pedir esclarecimentos sobre as contas do Movimento;**

b) **Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento.**

2 - **A Comissão de Contas é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados que não estejam diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.**

3- **Os membros da Comissão de Contas não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.**

Subscvem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.



[NOVO] ARTIGO 10º: COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

1 - **A Comissão de Jurisdição é o órgão eleito em**

Convenção Nacional que tem como competências:

a) **Designar as Comissões de Inquérito;**

b) **Decidir sobre as medidas disciplinares aplicadas às e aos aderentes que violem os Estatutos.**

2 - **A Comissão de Jurisdição é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados que não estão diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.**

3- **Os membros da Comissão de Jurisdição não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.**

Subscvem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, , Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 10º MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 60% de membros que não sejam funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e o seu eventual pagamento faseado.

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e às A.L.R., no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

7 - Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

8 - Compete à MN aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu.

9 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos.



PROPONENTE: MESA NACIONAL

ARTIGO 10º: MESA NACIONAL

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias distritais e regionais **e da Comissão Política**, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e às A.L.R., no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. **Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional.** As Assembleias Distritais e Regionais podem requere-

rer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

ARTIGO 11º COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

ARTIGO 12º ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as



listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

6 - As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela MN.

VOTO 21

ARTIGO 12º : ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - (...)

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, **salvo o disposto no artigo seguinte.**

3 - **[NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora, assegurando de forma coletiva a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.**

4 - (...)

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soaraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 13º COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do Movimento no respetivo âmbito e, de acordo com a política do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.

a) As eleições para as Coordenadoras

Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição das e dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

VOTO 22

ARTIGO 13º: COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - **[NOVO] O orçamento nacional do Movimento prevê verbas que assegurem o funcionamento próprio das Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais, que são transferidas diretamente para cada um dos órgãos.**

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Manuel Tomás Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Luis Gomes, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

ARTIGO 14º ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela



Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.

3 - As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

23

[NOVO] ARTIGO 15º: LIMITAÇÃO DE MANDATOS

1- **O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**

2 - **O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**

3- **O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.**

4 - **As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XIII Convenção do Bloco.**

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

ARTIGO 15º DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.

2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.

3 - É obrigatória a publicação dos resultados

eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.

4 - As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco.

24

ARTIGO 15º: DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - **[NOVO] As e os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.**

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 16º NÚCLEOS

1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - Nas atividades do Núcleo podem participar não-aderentes.



VOTO 25

ARTIGO 16º: NÚCLEOS

1 - (...)

2 - A constituição dos Núcleos, **nos termos do número anterior, é ratificada pela** Comissão Coordenadora Concelhia respetiva, ou na ausência desta, **pela** Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, **desde que não se sobreponha a outros pré-existentes no âmbito do mesmo bairro, empresa, freguesia ou concelho.**

3 - (...)

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Manuel Tomás Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Luis Gomes, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

ARTIGO 17º REFERENDOS

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.

2 - O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.

3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

4 - A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.

5 - 150 aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.

7 - Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.

8 - As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

VOTO 26

ARTIGO 17º: REFERENDOS

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a **250** aderentes.

2 - (...)

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Manuel Tomás Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Luis Gomes, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

ARTIGO 18º GRUPOS DE TRABALHO

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou setoriais aos quais apresentam conclusões.

2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

ARTIGO 19º CONFERÊNCIAS NACIONAIS

1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de caráter específico.

2 - As Conferências Nacionais são abertas a todas e todos os aderentes do Movimento.

ARTIGO 20º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos das e dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

VOTO **27**

PROPONENTE: MESA NACIONAL

ARTIGO 20º: SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (...)

a) (...)

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de **40/60**.

VOTO **28**

PROPONENTE: MESA NACIONAL

ARTIGO 20º: SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) **[NOVO] Na elaboração das listas, como em toda a atividade do Bloco, é respeitada a autodeterminação e identidade de género de cada aderente.**

ARTIGO 21º

FINANÇAS

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesoureira ou Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito a ratificação pela Mesa Nacional.

b) As Tesoureiras e os Tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

ARTIGO 22º

CASOS OMISSOS

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.



MOÇÃO A
UMA FORÇA,
MUITAS LUTAS



UMA FORÇA, MUITAS LUTAS

A maioria absoluta do PS é um governo de desgaste rápido que mantém privilégios e opacidade enquanto agrava a desigualdade e o empobrecimento do povo. Os riscos da situação mundial impõem rupturas sistêmicas e políticas de garantia e estabilização das condições de vida. A solução para este aparente paradoxo é construída, por toda a Europa, na proposta da esquerda e na ligação das lutas.

I. UMA VIDA BOA PARA TODAS AS PESSOAS

1. Uma vida boa para todas as pessoas, sem exceção: eis a aspiração que nos move. Casa confortável, trabalho com direitos, serviços públicos de qualidade, tempo para desfrutar a vida num planeta habitável, acesso à cultura, bem-estar individual e coletivo: viver bem requer condições materiais para uma existência digna e é mais do que isso. É autodeterminação sobre o que queremos ser, é a liberdade e o respeito pelas nossas escolhas. É cuidado e interdependência. É a segurança do futuro, do salário e da pensão. É a tranquilidade de um lugar no mundo que não depende da competição contra outros ou da tirania do mercado. É a partilha dos bens comuns e da democracia que decide, a essência do socialismo. Cinquenta anos depois do 25 de abril, reafirmamos a nossa determinação em atualizar e expandir esse projeto maior de liberdade, em todas as esferas.

2. Este projeto choca com o poder dos donos disto tudo, que reservam para si o privilégio de uma boa vida, através da imposição de um modelo de desigualdades e exploração. O medo é a arma deste poder, que toma para si os resultados de um crescimento económico e de uma produção de riqueza sem precedentes e que condena o mundo ao colapso climático e à desagregação social. A promessa de prosperidade feita aos povos pela globalização neoliberal era falsa. A competição liberal é uma praga que produz uma sociedade doente.

3. O mundo produz conhecimento e riqueza suficientes para resolver todos os seus problemas. TT

odavia, exploração, precariedade e baixos salários, pobreza e degradação dos serviços públicos, produção assente em energias fósseis e exaustão da natureza, tudo isso são políticas feitas de elites para elites, sob o signo da acumulação do capital e da chantagem da crise permanente, justificadas pela retórica que apresenta o bem-estar como um prémio para pouca gente. O capitalismo é uma máquina de destruição das nossas vidas e impõe a miséria à maioria.

4. É na ruptura com estas falsas inevitabilidades que se ergue a luta pela justiça social, pelo direito a uma vida boa para a todas as pessoas. **A esse plano democrático, a esse mundo organizado na base dos seus bens comuns, a essa possibilidade de futuro compatível com os limites do planeta, a essa alternativa à exploração e à desigualdade, a essa liberdade para todas as pessoas, damos um nome: socialismo.**

II. O NEGÓCIO DA CRISE

5. Nenhum dos perigos radicais que assolam a humanidade é de origem natural.

6. No pós crise financeira, a recuperação das taxas de rentabilidade do capital fez-se através do acesso a dinheiro barato, concedido pelos bancos centrais e que alimentou novas bolhas especulativas. Bens e serviços essenciais (alimentos, cuidados de saúde ou habitação) são atraídos na voracidade dessa dinâmica, da

qual Portugal é um caso de estudo. **A transformação da habitação num ativo financeiro fez com que o seu preço duplicasse em menos de uma década, tornando-a um custo incomportável para a maioria da população.** Apesar das promessas do Governo, pagar uma casa para viver tornou-se num fator de empobrecimento generalizado, de deslocação forçada e mesmo de pobreza. A habitação é a prova de que o liberalismo é uma selva onde não há lugar à justiça ou à igualdade. **Não se corrige esta dinâmica destruidora sem limitar a especulação, proteger o arrendamento e limitar rendas, desglobalizar fluxos financeiros, fechar offshores, impor o controlo público da banca e regras estritas contra especulação imobiliária.**

7. A crise climática é filha da opção, consciente desde há décadas, por modelos de produção energética, transporte e consumo, de deflorestação e de pecuária intensiva que provocam alterações climáticas irreversíveis

8. O risco nuclear é exponenciado pela guerra na Ucrânia, que resulta do ataque pelo expansionismo russo com o objetivo declarado de restabelecer as fronteiras do império czarista e anular a independência daquele país.

9. A guerra tornou-se o pretexto para reforçar a militarização da Europa sob o comando da NATO, enquanto se assiste à proliferação de governos de perfil nacionalista imperial em diversas potências regionais.

10. O risco pandémico persiste, associado à ação humana, seja na origem (desflorestação ou produção intensiva de proteína animal favorecem formação e propagação de novas doenças), seja no atraso do combate sanitário (mantendo as vacinas sob patente privada).

11. Nesta policrise capitalista, há vencedores e vencidos. **As promessas neoliberais de prosperidade partilhada são propaganda ao serviço da concentração de riqueza e poder e de uma precarização estrutural. Um mundo desigual acende medos e ressentimentos. A nossa alternativa constrói-se sobre um projeto de justiça e solidariedade, esperança e transformação.**

III. POR UMA VIRAGEM NA EUROPA

12. Projeto de poder das transnacionais e das elites financeiras dos países do norte do continente, a União Europeia confronta-se com os limites impostos pelos seus tratados. Em face da pandemia e da guerra, além da colagem militarista a Washington e do abandono das metas climáticas de Paris, manteve-se a resposta social em patamares baixos face às novas necessidades, mesmo estando suspensas algumas das regras do Tratado Orçamental. Agora, **as instituições europeias vão regressando às respostas austeritárias: uma política monetária crescentemente restritiva, com efeitos na economia e finanças públicas (mais graves nos países sobreendividados) e uma revisão das regras de governação que mantém e aumenta todos os problemas dos tratados**, piorando o quadro sancionatório e conferindo maior arbitrariedade à Comissão para pressões sobre despesa pública. É necessário criar os alicerces de uma outra Europa, que substitua os atuais tratados por política de efetiva cooperação, livre da chantagem das dívidas soberanas, que devem ser reestruturadas.

13. Este impasse europeu é também o palco de uma disputa entre a extrema-direita (que já governa em países como a Itália, a Polónia e a Hungria) e o liberalismo de centro e de direita (que resiste com dificuldade crescente nos países centrais da União, a Alemanha e a França). Com raras exceções, a relação de forças degradou-se contra a esquerda.

14. A NATO protagonizou agressões ao serviço dos interesses norte-americanos, na Síria, Jugoslávia ou na Líbia e, tendo sido derrotada no Afeganistão pelos seus antigos aliados talibãs, conseguiu recuperar a iniciativa com o alargamento do seu âmbito muito além dos Estados membros, em particular na Europa de Leste.

15. A existência de uma hegemonia global dos EUA não altera a natureza imperialista da agressão russa à Ucrânia, que o Bloco condenou com a mesma clareza com que, ao longo dos anos, denunciou o regime de Putin. Deste, a esquerda nada pode esperar senão a ditadura oligárquica e a aventura belicista. O

Kremlin contribuiu para o reforço da NATO e da estratégia norte-americana de confrontação com a China e subordinação da Europa e projetou o governo autoritário da Turquia como pivô mediador de conflitos entre imperialismos.

16. A incompreensão da natureza imperialista da Rússia oligárquica enviesou a política de muitos setores de esquerda. Importa hoje que não se cometa o mesmo erro em relação à natureza imperialista da República Popular da China, mesmo que a segunda economia capitalista do planeta se reclame socialista. O facto de os EUA tomarem a China como inimigo principal do seu poderio económico e militar não torna defensável este regime de partido único militarizado que se projeta em ambição económica sobre vários continentes. Tal como no tempo da Guerra Fria, o sentido da liberdade dos povos não pode combater uma superpotência apoiando outra. O imperialismo dos EUA continua sendo o mais perigoso, nos seus esforços por manter a sua supremacia mundial.

17. A cooperação entre Estados europeus é um elemento importante de uma estratégia de contenção da direita radicalizada, na condição de uma viragem democrática que aceite a soberania dos povos, o desenvolvimento dos direitos sociais e a planificação ecológica. Só um tal projeto estará à altura de uma estratégia de paz no continente, autónoma face às pretensões de hegemonia dos Estados Unidos e da NATO. A UE deve realizar tratados de não-agressão entre estados europeus, criando uma política de segurança e cooperação que respeite e apoie a realização do direito de todos os povos à autodeterminação.

18. O Bloco reitera o seu apelo à realização de uma Conferência de Paz para a Ucrânia, sob o impulso da ONU e da União Europeia, acompanhada de uma travagem a fundo na atual corrida armamentista, em particular das ameaças nucleares.

IV. A EUROPA SOB AMEAÇA DA DIREITA RADICALIZADA

19. Perante o fracasso da promessa neoliberal de prosperidade partilhada e a vontade de restaurar velhos modelos de acumulação, a direita radicaliza-se. **Sob fórmulas mais individualistas ou mais autoritárias, assiste-se a uma aceleração liberal, pugnando pela privatização de serviços públicos, pela eliminação da progressividade dos impostos ou pela precarização radical do trabalho** atirando-o para fora das regulações laborais, uma estratégia cuja disputa de massas inclui a negação da realidade (climática, sanitária e social). (climática, sanitária e social).

20. Para aumentar os privilégios da elite que defende, a direita radicalizada convoca um conservadorismo de assalto - racista, xenófobo, anti-feminista, anti-LGBTQI+ e anti-sindical. Por detrás do slogan "contra o sistema" a direita esconde os seus velhos fantasmas de sempre e tudo o que o sistema tem de pior.

21. O golpismo é parte desta cultura política. O modelo Trump/Bolsonaro averbou fracassos estrondosos no recurso à violência mas também sucessos históricos na instrumentalização do poder judicial. Também em Portugal, é assumida uma orientação de subversão antidemocrática. O programa original do Chega defendia um regime autoritário-presidencialista com um parlamento meramente simbólico e o fim da atividade sindical nas empresas, bem como a destruição da escola e da saúde públicas. Não se desviou desse caminho.

22. A direita tradicional concilia com a radicalização, não apenas imitando plataformas programáticas, mas mesmo aceitando ser o seu veículo para posições de poder. Em Portugal, apesar do precedente que abriu nos Açores, o PSD alimenta um tabu sobre novas alianças com o Chega. Ao fazê-lo, contribui para a normalização da extrema-direita. Também no aparelho de Estado, na justiça e nas forças de segurança o conservadorismo é patente.

23. Há na esquerda europeia respostas distintas sobre como travar o crescimento da direita radicalizada. Para algumas forças, a esquerda deve suspender o seu projeto próprio a favor de um bloco político permanente com o centro liberal, o leque diversificado de forças que vai do PS português a Macron em França. Pelo contrário, para o Bloco de Esquerda, **a derrota da direita radicalizada depende da afirmação de um progra-**

ma que responda às dificuldades da vida do povo, que assim responda à maioria social com políticas transformadoras e de planificação ecológica. Sem prejuízo da importância da ação unitária, a resposta estratégica da esquerda socialista do século XXI - sobrevivência do mundo e solidariedade social - assenta no confronto com a lógica da acumulação de capital que deixa atrás de si um mar de ressentimento.

24. A base de massas da política do ódio e do individualismo forma-se a partir da crise de representação que o sistema oligárquico engendra. **O confronto com a direita radicalizada faz-se na luta pela expansão dos bens comuns - serviços públicos universais como instrumento de justiça social, proteção do trabalho e do seu rendimento**, libertação como o projeto das comunidades que hoje sofrem a economia de exploração e quaisquer formas de discriminação. .

25. **Estes objetivos estratégicos são corroídos pela política do centro liberal, subjugada à lei europeia do mercado.** Esta política afirma reconhecer os problemas dos nossos tempos, da habitação ao clima, mas não pode responder-lhes dentro das fronteiras que se auto-impõe. Esta contradição destrói o apelo da democracia e abre o caminho ao extremismo reacionário. Contra o racismo e as discriminações, a esquerda luta pela democracia e procura a unidade com quem resista à cultura de ódio da direita que se radicaliza.

V. A OPOSIÇÃO MAIS FORTE SERÁ A QUE AFIRMA UMA ALTERNATIVA

26. **A política da maioria absoluta do PS, marcada pela arrogância e pela agudização das desigualdades, cria instabilidade**, mas o seu alicerce no poder económico continua uma aliança protegida. Em troca de uma contra-reforma fiscal e da naturalização da diminuição real dos salários, o patronato ofereceu ao governo um slogan: o acordo de concertação social. **A banca e a grande distribuição alimentar continuam a inflacionar preços, sem restrições, para aumentar lucros**; os empresários da energia saudaram a promoção do secretário de Estado que mais os protegeu a ministro das Infraestruturas. Desde 2019 que **Costa faz do bloqueio de aspetos essenciais da legislação laboral um ponto de honra.** A par do abandono da Saúde, foi esse bloqueio que impediu entendimentos à esquerda. A maioria absoluta permite agora a maior transferência de rendimentos do trabalho para o capital desde o início do século. Em plena turbulência, os donos de Portugal são o cinto de segurança do governo.

27. A sucessão de escândalos que degradou o governo no seu primeiro ano de maioria absoluta voltou a levantar a exasperação popular contra as portas giratórias e as falhas de transparência no exercício de cargos políticos, **As facilidades com o poder económico não são pecados individuais, mas sim a política de um sistema.** A direita radicalizada faz parte desse sistema, financiada pelos seus grupos económicos, e do combate à corrupção só quer o refrão vazio.

28. O Bloco de Esquerda reafirma a sua história no combate à corrupção e na denúncia da promiscuidade entre público e privado. Propomos o princípio da separação entre a política e os negócios, defendendo a causa pública. **Exigimos o reforço da transparência e combatemos os alçapões legais que existem à medida do abuso e dos favores à elite. Lutamos por um sistema de justiça célere e acessível**, sem barreiras económicas ou serviços sem recursos, contrariando o abandono a que o PS tem votado o setor nos últimos anos.

29. **Sem conseguir oferecer soluções mobilizadoras, o PS encontrou no crescimento do Chega a fórmula eleitoral para tentar salvar a sua maioria absoluta.** O empenho do primeiro-ministro e do PS em promover a polarização parlamentar com o Chega tem dois objetivos claros: fragmentar o espaço da direita e assustar o eleitorado de esquerda. Esta estratégia pode ser útil ao projeto de poder do PS no imediato, mas beneficia o Chega, no imediato e a prazo, e contribui para a degradação da política.

30. Ainda que protegido no parlamento, o governo está fraco e dividido. Mantém a precariedade e salários baixos como regras, enquanto a pandemia deixou o SNS em rutura e o bullying social sobre os professores fez o mesmo às escolas; a mal disfarçada redução das pensões marcou o início do descrédito da maioria absolu-

ta; os proprietários zombam dos anúncios do governo na habitação. Ao contrário do que sucedeu entre 2015 e 2019, **as expectativas são hoje de degradação das condições de vida, sob a inflação e a especulação imobiliária.** O PS chegou onde queria, tendo mãos livres para os seus negócios com as associações patronais. Cedo deixou claro que, sob a maioria absoluta, qualquer conquista sairá da intensificação da luta social.

31. O Bloco de Esquerda será a mais forte oposição ao governo, por representar a democracia contra a desigualdade e o ecossocialismo contra a destruição. A nossa força será a das mobilizações cidadãs por justiça social e a do nosso programa de governo, que lhes responde neste tempo exigente.

VI. COMBATES DA ESPERANÇA

32. Vastos setores da classe trabalhadora continuam afastados da participação sindical ou não estão abrangidos por contratação coletiva. A taxa de sindicalização é baixa e decrescente, num contexto em que se combinam precarização, degradação das leis e das relações de forças e esgotamento de modelos de ação sindical de fechamento sectário. A plataformização do trabalho e a renovação das estratégias patronais para modelos cada vez mais agressivos de exploração são um desafio à capacidade de organização e representação, incluindo onde esta ainda não existe.

33. O Bloco de Esquerda afirma a centralidade social da contradição capital/trabalho e traduz esse reconhecimento na prioridade à organização laboral dos setores mais precarizados, à luta contra a impunidade vivida no dia-a-dia das relações de trabalho e por uma reforma estrutural das relações laborais e da legislação que as enquadra. O Bloco tem a responsabilidade de ser, como já é, uma esquerda de referência para as lutas, mas também um promotor direto da sindicalização e da renovação da experiência de auto-organização da classe trabalhadora.

34. Parte da classe trabalhadora, a população imigrante e racializada enfrenta obstáculos acrescidos, sendo tratada ora como um “problema” a resolver, ora como um contingente de mão-de-obra barata a gerir ao sabor dos ciclos económicos. O governo promove uma visão utilitarista, verbalizando o reconhecimento da função económica da imigração (mão-de-obra para setores críticos para a economia - construção, hotelaria e turismo, cuidados, limpezas e trabalho doméstico assalariado; reforço da receita contributiva da Segurança Social) para logo ignorar as suas condições reais de existência (precariedade laboral, habitacional e no acesso aos serviços públicos, vulnerabilidade a todos os abusos de poder, limbo legal para as jovens gerações, mesmo que já nascidas em Portugal). A necessidade de mão de obra inibe um discurso abertamente hostil dos partidos de direita, que se limitam à xenofobia pouco subliminar dos apelos às quotas de imigração e à seleção segundo “fatores culturais”. O Bloco rejeita ambas as visões e exige respeito pelos direitos humanos em Portugal, começando pelo próprio Estado, e defende o estreitamento de laços entre todos os segmentos da classe trabalhadora, condição estratégica da emancipação de todos os trabalhadores. As grandes manifestações de imigrantes e os protestos antirracistas marcaram a política nacional nos últimos anos e demonstraram uma força emergente que será essencial para impor direitos iguais.

35. A subjugação da habitação às lógicas do mercado liberalizado nega o acesso de uma parte da população a uma casa digna. A crescente mobilização social defende o direito à habitação como bem comum protegido pela Constituição. O Bloco de Esquerda compromete-se com estes movimentos. Cada casa é uma causa pela qual vale a pena lutar. Em cada município, o Bloco proporá o levantamento completo de todas as casas devolutas e da respetiva propriedade.

36. O movimento internacional por justiça climática mobiliza-se para dar resposta à urgência criada pela aproximação de um ponto de não retorno. Impulsionado por jovens que criam o seu caminho e formas de luta, este combate convoca pessoas de todas as gerações e percursos. O Bloco acompanha e participa nas lutas por justiça climática, contribuindo para ampliar alianças e aprofundar a crítica anticapitalista, em nome da planificação ecossocialista para travar a catástrofe.

37. O Bloco empenha-se nas lutas em defesa do bem-estar animal, que hoje envolvem milhares de pessoas em todo o país numa crítica cujos fundamentos éticos concernem comportamentos individuais mas também o modelo de produção, designadamente alimentar.

38. O interior do país continua a ser visto como pasto para extrativismo e poluição, territórios de precariedade nos serviços públicos, no trabalho e na mobilidade. **A política rentista continua incapaz de projetar desenvolvimento económico e coesão territorial.** Esta economia do privilégio tem contraponto na exigência de um processo participado e democrático de Regionalização.

39. Os portugueses continuam a emigrar à procura de profissões e rendimentos que não conseguem por cá. São abandonados à sua sorte pelo governo, apesar de legítimas expectativas de participação política, apoio educativo e cultural, serviços consulares acessíveis.

40. Ameaçados de ruptura, os serviços públicos têm a sua primeira linha de defesa na luta dos seus profissionais. Carreiras e remunerações justas, que atraíam e motivem estes trabalhadores, são condições essenciais para a qualidade dos serviços públicos de que o país depende. Para além de legítimas reivindicações, os profissionais do SNS e da educação - e da administração pública, em geral - dão testemunho da natureza essencial destes serviços universais, condição da democracia. **A luta dos professores levanta questões para além das justas reivindicações dos docentes, pois a luta pela Escola Pública é também a luta por uma escola emancipadora. A luta pelo Serviço Nacional de Saúde determinará o acesso à saúde, incluindo respostas que o SNS nunca garantiu (saúde oral, saúde mental, motricidade, nutrição, acesso a dispositivos médicos).** As reivindicações de reformados e pensionistas e das suas organizações salientam o papel estratégico da Segurança Social e da proteção da sua sustentabilidade, que implica a recusa de cortes de direitos e de prestações e antes exige políticas mais abrangentes e generosas na redução da pobreza e da desigualdade. O Bloco empenha-se na elevação da luta pelos serviços públicos através de mobilizações populares transversais.

41. Um projeto de bem-estar e emancipação social inclui também reorganizar e alargar os serviços públicos. O Bloco está ao lado das pessoas com deficiência, pelo seu direito a uma vida independente, que rompa com paradigma do assistencialismo e institucionalização e garanta a todas as pessoas o poder de decisão sobre as suas vidas. Reafirmamos a proposta de um Serviço Nacional de Cuidados - rede pública de creches, lares, apoio domiciliário e outros serviços especializados - que garanta que o acesso a cuidados é independente da esfera familiar e da condição financeira de cada um.

42. Viver mais tem que significar viver melhor. Rejeitamos que velhice seja uma condenação à dependência, como se o fim da vida ativa de trabalho correspondesse a um estatuto social diminuído. **O Bloco organiza-se e defende a organização dos reformados e pensionistas, em nome do nosso direito a uma velhice digna**, livre de preconceito e com as respostas sociais que respeitem a independência e vontade de cada pessoa.

43. Os últimos anos foram marcados por **mobilizações importantes e que ganharam uma regularidade nova, na emergência de novas gerações de feministas, na capilaridade territorial das marchas LGBTQI+, na visibilidade ativista de comunidades imigrantes e racializadas e do movimento antirracista.** Estes combates são essenciais para quebrar formas violentas de dominação capitalista e para derrotar a política do ódio. O Bloco reforça o seu compromisso com estes movimentos e mobilizações, nos quais participa, promovendo o seu protagonismo e desenvolvimento programático.

44. A extrema-direita é expressão de uma conformação social herdada do colonialismo e da ditadura. Esta última só pôde ser vencida pela conjugação da resistência anti-fascista com as lutas de libertação anti-coloniais, que são o código genético da vida democrática desde o 25 de Abril. O antirracismo e a luta contra a extrema-direita de hoje também hoje se conjugam. Ideologias reacionárias como a xenofobia, o machismo, a lgbtfobia ou o proibicionismo são a base do crescimento da política do ódio. Para a derrotar, fortalecemos a disputa ideológica e a resistência de massas contra a direita radicalizada.



45. O papel do ativismo bloquista é o esforço sistemático para que todos estes e outros movimentos se reforcem, desenvolvam estruturas permanentes e solidariedades assentes na compreensão partilhada das estruturas de dominação do capitalismo e construam as suas lutas para uma nova liderança social no país.

46. No parlamento como nos movimentos, no plano nacional como no local, o Bloco contribui para a convergência de todos os setores políticos da esquerda que expressam a rejeição das políticas de desigualdade do governo. Neste plano, sem mitigar conhecidas diferenças - em matéria internacional ou quanto a práticas que prejudicam o desenvolvimento dos movimentos sociais, em particular o sindical - o Bloco continuará a procurar convergências políticas à esquerda.

47. Sem fórmulas pré-estabelecidas, a política não se define por cálculos eleitorais artificiais, antes exige reflexão, programa claro, luta de massas. Aprendemos com experiências internacionais diversas — a NUPES em França, a resistência político-sindical no Reino Unido, a esquerda republicana irlandesa, a Frente Povo Sem Medo no Brasil. A realidade indicará o caminho concreto, mas temos a ambição de erguer um amplo campo de esquerda popular que mude a relação de forças a favor de quem trabalha.

VII. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

48. O debate da Convenção acolherá as 851 camaradas que nela participarão pela primeira vez. **A continuação do crescimento do Bloco é a prova da sua vitalidade e da necessidade de uma esquerda de confiança.**

49. O Bloco reforçou a sua atividade organizada em algumas frentes. Destaca-se, no pós-pandemia, a frente laboral, com o início da publicação de diversos boletins partidários, correspondendo à ampliação da intervenção regular junto de trabalhadoras e trabalhadores das telecomunicações, da saúde e da educação, da vigilância. Destaca-se também a frente LGBTQI+, cujo encontro nacional de fevereiro confirma a grande responsabilidade de bloquistas na dinamização do movimento em diversos distritos. **É a participação ativa dos aderentes que permite aprender com as lutas sociais e nas lutas sociais.**

50. A redução do financiamento público, na sequência dos resultados eleitorais de 2022 impôs uma exigente adaptação da estrutura partidária. A atividade militante e o maior esforço financeiro de muitos camaradas permitiu que o Bloco mantivesse padrões de iniciativa política, de acompanhamento organizativo no território e também de comunicação, mesmo que com limitações. Em particular, o reforço do auto-financiamento do partido (quotas e iniciativas) é uma mudança de cultura interna que deve aprofundar-se.

51. Nas eleições para as assembleias legislativas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o Bloco é a alternativa autonómica solidária à coligação de interesses de todas as direitas e ao imobilismo do PS. Ainda este ano, o regresso do Bloco à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira reforçará os combates da esquerda e a oposição à promiscuidade entre o setor público e os poderosos grupos privados da Região. Nos Açores, a deserção do PS deixou ao Bloco a responsabilidade de liderar a oposição ao governo. As eleições de 2024 serão o momento de afirmação da nossa alternativa de esquerda.

52. É a nível local que se concretizam os principais debates e disputas que marcam os nossos dias, da habitação à mobilidade, como o tem demonstrado o desastroso processo de descentralização de competências que fragiliza o cumprimento das funções sociais do Estado na educação, na ação social ou na saúde. Longe do escrutínio mediático dedicado aos órgãos nacionais, o **trabalho local e autárquico conta com a persistência e o empenho de centenas de ativistas locais do Bloco de Esquerda.** Em assembleias de freguesia, assembleias municipais e nas Câmaras, os representantes eleitos pelo Bloco são vozes empenhadas na defesa dos serviços públicos, da revolução urgente na mobilidade, na democratização da vida local ou na fiscalização da administração e interesses públicos.

53. Nos próximos dois anos, o Bloco aprofundará a formação dos seus ativistas e a coordenação do trabalho a nível local. Na preparação atempada das eleições autárquicas de 2025, o Bloco promoverá debates alargados sobre a intervenção do partido nas autarquias, identificando exemplos positivos e formas de trabalho a melhorar, com especial atenção às formas de mobilização unitária em torno de causas locais.

54. A maioria das adesões recebidas desde a última convenção provém de jovens com uma forte identificação com o perfil ecossocialista, antiracista e anticonservador do Bloco. Apesar das dificuldades do movimento estudantil, tem aumentado o número de camaradas com responsabilidades associativas, tal como o destaque da presença de jovens do Bloco nas frentes feminista ou LGBTQI+ ou ainda em campanhas transversais como a da habitação. **O Bloco reforçará as iniciativas dirigidas à juventude que, para além do acampamento Liberdade e do InconFormação, devem incluir a organização de fóruns temáticos** dedicados à partilha de experiências e à formação política.

55. A coordenação da Comissão Política ficará a cargo de quem encabece a lista mais votada para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda.

Contacta a Moção A através do email mocaoa@bloco.org.

SUBSCRITORES

Mariana Rodrigues Mortágua	Lisboa	6687
Abílio Braga Cerqueira	Viana do Castelo	16457
Abílio de Jesus Urbano	Setúbal	4932
Adelaide Lurdes Silva Oliveira	Porto	4854
Adelaide Teixeira	Porto	15996
Adelina Marta Samudio Moniz Laranjeira da Silva	Aveiro	12587
Adelino Manuel Guimarães Fortunato	Setúbal	8790
Adriana Beatriz Oliveira Temporão	Viana do Castelo	15379
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Marcela Veiga Pinho Ferreira	Braga	12614
Adriano Pereira Campos	Porto	3120
Afonso Manuel Catado Filipe	Lisboa	12198
Afonso Maria da Silva Moreira	Lisboa	10022
Agostinho Gabriel Grulha Parrula	Setúbal	830
Aires Correia Ventura	Coimbra	4404
Albano Manuel Vasconcelos Correia Rodrigues	Porto	12403
Albertina de Jesus Moura Pena	Lisboa	263
Alberto Manuel Belo da Cunha Matos	Beja	1542
Albino Fernandes Rodrigues	Coimbra	9979
Alcino Silva Martins	Aveiro	14980
Alda Maria Botelho Correia Sousa	Porto	654
Alexandra Patrícia Soares Manes	Açores	8765
Alexandre Frederico de Oliveira Coutinho	Beja	13627
Alexandre Henrique Curopos Fonseca Cunha	Porto	15721
Alexandre José Germano de Abreu	Lisboa	9505
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111

Alfeu Daniel Rosa Frade	Aveiro	15940
Alfredo Jorge Pereira Martinho	Lisboa	7892
Alice Barreiros Andrade	Lisboa	16336
Alice João Martins Rogado Gomes Teixeira	Aveiro	15952
Alice Pereira Tristany	Faro	3911
Aliyah Bhikha	Lisboa	15475
Almerinda Lopes Bento	Setúbal	529
Álvaro Fernando Prazeres Arranja	Setúbal	569
Amândio Paulo Ribeiro Barbosa	Porto	12334
Amarílis Vaz Felizes	Porto	9877
Ana Carolina Damas Gomes	Coimbra	12011
Ana Carolina Dias Castanheira	Coimbra	16491
Ana Carolina Gonçalves de Almeida Xavier	Guarda	16754
Ana Carvalho Flores Vasquez	Porto	16768
Ana Catarina Alves Peniche	Vila Real	13794
Ana Catarina Carvalho dos Reis Leite da Silva	Lisboa	15035
Ana Catarina Coutinho Canelas Rodrigues	Lisboa	14946
Ana Cristina Correia Ferreira	Beja	8313
Ana Cristina do Espírito Santo Vieira	Setúbal	13658
Ana Cristina Simões de Oliveira	Açores	8766
Ana Filipa Teixeira Gonçalves	Lisboa	3541
Ana Isabel Barão Guerreiro Rosa	Lisboa	13642
Ana Isabel Carneiro Gouveia da Silva	Porto	13601
Ana Isabel da Silva Ramos	Faro	16991
Ana Isabel da Trindade Cansado	Lisboa	1166
Ana Isabel Pereira da Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Isabel Trindade Pinto	Madeira	16874
Ana Luísa dos Santos Grilo Mestre	Setúbal	15429



Ana Luzia Quintela dos Santos Cruz	Aveiro	9084
Ana Margarida Filipe Feijão	Lisboa	5271
Ana Margarida Rolo Teixeira	Braga	11687
Ana Maria Correia de Encarnação Campos	Lisboa	650
Ana Maria Diegues Mendes Costa	Santarém	12176
Ana Maria Mendes Sousa	Porto	16463
Ana Maria Silva Gonçalves da Silva	Porto	5612
Ana Maria Tavares de Oliveira	Aveiro	10896
Ana Patrícia Marques Alves	Santarém	16374
Ana Patrícia Romão Barreira	Lisboa	9959
Ana Patrícia Sousa Mingatos	Aveiro	13833
Ana Paula Almeida da Costa	Beja	7290
Ana Paula dos Santos Sela	Setúbal	15727
Ana Paula Martins Kruss Nogueira da Silva	Lisboa	15362
Ana Paula Santos Pereira Sequeiros	Porto	194
Ana Priscila Simões Santos	Setúbal	12901
Ana Rita Branco Conde da Nóbrega Gomes	Círculo da Europa	15365
Ana Rita Durães Cardoso	Lisboa	15525
Ana Rosa Moura Gonçalves	Círculo da Europa	5602
Ana Sofia Beirão Catela Valadas Lopes	Lisboa	15457
Ana Sofia Matias Rocha Domingues	Aveiro	14358
Ana Sofia Pedro Roque	Lisboa	3595
Ana Teresa da Costa Fonseca	Lisboa	16508
Ana Teresa de Brito Sebastião	Lisboa	15710
Anabela Augusta Dias de Almeida Mangas	Setúbal	4993
Anabela Lopes Moura	Lisboa	16410
André Augusto de Castro Pereira Leal	Lisboa	16872
André Aurélio Marona Beja	Lisboa	1128
Andrea Luís Valente Rodrigues de Castro Peniche	Porto	193
Andreia Catarina dos Reis Quartau	Lisboa	11049
Andreia Filipa Rodrigues Ferreira	Santarém	15875
Andreia Maria dos Santos Leite	Aveiro	12838
Angela da Silva Rocha	Lisboa	15126
Ângelo Manuel Pinho da Costa	Aveiro	13278
Aníbal Acácio Mendes Coutinho	Faro	3517
Aníbal Ferreira Ramos	Lisboa	294
Aníbal Filipe Torres Pinto	Aveiro	16391
Antero de Almeida Fernandes	Aveiro	16378
Antero Horta Fraga	Faro	16964
António Augusto da Costa Arezes Martins	Porto	2572
António Brandão Moniz	Leiria	264
António Ferreira Marinho	Porto	341
António Francisco Gomes Lopes	Santarém	1353
António João Loureiro Amaro	Viseu	979
António Joaquim da Silva Faria	Lisboa	7012
António Joaquim Marinho da Silva	Coimbra	1660
António Jorge Almeida Pereira	Porto	343
António Jorge dos Santos Pereira de Sequeiros	Porto	952
António José Custódio Cordeiro	Setúbal	1393
António José da Costa Branquinho	Lisboa	11620
António José da Costa Resende	Braga	1302

António José de André e Silva	Coimbra	1165
António José Jacinto Sarmento Pereira	Braga	1296
António José Jesus Monteiro	Aveiro	12586
António José Martins Guerreiro	Beja	2150
António José Rodrigues Cruz	Aveiro	9083
António José Silva Baião Costa	Lisboa	293
António Manuel Alves da Silva	Porto	13579
António Manuel dos Santos Rodrigues	Coimbra	9427
António Manuel Godinho Garrocho	Lisboa	4713
António Manuel Mendes Torres	Aveiro	8606
António Manuel Raposo Lima	Açores	9362
António Meireles de Magalhães Lima	Braga	1303
António Ribeiro Teixeira	Porto	326
António Ricardo Lourenço Rocha	Setúbal	1085
António Rodrigues Melanda	Coimbra	9066
Arnaldo Godofredo Roque Paiva Correia	Lisboa	3644
Arnaldo Mendes Sarroeira	Leiria	269
Arsélio de Almeida Martins	Aveiro	16306
Artur Jorge Pereira Duarte	Faro	14114
Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira	Faro	935
Augusto Manuel Ferraz dos Reis Canedo	Porto	16092
Aurelindo Jaime Ceia Carichas	Lisboa	867
Aurora Maria Agostinho Ribeiro	Açores	15403
Avelina Maria de Silveira Ferreira	Açores	12308
Baltazar Taful de Oliveira	Santarém	8442
Bárbara Francisca Rodrigues Soares	Lisboa	630
Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier	Guarda	14775
Bárbara Manuela Oliveira da Costa Pinto	Aveiro	15615
Bárbara Sofia Mangas Bica	Setúbal	10722
Bárbara Sofia Marcelo Bento Magno	Lisboa	16200
Beatriz Moura Pontes	Porto	16192
Beatriz Oliveira Pedroso	Lisboa	14261
Beatriz Realinho Pires	Guarda	16344
Beatriz Serra Cunha	Lisboa	16442
Belmira Coelho Ferreira	Aveiro	4559
Bemvindo Pereira de Sequeira	Braga	15336
Berta Costa Roque Cardinali	Lisboa	13858
Berta Maria Bessone Ferreira Alves	Lisboa	666
Bruna Filipa Lopes Teixeira	Braga	13462
Bruna Filipa Salgado Barbosa	Porto	13656
Bruno da Cruz Maia	Porto	2774
Bruno Filipe Neves Parente	Porto	15168
Bruno José da Silva Morais	Aveiro	11855
Bruno Miguel Gois Carreira	Lisboa	4521
Bruno Reinhold de Moraes Cabral	Lisboa	297
Camila Geirinhas Cameira	Lisboa	16407
Carla Alexandra Pereira Garcia	Açores	12892
Carla Celeste de Magalhães Mendonça de Sousa	Porto	12170
Carla Elisabete Carvalhais Vilela	Porto	5692
Carla Liliana Pais Pires Quintas	Porto	14139
Carla Maria da Silva Magalhães	Braga	15265
Carla Susana Mateus Rodrigues	Setúbal	11030
Carlos Alberto André Martins	Lisboa	16009
Carlos Alberto da Silva Veiros	Aveiro	698



Carlos Alberto de Faria	Madeira	3577
Carlos Alberto de Oliveira Romeiras	Setúbal	14367
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Alberto Matias do Couto	Viseu	3141
Carlos Aristides Batista da Silva	Aveiro	15605
Carlos Arsénio Mangureira dos Santos	Porto	13599
Carlos Constantino Lázaro	Setúbal	533
Carlos Eduardo Macedo Baptista da Silva Roque	Porto	15650
Carlos Fernando Agra Pinto Marques	Setúbal	14281
Carlos Fernando Ferreira Honório	Coimbra	10430
Carlos Filipe da Silva Costa	Aveiro	14119
Carlos Jorge de Menezes Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos José Bernardes Caldeira	Coimbra	4757
Carlos José de Assunção Santos	Lisboa	236
Carlos José dos Santos Solposto	Lisboa	302
Carlos Manuel Borges de Sousa	Lisboa	3943
Carlos Manuel Cardoso da Costa Pires	Lisboa	11179
Carlos Manuel da Silva Oliveira	Setúbal	9199
Carlos Manuel de Oliveira Centeio	Santarém	16895
Carlos Manuel dos Santos Sousa Ubaldo	Leiria	16483
Carlos Manuel Jerónimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Mendes Pereira	Castelo Branco	16365
Carlos Manuel Moreira Gomes	Vila Real	1518
Carlos Manuel Pereira da Silva Amaral Machado	Braga	13984
Carlos Manuel Rodrigues Freitas	Braga	13464
Carlos Manuel Rolão Motaco	Castelo Branco	13729
Carmen Cristina Paulino Trindade	Lisboa	11716
Carmen Maria de Mira Mafra	Setúbal	7549
Carolina Almeida da Silva	Lisboa	15744
Carolina Azevedo Fraga do Amaral	Aveiro	16761
Carolina Guerreiro Campanela	Lisboa	16130
Carolina Rolo Abrantes	Setúbal	16645
Casimiro Alberto Simões de Oliveira	Porto	9999
Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues	Viseu	306
Catarina Bendito de Medeiros	Lisboa	2769
Catarina Furtado Rodrigues Nunes de Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Joana Monteiro Ferreira	Porto	14536
Catarina Marques Taborda	Castelo Branco	15884
Catarina Soares Martins	Porto	8425
Catarina Sobral dos Santos	Lisboa	15743
Catarina Sofia Reis da Costa Rodrigues	Lisboa	15409
Catarina Valente Ferreira Pereira Ramalho	Lisboa	14218
Catherine Boutaud	Lisboa	14203
Cátia Alexandra Carvalhais Nóvoa	Porto	4862
Cátia Cristina Carvalho Domingues	Lisboa	16084
Cátia Sofia Da Silva Teixeira	Braga	16667
Cecília da Conceição Machuqueiro Macau	Setúbal	10585
Celestina Maria Rodrigues Marques Tavares de Sousa	Setúbal	10923
Célia Cláudia Lourenço Rodrigues	Viseu	14317

Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro	Leiria	13394
Celina Marques dos Santos	Lisboa	3285
Celme Cristina de Jesus Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araújo	Lisboa	10113
Celso Manuel Pedro André	Lisboa	13744
Cheila Dolores Mendonça de Aguiar	Leiria	16522
Cíntia Filipa Tomás Silva Costa Cardoso	Lisboa	8170
Cipriano José dos Santos Pisco	Setúbal	799
Clara Figueiredo Dumont	Lisboa	4976
Clara Romana Fernandes Ferreira	Aveiro	11261
Cláudia Fernanda Santos Oliveira	Lisboa	304
Cláudia Maria Lima Afonso	Aveiro	14354
Cláudio Alexandre Viana Guerreiro	Lisboa	15441
Constança Botelho Pires Soares Seborro	Lisboa	16585
Constança dos Santos Fidélis	Setúbal	15731
Cristiana Daniela Caiano Moita	Coimbra	15735
Cristiana Filipa Cunha Carvalho	Aveiro	14016
Cristiana Nicole Pereira da Costa	Setúbal	14807
Cristiano Manuel de Almeida Resende	Aveiro	16403
Cristina Alves de Matos Oliveira	Coimbra	14135
Cristina Elisabete Costa Castro	Aveiro	15415
Cristina Maria Borges dos Santos da Silva Guedes	Castelo Branco	7962
Daniel Cardoso Bernardino	Setúbal	5151
Daniel de Castro Silva	Aveiro	10838
Daniel José Martins Carapau	Lisboa	2311
Daniel Neves da Costa	Coimbra	5395
Daniel Oliveira Martins Moura Borges	Lisboa	16022
Daniela Ferreira Vargas	Lisboa	15720
Daniela Isabel Justo Vespeira	Setúbal	14685
David Augusto Sousa Araujo Amorim	Aveiro	15260
David Cláudio Messias da Silva Argel	Beja	1424
David Filipe Capitão Martins	Leiria	14621
David Miguel Paixão Marques	Beja	15818
Delfina Fernanda da Silva Vieira	Porto	4864
Denise Manuela Pedrosa Miranda	Porto	16156
Deolinda Maria Afonso Romba	Setúbal	3229
Deonilde Maximino dos Ramos Silva	Setúbal	1180
Diana Catarina Martins da Silva	Setúbal	14627
Diana Ladeira Gonçalves	Castelo Branco	15589
Diana Maria Lopes de Magalhães	Setúbal	15478
Diana Maria Louro Pereira	Lisboa	12573
Diana Moreira Martins	Aveiro	14353
Diana Raquel Silva Franco	Lisboa	16713
Diana Vanessa Conceição Santos	Lisboa	16850
Dina Maria Gouveia Freitas Letra	Madeira	3588
Dina Maria Veredas Nunes	Lisboa	692
Diogo Alexandre Fernandes Gomes	Santarém	15917
Diogo André Silva Barbosa	Aveiro	5265
Diogo André Silva de Barros	Braga	15007
Diogo Filipe Bastos Trindade	Lisboa	16866
Diogo José Ferreira Teixeira	Madeira	16839
Diogo Manuel Teixeira Barbosa	Porto	14563
Diogo Miguel da Silva Mira	Setúbal	15586
Diogo Miguel Silva Franco	Lisboa	14208
Diogo Morais Teixeira	Porto	14585
Diogo Nuno Pereira Marques	Lisboa	14907



Dirce Noronha Roque	Lisboa	13859
Duarte Bento Cavalinhos	Setúbal	821
Duarte Francisco Caria da Igreja	Lisboa	15455
Duarte Miguel Oliveira Santos	Porto	16575
Edgar Filipe Pereira de Sousa	Setúbal	10950
Eduardo António da Silva Figueiredo	Coimbra	16679
Eduardo Bernardo Lourenço Rocha	Setúbal	227
Eduardo Gabriel Baptista Couto	Aveiro	13387
Eduardo Gonçalves Silva Antunes	Aveiro	11907
Eduardo Jorge Correia de Matos Marques	Viseu	6446
Eduardo Miguel Paquete Velosa	Lisboa	16855
Eduardo Rui de Sousa Alves	Lisboa	10607
Egídio Paulo Caires Fernandes	Madeira	7350
Elisabete Susana Vieira da Carvalho	Porto	12396
Elísio Manuel Ribeiro Pereira da Silva	Aveiro	1711
Elisio Soares de Carvalho	Braga	16148
Eloísa Helena Gonçalves Macedo	Setúbal	15110
Elsa Leonor Albuquerque dos Santos	Coimbra	5398
Elsa Maria Gama Pereira	Setúbal	15753
Elsa Mónica Vieira de Moura Silva	Porto	11023
Ema Coelho Pereira	Lisboa	15762
Emanuel Rodrigues da Silva Mariano	Aveiro	16233
Ernesto Jorge Fernandes Costa	Coimbra	2821
Ernesto Manuel Leitão Magalhães	Porto	4060
Eugénio Diogo Louro	Setúbal	14860
Eulália Maria Santos Bendito	Açores	386
Eva Maria Braga da Silva	Aveiro	105
Ezequiel dos Santos Ferreira Van Duijn	Setúbal	670
Fabian Filipe Figueiredo	Lisboa	5232
Fábio Filipe Varela Salgado	Lisboa	4510
Fábio Rúben de Sousa Moniz	Lisboa	16015
Fátima do Nascimento Cabeleira Teixeira	Beja	13626
Fátima Maria da Silva Nogueira Marras	Setúbal	6467
Felipe Moreira Silva	Porto	16997
Fernanda Maria Almeida Santana Louro	Setúbal	15483
Fernanda Maria dos Santos Salgado	Porto	12333
Fernando Alberto Pinho Alves	Setúbal	842
Fernando Cordeiro Cruz	Setúbal	1194
Fernando Correia Sequeira	Setúbal	1077
Fernando João Neto de Faria	Lisboa	1448
Fernando José Mendes Rosas	Setúbal	657
Fernando Manuel André Figueira	Lisboa	1106
Fernando Manuel Costa Barbosa	Porto	7105
Fernando Manuel Dias Sousa Monteiro	Braga	13981
Fernando Manuel dos Anjos de Oliveira	Faro	4352
Filipa Alexandre da Costa Milheiro	Porto	15170
Filipa Avelino das Neves Filipe	Santarém	6247
Filipa Cardoso Vieira	Aveiro	13022
Filipe Colim Gabriel	Porto	12762
Filipe Emanuel Grilo Mestre	Setúbal	11811
Filomena da Graça Silva Silveira	Açores	14178
Filomena Neves da Silva	Lisboa	16725
Firmino Miguel Santos B. Amendoeira	Lisboa	5475
Flávia Alexandra Carvalho Gorgulho	Setúbal	16833
Flávio Rodrigues da Rosa	Açores	15419
Florabela Maria Sá Rodrigues Jesus	Aveiro	16392

Florentino Paulo Silva	Porto	14424
Florinda Maria Vasconcelos Teixeira e Castro	Setúbal	1546
Francisca Matos Leite	Aveiro	15413
Francisco Alves Silva Ramos	Setúbal	1107
Francisco Andre Pereira Forjaz de Lacerda Evangelista	Aveiro	16279
Francisco Botelho Matos	Leiria	10621
Francisco da Silva Rafael	Lisboa	15638
Francisco de Assis Moreira de Parrot Morato	Lisboa	13769
Francisco Reis da Costa	Lisboa	16007
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico de Moura Portugal Dias Pereira	Leiria	15059
Geertrudes Maria Johanna Wolfs Gil	Viseu	14515
Generosa Maria Gonçalves Alves	Aveiro	14252
Georgina da Silva Simões	Lisboa	16360
Gina Alice Esteves Qental Mateus	Beja	8781
Gina Maria Sequeira Amaral Sena	Setúbal	15564
Gisela Andreia Ferreira Coelho Martins	Coimbra	8593
Gisela Maria Pedro Andrade Silva	Lisboa	16865
Gisela Patrícia Duarte de Almeida	Coimbra	14547
Gonçalo António Constantino Rodrigues	Lisboa	15717
Gonçalo Cabral Ferreira	Porto	8568
Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes	Aveiro	12245
Gonçalo Gaspar de Sousa	Lisboa	15376
Gonçalo Jorge Madeira Paulino Martins	Santarém	16970
Gonçalo Pereira Marques Filipe	Lisboa	15601
Guida Maria de Jesus Ascensão	Beja	795
Guida Maria Nunes Valério Parra	Santarém	13804
Guilhermino Fernandes da Silva	Braga	2308
Gustavo Filipe Magalhães Mourinho	Coimbra	16962
Gustavo Weigert Behr	Lisboa	4574
Haldane Pereira Amaro	Setúbal	9123
Heitor Duarte Nereu Gomes	Santarém	10540
Helder Miguel Lucas Espínola	Lisboa	15864
Helena Isabel da Silva Fonseca	Aveiro	14811
Helena Maria Moura Pinto	Santarém	659
Helena Maria Reis Pacheco de Amaral	Lisboa	611
Helena Maria Rodrigues Celestino	Setúbal	14149
Helena Raquel Garcez Martins	Porto	13600
Helena Sofia Henriques Oliveira	Aveiro	4557
Helga Raquel Tavares Gonçalves Calcada	Porto	12776
Heloisa Mafalda Curião Almeida	Aveiro	10893
Henrique Branco da Silva Jesus	Coimbra	16095
Hernâni Custódio do Carmo	Lisboa	12344
Horácio Gomes Lourenço	Porto	2248
Hugo Alexandre da Silva Bettencourt	Açores	10730
Hugo Barreiros Andrade	Lisboa	16337
Hugo Filipe Ramos Nunes	Aveiro	7344
Hugo Jorge Duarte Seixas	Aveiro	12358
Hugo Manuel Gomes Costa	Lisboa	15595
Hugo Miguel Gomes Albergaria	Aveiro	15128
Hugo Pereira Evangelista	Lisboa	3424
Igor Emanuel Oliveira Ferreira Cardoso	Porto	16155
Igor Feliciano Freire Constantino	Lisboa	16857



Ildebrando de Jesus Pereira Aires	Lisboa	15900	João de Carvalho Pombas Jacinto	Santarém	6259
Ilídia Maria Costa Pinheiro	Lisboa	3633	João Elviro Matilde da Silva	Lisboa	2747
Inês Ariana de Freitas Pita	Lisboa	16936	João Emanuel Gouveia Martins	Porto	11495
Inês Filipa da Silva Antunes	Castelo Branco	16125	João Filipe Correia da Conceição	Setúbal	14274
Inês Margarida da Cruz Reis	Setúbal	12248	João Filipe dos Santos Viegas Quintino	Setúbal	13856
Inês Maria da Silva Coelho	Viseu	16702	João José de Sousa Corono	Castelo Branco	4500
Inês Martins Carreira	Lisboa	15447	João Lima Gonçalves Baeta Neves	Lisboa	11405
Inês Miguel Pereira de Sena	Lisboa	15340	João Luís da Silva Figueira	Aveiro	10182
Inês Mogarro Pintassilgo	Lisboa	11034	João Manuel Almeida Pinho	Lisboa	2343
Inês Pedro dos Santos Amaro	Lisboa	16784	João Manuel da Fonseca Cordeiro	Porto	5622
Inês Pizarat Correia Bom	Setúbal	10414	João Manuel dos Santos Amoreira	Castelo Branco	13727
Iracema de Matos Simões Maia	Lisboa	15522	João Manuel Duarte Vasconcelos	Faro	1508
Irene de Jesus Rodrigues	Leiria	14758	João Manuel Garcia Rodrigues	Braga	12930
Iris Marques Félix Paulo	Porto	16953	João Manuel Macela Beles	Setúbal	1592
Isabel Alexandra da Conceição Marques	Aveiro	14723	João Manuel Malho Nóbrega	Setúbal	13330
Isabel Alexandra de Lacerda Silva	Açores	11839	João Manuel Neto Gomes	Lisboa	11341
Isabel Cristina Rua Pires	Lisboa	6734	João Miguel Correia Rodrigues	Faro	15297
Isabel Maria Dias da Costa Machado de Figueiredo	Lisboa	13685	João Miguel dos Santos Ferreira	Santarém	16817
Isabel Maria Vidal Gomes	Setúbal	751	João Miguel Moniz Laranjeira Silva	Aveiro	11411
Isabelle Hélène Odette Le Gué	Lisboa	16826	João Miguel Reis Simões Santo	Coimbra	1456
Isaura da Conceição Braga	Açores	14619	João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes	Porto	2168
Ivo Manuel Neto Madeira Conceição	Faro	13621	João Nuno Ribeiro Mineiro	Lisboa	6566
Izaura Solipa Figueira Pires de Carvalho	Lisboa	11048	João Paulo Afonso Martins	Lisboa	14739
Jaime Francisco Campos de Oliveira	Aveiro	15627	João Paulo Peixinho Rosado Lopes	Lisboa	13136
Jaime Manuel Almeida Pinho	Setúbal	671	João Paulo Ramos Martins	Bragança	16794
Jaime Manuel Barros Mestre	Setúbal	831	João Pedro Barbosa de Carvalho	Setúbal	15600
Jaime Marques Santiago	Aveiro	11262	João Pedro de Andrade Pinho da Silva	Porto	7994
Janet da Silva Ferreira	Aveiro	14107	João Pedro de Brito Sebastião	Lisboa	15547
Jefferson Eduardo de Oliveira	Setúbal	10814	João Pedro Soares Martins	Aveiro	10037
Jerónimo dos Santos Dias	Aveiro	10561	João Rui Galvão Mendes	Coimbra	16098
Jessica Costa Pacheco	Açores	16394	João Santos Dias	Porto	12196
Jéssica Gomes Vassalo	Santarém	15053	João Vasco Cruzeiro Oliveira Barata	Lisboa	10218
Joana Alexandra Ferreira Ideias	Setúbal	15508	Joaquim António da Silva Guedes	Castelo Branco	12482
Joana Campos Louçã	Lisboa	1374	Joaquim Cardoso Rodrigues	Coimbra	9420
Joana de Sousa Santos Micaelo	Évora	16700	Joaquim da Silva Venâncio	Porto	15977
Joana Filipa Linhares de Azevedo Neiva	Braga	16734	Joaquim dos Santos Moreira da Silva	Porto	320
Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira	Lisboa	14204	Joaquim Filipe da Conceição Machado	Coimbra	643
Joana Margarida Bento Tavares	Lisboa	15557	Joaquim Gil Sousa Piló	Setúbal	2930
Joana Nobre Macedo Ferreira Leite	Porto	14920	Joaquim Inácio Raminhos Cabaça	Setúbal	559
Joana Prenda Bettencourt	Açores	15405	Joaquim João Balhé da Silva	Setúbal	839
Joana Rego Lima Rocha	Lisboa	15609	Joaquim José Afonso Ribeiro Machado	Setúbal	1775
Joana Rodrigues Mortágua	Setúbal	3772	Joaquim Manuel Monteiro do Espírito Santo	Porto	2627
Joana Sales Campos Vieira	Setúbal	1123	Joaquim Manuel Nú Calado	Lisboa	11035
João Afonso Maia da Silva	Braga	15000	Joaquina Maria Rosa Lourenço	Faro	9138
João Alexandre Pires Fernandes	Lisboa	7782	Joel Francisco Pontes de Oliveira	Porto	1238
João André Cascais Labrincha	Aveiro	11840	Jorge António Caetano dos Santos	Porto	10796
João António Florindo Rodrigues	Lisboa	866	Jorge António Rodrigues Campelos	Braga	16787
João António Gomes Ferro	Évora	1280	Jorge Daniel Ferreira Monteiro Paiva	Porto	7182
João Augusto Cardoso Branquinho	Aveiro	16037	Jorge Duarte Chaves Magalhães	Porto	4458
João Avelino Pereira Afonso	Setúbal	519	Jorge Duarte Gonçalves da Costa	Lisboa	635
João Bernardo Narciso de Sousa	Porto	15089	Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890
João Carlos da Silva Anacleto Neves	Lisboa	7790	Jorge João dos Santos José	Lisboa	10374
João Carlos Morais Santos Coelho	Aveiro	11915	Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Faro	8646
João Cláudio Candeias Fragoso Curvêlo	Lisboa	5267	Jorge Manuel Alves de Sousa	Porto	1239
João da Silva Ferreira	Braga	919	Jorge Manuel Batista da Silva	Setúbal	4147
João David dos Reis de Almeida	Lisboa	12534			



Jorge Manuel Ferreira Mendes	Lisboa	6688
Jorge Miguel Santos Pinto	Setúbal	11452
Jorge Miguel Tabuada Pereira Barros	Lisboa	16880
José Alberto Alves Barroso Dias	Lisboa	12932
José Alberto Martinho Antunes	Santarém	13803
José Alexandre Rodrigues Monteiro	Braga	14614
José Antonino Monteiro da Silva Cadeia	Porto	10482
José António Amaral Pedras	Braga	10774
José António da Cunha Arteiro	Braga	15352
José António de Matos Diniz Pinto	Braga	915
José António Espírito Santo Rocha	Setúbal	4994
José António Formosinho Palhares Falcão	Lisboa	653
José António Garrocho Gregório	Lisboa	1101
José António Sousa Moreira	Faro	6643
José Augusto Martins de Figueiredo	Braga	10823
José Borges Araújo Moura Soeiro	Porto	948
José Carlos Alves da Silva	Porto	14327
José Carlos Costa de Vasconcelos	Viseu	3304
José Carlos de Oliveira Correia	Aveiro	16454
José Carlos Dias Correia	Évora	16818
José Carlos Ribeiro Gonçalves da Cunha	Porto	1469
José Carvalho Maneira	Lisboa	403
José das Neves Filipe	Santarém	1333
José Dinis Moreira Campos Pinto	Aveiro	4176
José Eduardo Sousa Correia	Porto	14608
José Ernesto Figueira Ferraz	Madeira	6783
José Ernesto Pereira Mendes Oliveira	Aveiro	13065
José Francisco Chicharo Bilro	Setúbal	570
José Gomes Dias	Braga	5726
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão	Faro	3283
José Henrique Fernandes da Silva	Porto	15778
José João Jorge Mendes Lucas	Coimbra	4808
José Joaquim Ferreira dos Santos	Porto	646
José Júlio Gonçalves Antunes	Santarém	14962
José Luís Dias de Castro	Aveiro	13277
José Luís Nobre Benrós Pissarro	Lisboa	1053
José Luís Vieira Cardeira	Leiria	413
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Borges Gonçalves	Vila Real	14567
José Manuel Elizeu Pinto	Évora	10813
José Manuel Jordão Barroso Estevens	Lisboa	11678
José Manuel Lourenço Freire	Setúbal	14445
José Manuel Machado de Castro	Porto	333
José Manuel Marques da Silva Pureza	Coimbra	406
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
José Manuel Rodrigues Carreira	Santarém	2758
José Manuel Serralheiro Baptista	Santarém	11690
José Manuel Silva de Jesus	Aveiro	8112
José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho	Açores	3801
José Maria Barbosa Cardoso	Braga	1308
José Maria de Sousa Mendes	Açores	11536
José Maria Salgueiro Moura	Portalegre	1867
José Melo Leite Oliveira	Açores	3861
José Miguel de Sousa Ribeiro	Lisboa	7533
José Miguel Ferreira Ricardo	Porto	15141
José Miguel Silva Lopes	Viseu	16511
José Miranda da Silva	Porto	5076

Jose Paulo Vieira Ferraz	Porto	11658
José Pedro Botelho de Montalvão Fernandes	Porto	6388
José Pedro Campinas da Costa Torres	Lisboa	8031
Jose Pedro Fernandes e Oliveira	Beja	8293
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria	14624
Júlia Maria Machado Garraio	Coimbra	5104
Júlia Maria Ramos Correia	Coimbra	4770
Júlia Raquel Carrapa da Cruz	Porto	5690
Julietta Assunção Espírito Santo Rocha	Setúbal	1191
Karim Hassam Quintino	Setúbal	11774
Lara Sofia Fortunato Sequeira	Setúbal	16342
Leonor Calçada Moreira de Sá Monteiro	Porto	16769
Leonor Carvalho Viana	Setúbal	15886
Leonor Fernandes Amado	Lisboa	16896
Leonor Rosa Faria	Porto	14932
Leonor Samara Rosas	Lisboa	13980
Lídia da Conceição do Vale Costa	Porto	1245
Lígia Esgalhado Pimenta Lima de Morais	Lisboa	16813
Lina Maria Carreira de Oliveira	Leiria	15860
Lou Loução	Lisboa	13974
Lúcia Maria Oliveira Gamelas Dias	Aveiro	14712
Lúcia Pereira da Cunha	Lisboa	13763
Luís Carlos Betencourt de Matos Leiria	Lisboa	993
Luís Carlos Lopes Santos	Santarém	15282
Luis Carlos Pais da Cruz	Lisboa	9390
Luís Carlos Sousa Couto	Açores	8707
Luís Emidio Lopes Mateus Fazenda	Lisboa	1685
Luís Eugénio de Oliveira Peres	Porto	366
Luís Fernando Fernandes Pinto Cardoso	Lisboa	11244
Luís Filipe Baptista Pinho	Lisboa	14659
Luis Filipe Coutinho Lourenço Pamplona	Leiria	13970
Luís Filipe da Cruz Pereira	Setúbal	543
Luís Filipe de Jesus Pimentel de Castro	Lisboa	1713
Luís Filipe Dias Grácio	Santarém	4320
Luís Filipe Garcia de Castro e Salgado	Lisboa	9790
Luís Filipe Martins Grilo	Santarém	11860
Luís Filipe Nunes Teixeira	Lisboa	16688
Luís Henrique Domingues Salgado dos Santos	Lisboa	14190
Luís José Moleiro dos Santos	Faro	2500
Luís Miguel Almeida Rocha	Setúbal	15566
Luís Miguel Andrade Firmo Moreira Cortesão	Coimbra	2981
Luís Miguel Corrêa Costa	Lisboa	8295
Luís Miguel da Silva Faria Guimarães	Lisboa	16998
Luis Miguel Janeiro Mós	Lisboa	14071
Luís Miguel Tavares de Oliveira	Aveiro	7299
Luis Octavio dos Santos Gouveia Junior	Coimbra	16384
Luís Pedro Alves Branco	Lisboa	239
Luís Valentim Pereira Monteiro	Porto	6793
Luísa Maria Marcelino Bento	Castelo Branco	16525
Luísa Maria Porto Ferreira da Silva	Porto	944
Luiz Manuel Duarte Pessoa	Faro	13361
Luiza Maria Noronha Roque	Lisboa	13914
Mafalda da Costa Bernardes Figueira Henriques	Aveiro	15910
Mafalda Inês Silva Porto Ramos Ferreira	Santarém	16191



Mafalda Pinho Escada	Lisboa	10517	Maria de Fátima Gonçalves Francisco	Lisboa	15374
Mafalda Pinto Rodrigues Brilhante	Lisboa	14847	Maria de Fátima Rodrigues da Palma	Évora	15271
Mafalda Sofia Fernandes Félix	Setúbal	2863	Maria de Fátima Teles da Silva	Viseu	15280
Manuel Alberto Silva Gomes	Aveiro	15619	Maria de La-Salette da Silva Ferreira	Aveiro	16035
Manuel Augusto da Silva Correia Cruz	Porto	15578	Maria Deolinda Marques Dias Martin	Lisboa	3942
Manuel Carlos Nunes Abalada	Lisboa	14653	Maria do Céu da Cunha Meneses Fazenda	Lisboa	434
Manuel Claudino Correia	Lisboa	3769	Maria do Céu Moreira Paiva e Silva	Porto	5533
Manuel Fernando Rosa Grilo	Lisboa	649	Maria do Rosário Madruga Carvalho	Lisboa	433
Manuel Flores Sabino	Setúbal	586	Maria Emília Santos Simões Amendoeira	Lisboa	5471
Manuel Gomes Ferreira	Porto	16555	Maria Estela Cordeiro de Vieira Rodrigues	Porto	595
Manuel João Vieira de Sousa	Leiria	13781	Maria Feliciano Esteves Mota	Setúbal	4612
Manuel Joaquim Soares Teixeira	Porto	13128	Maria Fernanda Balceiro Ferreira da Costa	Faro	14673
Manuel Jorge de Araujo Pires	Porto	13338	Maria Fernanda Oliveira de Sousa	Setúbal	1379
Manuel José Gomes Afonso	Lisboa	16856	Maria Filomena Cabrita Galvão	Lisboa	12659
Manuel Perfeito Santos Moreira da Silva	Porto	317	Maria Helena de Almeida Barão e Baião	Faro	15631
Manuel Rocha Coelho	Viseu	11659	Maria Helena de Carvalho Governo de Figueiredo	Évora	10812
Manuel Silva Rocha	Aveiro	6815	Maria Helena de Sousa Figueiredo	Lisboa	3736
Manuel Silvestre Soares Gago	Lisboa	667	Maria Helena Dias Loureiro	Coimbra	9426
Manuel Tavares Tomás	Lisboa	9989	Maria Helena Rodrigues Nunes	Setúbal	1193
Manuel Zacarias Barbosa Leiras	Braga	8718	Maria Inês Russo Nunes Pombo	Guarda	16177
Manuela Cândida Airosa da Silva Gonçalves	Braga	12215	Maria Isabel Mota Pimenta Vieira	Setúbal	1391
Manuela Maria Coelho Antunes	Viseu	1289	Maria Isabel Neves Gonçalves da Silva Martins	Braga	2997
Marcia Maria Neves Pinho da Silva	Aveiro	13284	Maria Isabel Nunes Ramos Duarte	Lisboa	672
Marco André Gonçalves Neves Marques	Lisboa	5160	Maria Isabel Pinto Ventura	Lisboa	7705
Marco Filipe Vieira Gomes	Braga	14803	Maria Isabel Sousa Alcobia	Lisboa	14331
Marco Madeira Aboim	Lisboa	16740	Maria João Catarino Branco	Aveiro	15135
Marco Paulo Dominguez Mendonça	Porto	122	Maria João Ribeiro Agra Pinto Marques	Setúbal	14273
Margarida Costa de Melo	Viana do Castelo	16347	Maria José Almeida Gonçalves Mota	Porto	14446
Margarida Filipa da Cruz Lopes	Setúbal	15848	Maria José da Graça Ferreira	Lisboa	6134
Maria Adelaide do Nascimento Almeida	Lisboa	5500	Maria José de Carvalho Gonçalves Samora	Lisboa	502
Maria Alexandra Antunes Lemos	Aveiro	14355	Maria José Freitas Borges de Araújo	Porto	179
Maria Alexandra Nogueira Vieira	Braga	12281	Maria José Mendes Ganhão	Setúbal	2222
Maria Alexandra Rodrigues Fonseca	Viana do Castelo	16439	Maria Júlia Laranjeira da Silva	Aveiro	13832
Maria Alice Gomes Nunes Jorge Pisco	Lisboa	15361	Maria Leonor Camarinha Parada Figueiredo	Porto	7573
Maria Alice Neto dos Santos Carvalho	Lisboa	13995	Maria Leopoldina de Fátima Mendes Manteigas	Leiria	7378
Maria Carolina da Anunciação Álvares Serrão	Lisboa	16100	Maria Luísa Rosendo Cabral	Lisboa	9516
Maria Carolina Vieira	Lisboa	16376	Maria Manuel de Almeida Rola	Porto	9880
Maria Celeste Moura Cabral Sanona	Açores	10633	Maria Manuela Cavaco Santos	Setúbal	13471
Maria Celeste Rodrigues dos Santos	Faro	10577	Maria Manuela Lourenço da Gama Franco Pereira	Leiria	8203
Maria Clara da Conceição Furtado Rodrigues Nunes Oliveira	Setúbal	9839	Maria Manuela Nobre Rodrigues	Coimbra	1155
Maria Clara Ramos Alves Borges de Andrade	Lisboa	1896	Maria Medeiros Mestre da Cunha	Setúbal	11078
Maria Cristina Bico Moura Didelet	Lisboa	10608	Maria Mercedes Peixinho Pereira dos Reis Fernandes	Aveiro	9348
Maria da Conceição de Lima Faria da Silva	Setúbal	4776	Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra	Coimbra	644
Maria da Conceição de Souza Sobrinho	Lisboa	16469	Maria Nazaré Cruz Carvalhais Nóvoa	Porto	5624
Maria da Conceição Simão Gonçalves Duarte	Coimbra	4812	Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo	Braga	14911
Maria da Graça Pinheiro de Lucena e Silva de Noronha Lima	Porto	6586	Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves	Lisboa	14637
Maria da Graça Rodrigues da Silva Pestana	Lisboa	10290	Maria Rosa Dias	Faro	10391
Maria de Fátima Abreu Barata	Setúbal	754	Maria Sameiro Silva Mendes	Braga	12283
Maria de Fátima Anunciação Martins	Setúbal	11812	Maria Serra Valente	Lisboa	16658
Maria de Fátima Diegues	Santarém	14457			



Maria Soledade Ferreira Marques	Aveiro	14713
Maria Teresa de Oliveira Rodrigues Leitão	Lisboa	2025
Maria Teresa do Céu Figueiredo	Setúbal	1114
Maria Teresa Ferreira de Almeida Jorge	Lisboa	11960
Maria Teresa Nóbrega Duarte Soares	Círculo da Europa	13273
Mariana Antunes Garrido	Coimbra	12097
Mariana Baptista Brilhante	Lisboa	16149
Mariana Curado Malta	Porto	16751
Mariana Filipa Loureiro da Silva	Porto	16938
Mariana Gaspar Rodrigues	Coimbra	10057
Mariana Gomes Simões Pestana Mateus	Setúbal	15524
Mariana Rosa Aiveca	Setúbal	241
Mariana Tomé Falcato Simões	Porto	13796
Marina Teodoro Romana	Porto	13017
Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo	Setúbal	15111
Mário Augusto de Sousa Moutinho	Porto	11159
Mário Durval Póvoa do Rosário	Setúbal	583
Mario Jorge Fernandes Ramalho	Setúbal	7168
Mario Luis Valada dos Santos Correia	Lisboa	7960
Mário Manuel Castro Moniz	Açores	3797
Mário Miguel Ribeiro Manaia	Aveiro	14882
Mário Ribeiro Rodrigues	Lisboa	735
Mário Rodrigues da Silva	Porto	15995
Mário Rui Domingues Ferreira da Cruz	Aveiro	16104
Mário Sérgio Pais da Silva Bonito	Lisboa	634
Marisa Isabel Santos Matias	Coimbra	3764
Marta Sofia da Luz Pereira	Setúbal	1195
Marta Sofia Vieira Silva	Madeira	15303
Mary Cruz Penelope Placido Rosas	Aveiro	10636
Matilde Lameira Porto	Setúbal	15642
Matilde Santa Clara Mendes Pinto	Lisboa	16415
Maurício Cesar Salgado Pacheco	Porto	15201
Maximiliano Nuno Torres Sá Pereira	Braga	16808
Michel Gustave Joseph Binet	Setúbal	16892
Miguel Albergaria Furtado Semedo	Porto	10088
Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro	Faro	10360
Miguel Baptista Miranda Correia	Porto	15764
Miguel da Câmara e Almeida Pinto	Lisboa	448
Miguel Filipe Santos dos Santos	Setúbal	16061
Miguel Garcia Fernandes Bordalo Dias	Lisboa	11813
Miguel Gonçalo Cardina	Coimbra	7151
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662
Milton da Silva Lopes	Aveiro	16036
Moisés Salvador Coelho Ferreira	Aveiro	2860
Mónica Cláudia Brandão Coelho	Aveiro	10913
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Nádia Cardoso	Aveiro	10565
Nádia Leal Silva Marçal	Porto	15981
Nelson da Rocha	Lisboa	1068
Nelson de Jesus Martins da Silva	Porto	14361
Nelson José Bidarra Calheiros	Lisboa	12392
Nelson Ricardo Esteves Peralta	Aveiro	1664
Nuno Alexandre Ramos Costa	Castelo Branco	16478
Nuno Alexandre Ribeiro Penas	Aveiro	16409
Nuno André Costa do Vale	Braga	16648

Nuno Antonio Dias Monteiro	Porto	6969
Nuno Carvalho Ribeiro de Oliveira Costa	Lisboa	9260
Nuno de Avelar Pinheiro	Setúbal	14306
Nuno Eduardo Calça	Évora	962
Nuno Henrique Varela Canha	Portalegre	9675
Nuno Manuel da Rocha e Freitas	Porto	9091
Nuno Miguel Barbosa de Almeida e Silva	Porto	14191
Nuno Miguel Lopes Machado	Leiria	6886
Nuno Miguel Patrício Ramos Ferreira	Coimbra	7916
Nuno Miguel Pedrosa	Círculo da Europa	10488
Núria Santos Guedes	Castelo Branco	13274
Olegário Augusto da Costa Rocha	Aveiro	11409
Orlanda Manuela Carvalho da Silva	Porto	15489
Orlando Pinto de Brito	Lisboa	16983
Patrícia Alexandra César Monteiro	Porto	12749
Patrícia Conceição Sousa Medeiros	Açores	12156
Patrícia Marques Cardoso Coutinho	Viseu	3142
Paula Alexandra Carrasco Serralha	Setúbal	13470
Paula Cristina Barroso Prudêncio Soares	Setúbal	12865
Paula Cristina da Costa Oliveira Pinheiro	Lisboa	16224
Paula Cristina Salvação Brum da Silveira	Setúbal	14279
Paula Cristina Vieira Teixeira	Lisboa	12438
Paula Filipa Vieira Silva	Porto	6188
Paula Maria Militão de Lemos Valentim	Porto	9529
Paulete Micaela Freitas Matos	Porto	605
Paulo Alexandre de Jesus Neto Coutinho	Aveiro	16651
Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos	Coimbra	1147
Paulo Alexandre Maciel Pinto	Porto	14538
Paulo Alexandre Soares Gomes de Sousa	Lisboa	5362
Paulo Alexandre Trindade de Jesus	Lisboa	1453
Paulo António Pereira de Oliveira	Aveiro	11151
Paulo César Rocha Silva	Porto	11022
Paulo Guilherme Pires de Jesus Pinto	Lisboa	15662
Paulo Jacinto de Melo Antunes Ferreira	Lisboa	15660
Paulo Jorge Sousa Guimarães	Porto	16145
Paulo Jorge Veloso Santos	Porto	10615
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo José Ferraz Mendes	Aveiro	4339
Paulo José Maio Sousa Mendes	Açores	4189
Paulo José Vilela Machado e Costa	Lisboa	15961
Paulo Manuel Besugo Sanona	Açores	7870
Paulo Rogério Ferreira Rodrigues	Lisboa	12338
Paulo Sérgio Alves de Oliveira	Aveiro	4833
Paulo Sérgio Gomes Teixeira	Aveiro	14934
Pedro Alexandre Mota da Silva Ramos	Lisboa	3514
Pedro Fernando Ferreira Soares	Aveiro	16293
Pedro Filipe Borges Fernandes Mesquita	Castelo Branco	13405
Pedro Filipe Gomes Soares	Porto	2861
Pedro Gaspar Amaral	Açores	13254
Pedro Guilherme Barreiro Fernandes	Porto	16898
Pedro Henrique Aguiar Seiça Maia	Aveiro	10894
Pedro Jorge Bargão Rodrigues	Santarém	3125
Pedro Jorge Ramajal Monteiro	Porto	174
Pedro Jorge Ventura Rodrigues	Coimbra	5396



Pedro José Homem de Figueiredo Cabrita	Coimbra	17004
Pedro Luiz Ferreira da Silva	Lisboa	11806
Pedro Manuel Lopes Ferreira	Aveiro	13688
Pedro Manuel Nunes de Oliveira	Setúbal	537
Pedro Manuel Nunes Jorge Pisco	Lisboa	7807
Pedro Marques de Figueiredo	Porto	8423
Pedro Miguel Bernardino Gonçalves	Beja	9777
Pedro Miguel Cardoso Lourenço	Porto	9666
Pedro Miguel Celestino Pereira	Setúbal	10738
Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge	Coimbra	16482
Pedro Miguel dos Santos Ferreira	Porto	9526
Pedro Miguel dos Santos Mourinho Guerreiro	Setúbal	14738
Pedro Miguel Figueiras Varela	Lisboa	16852
Pedro Miguel Pereira Faria	Porto	11624
Pedro Miguel Santos Gouveia	Santarém	16985
Pedro Miguel Soares Carreira	Porto	9837
Pedro Miguel Sousa Mota	Faro	4152
Pedro Tiago Alves Pais	Lisboa	14740
Plínio Rafael Alves Cavalcanti Sena Pessoa	Castelo Branco	16546
Rafael Garrido da Mota Seixas	Lisboa	16432
Rafael José Simões Henriques	Leiria	16152
Rafael Virgílio Lopes Vicente	Lisboa	16989
Raquel Alexandra Pereira Vitorino	Lisboa	14734
Raquel Avelar Gonçalves Ferrão Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Liliane Ribeiro dos Santos	Setúbal	16431
Raquel Pimentel Medeiros Pereira	Açores	11101
Raquel Wilson Tavares Montenegro	Aveiro	13096
Raul Alberto Falcão Nobre de Almeida	Beja	16420
Raúl de Oliveira Peixoto	Braga	3621
Rebeca Ema Le Feuvre Moore	Setúbal	16884
Renato Célio Marinho Silva	Braga	7122
Renato Filipe de Barros Santiago	Aveiro	15537
Renato Manuel Cordeiro de Moura Soeiro	Porto	2620
Ricardo Alfonso Reyes Cortês	Setúbal	14104
Ricardo Bruno da Encarnação Soares	Faro	11591
Ricardo Domingos	Lisboa	16976
Ricardo Filipe Raposo Furtado	Açores	8732
Ricardo Gouveia de Almeida	Porto	9357
Ricardo Jorge da Silva Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Luís de Barros Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Nuno de Sousa Lemos Pereira	Setúbal	4322
Ricardo Sant'Ana Godinho Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Silva Vicente	Leiria	6574
Rita Alexandra Monteiro Baptista	Aveiro	10219
Rita Calado Lopes Pureza	Lisboa	16684
Rita Lage Sarrico	Lisboa	11369
Rita Maria Oliveira Calvário	Lisboa	469
Roberta de Cássia Oliveira	Lisboa	16995
Roberto Carlos Teixeira Almada	Madeira	3579
Rodrigo Alexandre Mendes Sousa	Guarda	15216
Rogério Paulo Soares Correia Neto	Faro	9698
Romana Maria Moreira Pedro Sousa	Lisboa	13846
Romeu de Castro Fernandes	Aveiro	14356
Rosa Lídia Cravo Amador Santos	Aveiro	12650

Rosa Maria Fernandes Domingos	Lisboa	3072
Rosa Maria Soares Pereira	Lisboa	6972
Rosalina Fernandes dos Santos Vítor	Lisboa	468
Rui Alberto Pais Marques	Lisboa	7090
Rui Carlos Alves Ministro Godinho	Setúbal	2482
Rui Filipe Maia Santos	Aveiro	15576
Rui Filipe Trinca Ricardo	Lisboa	12823
Rui Jorge de Matos Vera Távora	Lisboa	7530
Rui Manuel da Cunha Salgueiro	Setúbal	14444
Rui Manuel Leite Antunes	Braga	8115
Rui Manuel Lourido Nóvoa	Porto	159
Rui Manuel Morais Borges	Vila Real	11177
Rui Miguel Curado da Silva	Coimbra	2823
Rui Miguel Dos Santos Melo Faria	Aveiro	15497
Rui Miguel Espirito Santo Monteiro Correia	Setúbal	13657
Rui Miguel Pinto Tavares	Porto	16460
Rui Pedro Rodrigues de Lima Moreira	Porto	14414
Rute Marlene Oliveira Barbosa	Braga	15252
Ruth Maria Bento Ribeiro de Sampaio	Porto	3467
Sandra Alexandra Gois Carvalho	Santarém	11006
Sandra Cristina Andrade Carvalho	Braga	5074
Sandra Cristina Ferreira da Costa	Faro	13397
Sandra Isabel Valente Antunes	Porto	12869
Sandra Marina de Sousa Gonçalves Dias	Évora	961
Sandra Mestre da Cunha	Setúbal	487
Sandra Morais Guerreiro	Círculo da Europa	6245
Sandra Paula Aguiar Machado Parreira	Açores	9319
Sandra Silva Dimas Serpa	Açores	7432
Sara Andreia de Jesus Videira	Porto	16317
Sara Barbosa Salazar	Lisboa	16123
Sara Cristina Oliveira dos Santos Azul	Porto	9779
Sara Raquel Ferreira Costa	Aveiro	12095
Sara Rita Neto Rocha	Lisboa	4762
Sebastião José da Cunha Torres Correia	Porto	1971
Sebastião Martins dos Santos Capilé	Setúbal	560
Serafim José dos Santos Duarte	Coimbra	1150
Sérgio Alfredo Conceição da Silva e Sousa	Porto	9147
Sérgio Moreira da Silva	Setúbal	4774
Sérgio Rafael de Sousa Vieira	Porto	12189
Silvana Cassaca Parreira Paulino	Setúbal	8864
Sílvia Jerónimo Ferreira Vargas	Lisboa	16112
Sílvia Raquel Marques Agra	Porto	10716
Simão Dias de Magalhães	Aveiro	15370
Sofia Espada Valente Escudeiro	Aveiro	15906
Sofia Estriga Branco da Silva	Lisboa	16099
Sónia Alexandra Lourenço de Brito Reis	Castelo Branco	13716
Sónia Alexandra Oliveira Gamelas	Aveiro	13378
Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro	Braga	10980
Sónia Freitas Correia	Aveiro	14760
Sónia Isabel Lopes de Almeida Pinto	Aveiro	14992
Sónia Isabel Vicente Pedro	Lisboa	8215
Sónia Luísa Vasconcelos Oliveira	Açores	13181
Sónia Sofia Pereira Figueiredo	Setúbal	14861



Stephanie da Cruz Fernandes	Aveiro	13718
Susana Maria Mota Pinto	Porto	13655
Susana Varela Braga	Viana do Castelo	16398
Tainah Lemos Monteiro	Setúbal	15774
Tainara Fernandes Machado	Lisboa	16653
Tânia Alexandra do Carmo Russo	Lisboa	13263
Tânia Sofia Barroso Ramos	Setúbal	15715
Telma Carina Lemos Gaspar	Leiria	13472
Telma de Jesus Laborinho Ferreira	Leiria	4506
Telma Tavares Ferreira	Lisboa	16652
Teófila Mariana Barbosa de Matos	Setúbal	11957
Teresa Maria Carvalho Nascimento	Santarém	11824
Teresa Marta Gonçalves Silvestre	Castelo Branco	14796
Tiago Alexandre Martins Pinto	Lisboa	16776
Tiago Alexandre Roldão Ferreira	Lisboa	16576
Tiago André da Rocha Sequeira	Lisboa	16328
Tiago André Lima Castelhana	Lisboa	16853
Tiago de Oliveira Paiva	Aveiro	16068
Tiago Gillot Faria	Lisboa	636
Tiago João Pereira da Silva	Lisboa	7579
Tiago José Ferreira de Lima Barbosa	Aveiro	12837
Tiago José Novais Matos	Porto	14220
Tiago Manuel da Silva Barreiro de Magalhães	Porto	15700
Tiago Miguel Ferreira Marques	Viseu	14900
Tiago Resende Araújo Ferreira	Viseu	14514
Tiago Simão Fernandes Pinto Sampaio	Lisboa	16372
Tomás Carvalho Pereira	Guarda	16877
Valdemar Francisco Filipe Moreira Reis	Setúbal	1102
Valter Vinagre	Lisboa	1670
Vanessa Abreu Da Silva	Aveiro	10190
Vanessa Sofia Tavares de Sousa	Setúbal	10007
Vânia Patrícia Abreu Felício	Porto	15274
Vânia Sofia Ferreira Santos	Aveiro	16390
Vasco de Sá Nunes Correia Diogo	Lisboa	16613
Vasco Ruela de Moura Salvador Fernandes	Lisboa	15373
Vasco Valente Lopes	Vila Real	15686
Ventura Jose Crujo Ramalho	Beja	11934
Vera Isabel Meneses Fazenda	Lisboa	480
Vera Lúcia Fernandes Vicentino	Aveiro	13907
Vera Lúcia Morão dos Santos Veiga	Castelo Branco	16260
Vera Lúcia Pinheiro Pires	Açores	4511
Vera Maria Machado	Porto	15697
Vera Patrícia Nunes Mouzinho Paepke	Lisboa	16609
Vera Ventura Gonzalez Quiros	Lisboa	10898
Verónica Fátima Mesquita dos Santos Pereira Silva Lopes	Açores	10839
Vicente Calvão Borges Antunes Ferreira	Lisboa	13219
Vicente Carvalho de Sá	Évora	11681
Víctor Leonel da Cunha Salgueiro	Setúbal	13451
Virgílio Joaquim Marta	Aveiro	16597
Virgílio Manuel Morais de Matos	Porto	15022
Virgínia Maria Melo Matos	Aveiro	6668
Vitor Edmundo Proença da Silva	Lisboa	1073
Vitor Manuel Bexiga Ruivo	Faro	516

Vitor Manuel Cardoso Carvalho	Porto	16144
Vítor Manuel Cavalinhos	Setúbal	526
Vítor Manuel dos Santos Pinheiro	Lisboa	712
Vítor Manuel Freitas Rosa	Setúbal	10748
Vítor Manuel Machado Parreira	Açores	7434
Vítor Manuel Mendes Pires	Porto	1263
Vítor Manuel Reis Gonçalves Lopes	Lisboa	16676
Vítor Manuel Rodrigues Brilhante	Lisboa	1105
Vítor Paulo Azevedo Lima	Vila Real	11514
Vitorino das Neves Vieira Pereira	Leiria	477
Zélia da Conceição Marques de Almeida Cardoso	Viseu	14646

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A REJEITADAS

Vítor Franco

PROPOSTA:

No fim do Ponto 26 acrescentar: "O PS meteu o socialismo na gaveta, agora está a meter a esquerda!"

JUSTIFICAÇÃO:

O curto texto pretende deixar mais clara a questão se o PS é ou não de esquerda, tal dilema arrasta-se há dezenas de anos. Por outro lado, clarifica melhor o sentido das suas políticas e ajuda a abordagens sobre possíveis ou hipotéticos acordos na AR. Também ajuda à abordagem de outras eleições como as autárquicas.

RESPOSTA:

Rejeitada. A formulação presta-se a equívocos: a esquerda não pode ser metida na gaveta do PS.

Vítor Ruivo

PROPOSTA:

"Ponto 17. Acrescentar um 2º e 3º parágrafos: [Mas tal política só conseguirá concretizar-se pela pressão e pelo crescimento de um forte movimento internacionalista, independente de quaisquer imperialismos, mas valorizando a sua perigosidade relativa, que ganhe amplas camadas populares, em defesa dum cessar-fogo imediato na guerra da Ucrânia, por negociações respeitadoras da soberania dos países em conflito e pela autodeterminação expressa dos seus diferentes povos.

O Bloco procurará integrar-se no urgente fortalecer desse movimento, dinamizando protestos populares que afirmem estes objetivos.]."

JUSTIFICAÇÃO:

Tal como dizemos que, para Portugal, a oposição à política do Governo, à sua direitização crescente e à influência da direita e extrema-direita, só com a resposta e o crescimento da luta popular e da sua maior organização poderá vencer esse rumo, também a nível europeu, seja no plano económico, seja no da paz, é indispensável o crescimento das lutas populares e dum movimento de protesto nas ruas que afirme um projecto de segurança e paz, que se sobreponha à cumplicidade e submissão da UE aos desígnios dos EUA/NATO. E também aí, cabe ao Bloco estar na primeira linha desse movimento, o que não tem acontecido.

RESPOSTA:

Rejeitada. No conflito não está em causa a soberania da Federação Russa

PROPOSTA:

Ponto 31. Acrescentar um 2º parágrafo: [Também nas mobilizações cidadãos o Bloco procurará que elas se manifestem, pela maior organização e ação dos vários movimentos sociais e locais, na oposição direta em relação aos “donos disto tudo”, os maiores beneficiários da política governamental – os grandes grupos monopolistas da energia, da banca e dos seguros, da saúde, dos transportes, da grande distribuição e da especulação imobiliária; todos eles cada vez mais ligados e subordinados a esses monopólios a nível internacional.].

JUSTIFICAÇÃO:

A expressão directa de luta contra os verdadeiros donos da política nacional, por um lado, serve para mostrar que, de facto, são eles os “donos disto tudo”, afinal nunca sujeitos ao escrutínio democrático, e tornar a maioria da população mais consciente disso, trazendo-os mais à luz e à condenação pública. Assim como também não dar a ideia que se concentra toda a oposição num único adversário, o Governo e o PS, centrado no âmbito político-eleitoral, que nem é o mais influente nem poderoso na globalidade do poder capitalista nacional.

RESPOSTA:

Rejeitada. A proposta é redundante com outras partes do texto.

PROPOSTA:

Ponto 32. No 2º período acrescentar a seguir a “... num contexto em que,” [junto ao medo do despedimento e à influência do individualismo] se combinam...”

JUSTIFICAÇÃO:

Sendo este um ponto síntese da situação da classe trabalhadora, o medo e o peso do individualismo, são muito fortes exprimindo a grande influência actual sobre os trabalhadores do poder e da ideologia capitalista, pelo que faz sentido serem referidos também.

**RESPOSTA:**

Rejeitado. Medo e individualismo são consequências e não causas

PROPOSTA:

Ponto 33. Acrescentar um 2º parágrafo: [Nesse sentido, promover-se-á a criação de Grupos de Trabalho Laboral em todos os distritos onde eles ainda não existem, incentivando o activismo e a sindicalização dos aderentes locais.].

JUSTIFICAÇÃO:

Este acrescento poderia ter melhor lugar no capítulo da organização partidária, mas como aí a Moção, no que refere ao trabalho laboral do Bloco, apenas indica aquilo que de positivo se está fazendo no pós-pandemia, torna-se mais fácil acrescentar neste ponto, como parte da responsabilidade partidária, em todo o partido, por todo o país, na dinamização da luta laboral, actualmente tão aquém das possibilidades de que dispomos se lhe dermos a devida prioridade.

RESPOSTA:

Rejeitada.

Cabe às organizações distritais definir a forma de organizarem no seu âmbito a intervenção laboral. Onde são criados grupos de trabalho laboral, essa opção já é apoiada.

Tiago Paiva

PROPOSTA:

Em virtude da evidente e necessária construção e implementação de um programa político alternativo ao vigente, sugere-se a inversão da ordem dos dois pontos "IV. a Europa sob ameaça da direita radicalizada" e "V. liderar a oposição afirmar uma alternativa", priorizando a liderança da oposição em detrimento do esvaziamento da direita radicalizada

JUSTIFICAÇÃO:

Por um exercício lógico, se as políticas seguidas pelos sucessivos governos são uma das causas do surgimento do fenómeno da extrema direita, então, num exercício de coerência, liderar a oposição e afirmar uma alternativa deve preceder o esvaziamento da direita radicalizada.

**RESPOSTA:**

Rejeitada. O ponto sobre a extrema-direita é parte da análise internacional, daí preceder o ponto sobre política nacional e afirmação de alternativa ao PS.

PROPOSTA:

Eliminar o ponto 5 da moção A refere "Nenhum dos perigos radicais que assolam a humanidade é de origem natural."

JUSTIFICAÇÃO:

É uma afirmação que, para além de não referir o contexto a que se refere, em determinados contextos é materialmente falsa. Podemos considerar catástrofes naturais como perigos radicais, e negar que uma catástrofe natural não é de origem natural é um paradoxo irreconciliável, tipicamente apanágio dos mais criativos adeptos negacionistas. Sugiro que este ponto seja eliminado do texto da moção.

RESPOSTA:

Os perigos radicais a que o texto se refere estão designados no texto e nenhum é de origem natural.



MOÇÃO E
UM BLOCO PLURAL
PARA UMA ALTERNATIVA
DE ESQUERDA
UM DESAFIO QUE
PODEMOS VENCER!

UM BLOCO PLURAL PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA – UM DESAFIO QUE PODEMOS VENCER!

O Mundo do Século XXI traz novas oportunidades proporcionadas pelo progresso técnico e científico, mas a civilização do capitalismo globalizado ataca os Direitos Humanos e degrada equilíbrios ecológicos. Precipita crises consecutivas que aprofundam desigualdades e aumentam a concentração da riqueza. Construir alternativas exige respostas radicalmente intransigentes com o atual quadro global, colocando na primeira linha a centralidade do Trabalho e o combate à emergência climática. A social-democracia é passado, vivemos sob a hegemonia do neoliberalismo e uma qualquer forma de keynesianismo não é alternativa – olhamos para o ecossocialismo como horizonte de sociedade. O Bloco tem a obrigação de fazer um balanço profundo dos últimos anos, tirar lições das derrotas, redefinir a orientação política com autonomia tática e estratégica, ser capaz de juntar amplos setores da sociedade e apontar para a mudança social. Antecipamos o futuro nas lutas quotidianas, nos movimentos e no modo como nos relacionamos internamente.

Queremos democracia radical, participação e pluralismo onde não há lugar a “ervas daninhas”. Todas fazem falta à esquerda na luta pela maioria social. Queremos uma esquerda na luta por um novo compromisso civilizacional entre Trabalho, Ambiente, Conhecimento e novas gerações.

O BLOCO SURGE PARA AFIRMAR UM PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

1. O Bloco atingiu um importante patamar de influência política, social e eleitoral ao longo destes últimos pouco mais de 20 anos, em plena época do neoliberalismo e da globalização capitalista avassaladora, nas mais complexas condições e contextos políticos. Em períodos de enorme bipolarização, o Bloco resistiu e cresceu. **A recente diminuição dessa influência prender-se-á com dificuldades do quadro sociopolítico. Mas tem de se considerar que a orientação seguida, à margem de uma aprofundada auscultação da base, não foi adequada nem competente para enfrentar esse quadro.**

2. A génese do Bloco foi marcada pelas mobilizações sociais em torno da despenalização do aborto, da autodeterminação de Timor, da luta contra a guerra do Iraque e pela exigência da mais ampla democracia e pluralidade, em oposição ao austeritarismo neoliberal e a modelos de partidos que caíram com o Muro de Berlim. Desafiou o status quo dos partidos tradicionais e ficou indissociavelmente ligada aos movimentos progressistas e a mobilizações no espaço público. **É nesse campo que o Bloco tem de estar, de forma autónoma e diferenciada, sem hesitações sobre o papel do PS no acolhimento das políticas neoliberais da UE e do alinhamento com os interesses hegemónicos dos EUA e belicistas da NATO.**

3. O Bloco quis reconstruir o projeto de transformação da sociedade. Soube juntar forças, avançar com uma agenda política que contrariou rotinas, convocou os debates tabu, de modo a mobilizar a opinião pública e enfrentar as classes dominantes e o poder elitista quer do PSD/CDS quer do PS. Foi necessário “correr por fora” e “correr por dentro” das instituições e o Bloco soube fazê-lo. **A institucionalização de uma força com estas características e objetivos, com a ênfase parlamentar quase exclusiva como centro da iniciativa política, a secundarização das lutas populares e até o afastamento de combates laborais sujeitos a forte ataque do governo, retirou coerência e diluiu o projeto político.**

4. Sempre que foi capaz de fazer balanço (auto)crítico dos insucessos e a correção dos erros, o Bloco reergueu-se e recuperou. **É este o desafio que temos pela frente.** O fechamento e a autossuficiência perante as dificuldades não alteram o rumo. O ciclo de perdas eleitorais e de diminuição de influência social tem de ser avaliado a partir das situações concretas recentes e da linha política que provou ser incapaz de

mobilizar setores sociais que haviam confiado no Bloco. **Este balanço está por fazer**, exigindo que sejam convocados o período do acordo parlamentar de maioria PS, BE e PCP, o acordo autárquico PS e BE em Lisboa, as posições face às lutas laborais e os resultados eleitorais do período que terminou com a derrota nas Legislativas 2022.

5. Nas Legislativas de 2019, o Bloco falhou o objetivo traçado na XI Convenção Nacional de “ser força de governo, com uma nova relação de forças”. Afirmou-se, então, “Estamos prontos!” O objetivo de participar no governo tornou-se evidente. Com previsibilidade, o PS dispensou acordos à esquerda e o Parlamento deslocou-se à direita. **Após a XII CONVENÇÃO, nas Legislativas antecipadas de 2022, a campanha centrada no objetivo da repetição de um acordo com o PS foi um dos fatores de derrota.** Foi criada a percepção de que o projeto do Bloco estaria nisso concentrado e limitado. O Secretariado Nacional recusou fazer balanço e corrigir a linha política, pelo que se impunha um debate coletivo, a realização de uma Convenção e a assunção de responsabilidades. **Há que reconhecer o erro da orientação insistentemente prosseguida desde meados da legislatura 2015-2019. Caso contrário, o atual discurso contra a maioria absoluta PS torna-se incoerente, oco e retira confiança aos/às militantes e a muitos setores que apoiaram o Bloco. Neste contexto, enfáticos apelos à luta afiguram-se perante largas camadas da opinião pública como oportunistas.**

6. Perduram os fatores estruturais que levaram ao surgimento do Bloco: a globalização neoliberal, a guerra, a exploração, as desigualdades sociais e os conservadorismos, ao invés da justiça social, da paz e da solidariedade prometidas pela elite financeira europeia na construção da CEE/UE. Fenómenos agravados pela ascensão de uma agressiva extrema-direita e por crises sistémicas como as económicas, as alterações climáticas e a pandemia. **É preciso resgatar a ideia génese do Bloco. O risco de o campo popular e a esquerda perderem influência política e social é evidente e tem de ser enfrentado. Não o reconhecer e nada fazer para mudar esse rumo seria uma irresponsabilidade.**

ACABARAM OS TEMPOS DO “CONTRATO SOCIAL” - ESTÁ EM CURSO A GUERRA SOCIAL CONTRA OS 99%

7. Enfrentamos o desafio da recomposição política, social e cultural do campo das forças que se opõem à globalização, que rejeitam o caminho do empobrecimento de trabalhadores/as, que querem enfrentar a crise climática e defendem a paz contra o carro da guerra imperialista. **Apontamos a uma nova sociedade assente no Ecosocialismo, horizonte mobilizador capaz de alavancar ações coletivas por parte de novos e mais antigos movimentos sociais.**

8. Um mundo sem exploração da humanidade, dos/as trabalhadores/as e dos sistemas ecológicos, tem de ser ganho nos combates que mudam as políticas determinadas pelo capital, pelo modelo produtivista e extrativista, causadoras da enorme instabilidade internacional. Os EUA são o maior fator dessa instabilidade, com frequente recurso à agressão, como no Iraque, à chantagem belicista e ao conflito comercial, evidente no enfrentamento com uma China também em busca de afirmação como potência global. **Rejeitamos o alinhamento com uma das partes. O nosso combate é anti hegemónico e ecosocialista.**

9. Os Estados europeus em geral não exercem um papel autónomo nas relações internacionais, submetidos à NATO e às imposições dos EUA. Não definem uma política própria de comércio internacional mais justa, de solidariedade com o Sul Global, com os povos que migram para fugir à fome e à morte, de apoio aos povos palestino, curdo e sahuri, de vanguarda na luta pela paz e no combate às alterações climáticas. **Em vez de escolherem a via negocial para a resolução dos conflitos, optam pela militarização e corrida armamentista, com um dramático cortejo de mortes e destruição nos campos de batalha.**

10. O Bloco posiciona-se contra a guerra, produto da crise do próprio capitalismo global, em que os povos perdem sempre. **Rejeitamos com veemência a agressão da Rússia contra a Ucrânia e exigimos a todas as potências envolvidas que, em vez de alimentarem a guerra, cessem imediatamente os combates**

e avancem para negociações de paz. Condenamos e sabemos da responsabilidade direta da Federação Russa na invasão da Ucrânia. Não temos qualquer dúvida sobre o papel agressivo dos EUA e da NATO e a submissão da generalidade dos governos europeus aos seus desígnios expansionistas para o domínio global na disputa com potências emergentes. **Queremos Putin fora da Ucrânia e a NATO fora da Europa.** O Bloco não pode ficar ligado a qualquer decisão que branqueie essa submissão (caso da votação de resoluções no Parlamento Europeu). Referências genéricas aos “imperialismos” obliteram o papel hegemónico dos EUA e da NATO.

11. Acabou o tempo do impropriamente chamado “contrato social” promovido pela social-democracia, sob grande pressão do movimento dos trabalhadores. Para além da sobreexploração dos povos do chamado Terceiro Mundo, o Estado-social foi suportado em três décadas de crescimento económico. **Esse “contrato” foi rasgado e o que atualmente determina a elite europeia é a visão neoliberal. A coberto da guerra na Ucrânia, está em marcha na UE a guerra social, uma ofensiva de destruição de direitos e redução de salários, de precarização e uberização do trabalho, de degradação de serviços públicos, de recuo em relação às metas climáticas e da produção de energia a partir de fontes fósseis.**

12. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), surgido na sequência do Tratado de Maastricht, tem sido o instrumento para impor restrições orçamentais, diminuir o Estado-social, acelerar a abertura dos serviços públicos e da segurança social aos privados. Suspenso durante a crise pandémica, a Comissão Europeia prepara-se para o fazer ressurgir ainda com mais limitações às soberanias e aos direitos dos trabalhadores e dos povos. O Banco Central Europeu está a criar um mecanismo (“antifragmentação”) para se apoderar diretamente da política económica, orçamental e social dos países que não cumpram os critérios impostos. **Os governos dos países da UE abdicam de uma política alternativa e soberana. O combate a esta posição é fundamental. A desobediência à UE é um elemento político soberano essencial de resistência.**

13. A UE e o Euro estão cada vez mais longe de constituírem uma solução. A integração da União e a Moeda Única têm agravado as crises e aprofundado as desigualdades sociais, em particular nas economias (semi) periféricas e mais débeis, com serviços da dívida que esgotam recursos em favor do sistema financeiro. **A renegociação da dívida – injusta e impagável – deve ser colocada em cima da mesa na UE e na agenda política nacional e internacional.**

A MAIORIA ABSOLUTA COMBATE-SE COM AS LUTAS SOCIAIS

14. O “estado de graça” da maioria absoluta do PS foi curto. A crise provocada pela escalada inflacionista voltou a evidenciar de que lado se coloca o PS. A indignação e a revolta de vastos setores sociais – dos laborais aos ambientalistas – com a política governamental são evidentes. As lutas dos professores, técnicos e operacionais da escola pública alcançaram mobilizações históricas, mas também outros sectores e empresas, no público e no privado, têm convocado greves e manifestações pelas suas reivindicações. Movimentos como o “Solidários”, “É hora de agir!” e o “Vida Justa” manifestam-se na rua. **A perda de poder de compra de trabalhadores e pensionistas é um facto dramático. O combate pela erradicação da pobreza e contra o empobrecimento são centrais na nossa intervenção política.**

15. No Parlamento, a maioria absoluta do PS prefere a disputa e polarização com populistas e liberais, ao confronto com qualquer força capaz de disputar o seu espaço político concentrada na mobilização social. Esse é o papel do Bloco. **A construção de uma alternativa de esquerda para o país impõe o combate à maioria absoluta do PS, apoiada num novo projeto de sociedade, numa linha política autónoma, num sistema de alianças e na mobilização social para múltiplas lutas no espaço público.**

16. Sobre o projeto de sociedade, reafirmamos o **ecossocialismo**, colocando na primeira linha o respeito por quem trabalha ou trabalhou, a democracia participativa, o planeamento descentralizado e a partir da base, a propriedade coletiva dos principais meios de produção, o controlo público dos setores estratégicos da economia, uma economia descarbonizada que tenha em conta os avanços tecnológicos, nomeadamente na

digitalização, de superação do modelo produtivista e extrativista, o restabelecimento da relação metabólica entre humanidade e natureza. O ecossocialismo é um projeto que aprendeu com os erros do passado, para ganhar o futuro.

17. A “excessiva proximidade ao PS” que determinou campanhas eleitorais do Bloco sem coerência nem autonomia, com expectativas e objetivos dependentes de novos acordos com o Governo, resultou num ciclo de perdas eleitorais e de estreitamento da influência política. **Há que reafirmar uma linha autónoma que reponha a radicalidade no discurso, nas propostas e na intervenção social, a ação na defesa dos trabalhadores e nas respostas à emergência climática, em vez do eleitoralismo marcado pela superficialidade, gerido em função da possibilidade de entendimentos parlamentares com incidências governativas. Esta mudança é absolutamente necessária para a recuperação da confiança no Bloco.**

18. É essencial, e existe espaço, para uma alternativa de esquerda credível e transformadora, que não se resume ao Bloco que deve assumir um papel catalisador. Uma ampla resposta popular exige diálogo e iniciativa comum com todas as forças – partidárias, sociais e do conhecimento, capazes de se posicionarem à esquerda do Governo, nas suas propostas aos problemas sociais criados pelas crises e pela ofensiva neoliberal. O Bloco deve agir em coerência com este desafio, sem sectarismo nem autossuficiência. **A construção de uma alternativa política capaz de influenciar uma ampla maioria da sociedade, é um processo social e político de fôlego e com horizonte que não se resume a duvidosos acordos circunstanciais.**

UM PROGRAMA COM COMPROMISSOS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

19. Um programa para uma alternativa tem de garantir que cesse a transferência de rendimentos do trabalho para o capital, desde logo impedindo a perda nos salários, pensões, apoios sociais e sistema de direitos. Tem de ser intransigente na defesa das condições para a contratação coletiva, no combate à precarização das relações laborais e à *uberização*. **Tem de assegurar robustos serviços públicos que garantam os direitos constitucionais à saúde, à educação, a reformas dignas e ao acesso universal à habitação, com a criação de um Serviço Nacional de Habitação que promova a oferta pública e cooperativa, combata a mercantilização deste direito e a especulação imobiliária.**

20. Um programa de alternativa tem de responder às urgências ambiental e ecológica, com capacidade de interligar trabalho e ambiente, em confronto com um sistema baseado na obtenção do lucro imediato. Um programa assente na descarbonização da economia pela diminuição das emissões de GEE, na criação de emprego com direitos, na ampliação do transporte público coletivo sem emissão de CO₂, em particular da ferrovia, na proibição de voos comerciais de curta distância.

21. São necessárias medidas urgentes de proteção das populações mais vulneráveis a fenómenos extremos, decorrentes da mudança climática, de combate à pressão sobre a orla costeira e à desertificação. **A água de qualidade não pode ser uma mercadoria, mas um bem público com garantia de acesso a consumos básicos.** Impõe-se a defesa da biodiversidade e das áreas protegidas, contra a sua cogestão pelas autarquias que as tornam presa fácil dos interesses imobiliários; pela eficaz proteção dos *habitats* de interesse conservacionista e de requalificação de áreas degradadas.

22. Nos sistemas agroflorestais, torna-se estratégico avançar para a transição agroecológica, com adaptação da produção de alimentos às condições edafoclimáticas, contra os lobbies do agronegócio, dos grandes agrários e industriais da celulose, com incentivo à agricultura familiar e à criação de circuitos curtos de produção e comercialização, contra a expansão do regadio e de extensas áreas de monoculturas. **O objetivo central da PAC é garantir os lucros do agronegócio europeu ao invés de apoiar os pequenos agricultores e o seu associativismo, promover a soberania alimentar, defender uma floresta multifuncional e biodiversa, com remuneração dos pequenos produtores que assegurem serviços ambientais e ecológicos. Só travando as monoculturas extensivas de eucalipto e pinheiro-bravo se defende o espaço rural e se previnem os incêndios devastadores.**

23. Um programa para a alternativa assume o compromisso de levar a cabo a regionalização, como processo de descentralização e democratização do Estado associado à participação popular na definição das políticas públicas e da governação ao nível subnacional. Torna-se essencial superar iniquidades territoriais e aprofundar a democracia local. Nas autarquias, o presidencialismo, em geral autocrático, deve ter como alternativa o reforço da centralidade e dos poderes das Assembleias, conferindo-lhes capacidade de determinar a composição dos executivos, de os fiscalizar efetivamente e de decidir sobre a continuidade, através do mecanismo da moção de censura. A via do Governo para a “descentralização” aumenta a concentração de poderes no presidencialismo autárquico, promove o clientelismo e descarta responsabilidades em áreas cruciais, como Educação e Saúde. Não é regionalização.

24. O país tem de evoluir para a produção descentralizada de energia a partir de fontes limpas, com a formação de comunidades locais de produção, distribuição e consumo, sem prejuízo do aumento da eficiência energética. Há que adotar um novo paradigma energético que rejeita o produtivismo, assim como o “capitalismo verde”, em que descarbonizar é entendido como uma mera oportunidade para novos negócios. É o caso da “Taxonomia Verde da UE” que considera o gás e o nuclear energias limpas. Repudiamos o nuclear e exigimos o desmantelamento da central de Almaraz. O interior do país não pode transformar-se num manancial para as indústrias extrativas (lítio e metais raros) com o incremento da poluição dos solos e da água, da desertificação, e do conseqüente despovoamento. **A esquerda decidida a um novo compromisso civilizacional entre Trabalho, Ambiente, Conhecimento e as novas gerações, coloca o ambiente e a defesa dos sistemas ecológicos no centro das suas exigências.**

APOIAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFENDER A SUA AUTONOMIA

25. Os movimentos sociais desempenham um papel essencial e estratégico nas mudanças necessárias na sociedade, na economia, no ambiente, no combate aos conservadorismos, à fascização, à extrema-direita, na luta pelos direitos de género, LGBTIQ+, antirracista e antineocoloniais. Defendemos a autonomia dos movimentos e rejeitamos qualquer atitude tutelar ou instrumental que tenda a sufocá-los. Saúda-se o surgimento de novas dinâmicas sociais, com formação de coletivos, movimentos e sindicatos que intervêm nas lutas pela habitação, pelos salários, contra o aumento do custo de vida, pelos direitos laborais, por cidades inclusivas e promovem a propriedade coletiva e os comuns. O horizonte ecossocialista começa a desenhar-se nas lutas quotidianas e no modo como se estabelece a relação com os movimentos, antecipando o futuro.

26. A crise social, económica e ecológica atinge de forma particular os idosos, as crianças e as mulheres, em especial as que nada têm para além da sua força de trabalho. Continua a ser sobre as mulheres que recaem as consequências da violência machista, das desigualdades económicas e sociais, dos assédios, dos preconceitos sexistas, racistas e neocoloniais. As precariedades absorvem as suas vidas desde as que, de madrugada, saem de casa para trabalhar, até às que, sendo migrantes e não só, trabalham sem quaisquer direitos. As violências contra as mulheres perpetuam -se e os números dos femicídios não descem. As raízes patriarcais desta sociedade consolidam a opressão e a dupla exploração das mulheres trabalhadoras, com particular gravidade das mais precarizadas e discriminadas como as migrantes, as lésbicas, bissexuais e trans. A fome tem rosto de mulher, criança e pessoa idosa. A intervenção ecofeminista, a luta pela igualdade e pela emancipação plena das mulheres impõe-se de forma interseccional.

27. Recomeçar de Novo implica uma firme defesa da democracia, na prática e no terreno das ideias; uma democratização do conhecimento, da cultura e de respeito pelos seus agentes, profissionais ou não. Exige um intransigente combate à corrupção, à ascensão das forças de extrema-direita, populistas, xenófobas, racistas e machistas.

28. A alavanca essencial para a mudança política são as lutas laborais, sociais e ambientais, em articulação com os vários movimentos, sem menosprezo pela luta no seio das instituições e da democracia representativa. O Bloco assume a análise baseada na luta de classes e não se sobrepõe às prioridades geradas pelas contradições sociais e culturais. A obrigação é agir sobre elas, nos contextos políticos

que criam. **A prioridade é favorecer a multiplicação das redes de ativismo e do sindicalismo à escala nacional, regional e, com enorme importância, a nível local e de locais de trabalho. Disso depende o avanço das lutas, o enraizamento e ampliação do apoio popular** à política alternativa de esquerda.

29. Há lutas que marcam o momento. **Nas condições laborais**, assume prioridade a luta contra a precariedade e a *uberização*, por salários e reformas justas, pela redução do horário de trabalho para as 35 horas sem perdas salariais, pela defesa dos direitos dos imigrantes e da negociação e contratação coletiva que afaste a sua caducidade. **No direito à Habitação**, exige-se uma política pública que não esteja dependente do mercado; tetos nas rendas, fim dos despejos sem alternativa e garantia de que os milhares de fogos devolutos detidos pelos fundos de investimento imobiliário serão mobilizados pelo Estado, a curto prazo, para serem disponibilizados com rendas acessíveis. **Na Educação**, aumento do investimento público, com redução do número de estudantes por turma, criação de instrumentos para a qualificação e dignificação do corpo docente e uma avaliação justa de desempenho. **Na Saúde**, garantir um SNS forte, com médicos de família para todas as pessoas, carreiras profissionais dignas e fim da promiscuidade com o privado. Reconhecimento dos cuidadores informais. **Na Justiça**, igualdade no acesso aos tribunais, em especial pelos mais necessitados, redução das taxas de justiça, tornar célere e menos classista o regime da proteção jurídica e dotação de meios adequados. **No Ambiente**, combate aos interesses mercantis dos *lobbies*, com a criação de uma agência pública para a transição energética que apresse a política de carbono zero, promova a investigação nas alternativas limpas e garanta o não adiamento da redução na utilização de combustíveis fósseis, a coberto da guerra na Ucrânia.

30. O Bloco deve investir na aproximação, formação e organização de quantos/as queiram sindicatos com democracia e de combate. A relação bloquista com o movimento laboral, o movimento de massas mais forte organizado em Portugal, deve ser solidária e esclarecida. O problema central não é o da partidização, como alguns defendem para desmotivar ou diminuir a importância da participação. Há é que enfrentar o atraso relativamente às novas realidades, em especial a precariedade, a imigração, as novas formas de trabalho, a digitalização, a alternativa ao modelo produtivista e as novas complexidades impostas pela escala global do capital. É essencial contribuir para a intervenção e renovação de quadros sindicais e enfrentar o ataque neoliberal contra os trabalhadores, a coberto de uma suposta "concertação social".

31. Cabe à esquerda que não desistiu unir-se e participar nos movimentos sociais, nos combates antineoliberais e anticapitalistas. As derrotas de Trump e Bolsonaro mobilizaram milhões, a revolta antirracista nos EUA e as iniciativas Me Too desencadearam uma forte mobilização popular com grande repercussão internacional. Pulsa nos movimentos a exigência de justiça, democracia, direitos laborais, LGBTQI+, feministas, étnicos, decoloniais, e de mudanças revolucionárias, de socialismo.

UM BLOCO CONSTRUÍDO COM A ALEGRIA DA PARTICIPAÇÃO E DA PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

32. O próximo ciclo eleitoral começa em setembro/outubro de 2023, com as eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Previsivelmente, prosseguirá com as Europeias em maio/junho 2024, depois para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em outubro 2024, Autárquicas em setembro/outubro 2025, Presidência da República, logo no início de 2026 e as Legislativas em setembro/outubro. Estes processos eleitorais precisam de preparação específica, mas **todos exigem autonomia política, formas de cooperação interna, sem exclusões, e, na base, muito mais participação na definição e iniciativa política.**

33. As eleições na Madeira irão ter a importância específica da procura do restabelecimento da representação parlamentar bloquista, perdida em 2019, e por poderem marcar o ciclo, nomeadamente no combate à extrema-direita. As autonomias, tanto da Madeira como dos Açores, serão determinantes na definição da orientação política do Bloco e devem contar com o forte empenho do todo bloquista.

34. Às organizações locais do Bloco deve ser conferida capacidade para avançar com candidaturas autárquicas, candidatas/os e programas eleitorais locais. Todo o empenho deve ser conduzido para

a promoção de candidaturas próprias, podendo assumir, em situações excepcionais, o eventual apoio a alianças populares à esquerda, na forma de coligações pré-eleitorais ou candidaturas independentes e cidadãos. A preparação das Autárquicas 2025 deve começar desde já, com valorização prioritária do trabalho local, apoio à formação e intervenção dos núcleos locais.

35. Defendemos o pleno funcionamento no Bloco, segundo as regras estatutárias, dos vários órgãos eleitos democraticamente. Recusamos a excessiva centralização pelo Secretariado Nacional (que não é considerado pelos Estatutos um órgão) da iniciativa política e das fronteiras dos debates internos, com aberta desvalorização da Comissão Política, da Mesa Nacional e dos órgãos intermédios e de base. No Bloco, o pluralismo é **uma riqueza que não deve ficar fechada e limitada às tendências. A valorização dos contributos das múltiplas experiências e saberes, com rejeição absoluta das perseguições internas por delito de opinião, é uma preciosa marca original do partido de que não podemos abdicar. Rejeitamos o crescente “centralismo burocrático” disfarçado de democrático.**

36. O Bloco deve passar a estimular a descentralização e multiplicação de polos de iniciativa, ação e reflexão. Deve ganhar a cultura de porta-vozes, democraticamente legitimados pelos/as aderentes e nas diversas escalas de intervenção (local, regional e nacional), que assumam responsabilidades temáticas para o exterior e para o desenvolvimento desses debates no nosso seio. **Só com responsabilização se formam quadros, rostos e equipas para as lutas sociais e para as disputas eleitorais nacionais, regionais e autárquicas.**

37. Para reconstruir um Bloco forte, vamos dar atenção prioritária à atividade de base, combatendo o fechamento e a autossuficiência centralista. Há que revalorizar a iniciativa e a decisão participadas, combatendo o centralismo; promover o debate livre em vez de uma estereotipada transmissão de propaganda formatada e de “cima para baixo”; ao invés da conceção de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um crescente monolitismo castrador e reacionário, queremos revalorizar a pluralidade, marca genética do Bloco esmagada por práticas de sectarismo e velhas lógicas de exclusão e de asfixia da democracia interna.

QUE PARTIDO QUEREMOS? UM BLOCO POPULAR E DE AÇÃO, PLURAL E CAPAZ DE JUNTAR FORÇAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

38. Queremos um Bloco de ação e de massas, com a identidade que a luta pelo socialismo nos nossos tempos lhe confere, virado para a construção de soluções unitárias, abrangente e anti sectário, com forte enraizamento na ação local, assente em assembleias de debate e núcleos de ativismo. **Com uma prática interna de democracia radical, de valorização dos múltiplos contributos de todas/os sem exclusões, pois todas/os que militam nesta esquerda fazem falta.**

39. A eleição democrática de dirigentes por método proporcional é um traço que importa valorizar. **Tal significa a rejeição da aclamação antecipada de líderes, as “sucessões” pré-anunciadas ou a recorrente chantagem antidemocrática sobre “cortes de cabeças”, impossíveis à face dos Estatutos. Privilegiamos a definição coletiva de critérios, a eleição de equipas e a limitação temporal dos mandatos.**

40. O Bloco não pode ficar reduzido ao tradicional “partido de eleitores”, porque tenderia para o eleitoralismo e a institucionalização. O seu horizonte passaria a ser apenas o das próximas eleições, o que não constrói movimento, dispensa as bases e é centralista. Também não quer ser um “partido de propaganda”, assente em declarações que iludiem a falta real de implantação como a de ser o 3ª partido; ou a da retórica de que não tem vocação local e autárquica, mas alega ter implantação social; ou que não se liga aos movimentos com a narrativa de não os instrumentalizar. **Um partido “de eleitores”, “de propaganda”, ou uma amálgama de ambos, perde o contacto com realidade, afunda-se em manobras táticas que geralmente levam a insucessos, como sabemos, aliena a democracia e a participação, subalterniza as lutas sociais. Continuar por esse caminho é prosseguir o caminho das derrotas.**

Há que mudar, os/as trabalhadores/as e o povo precisam de um Bloco para a ação, popular, plural e capaz de juntar forças. É este o partido que queremos.



Mandatário/a da Moção E: Mário Tomé – militar de Abril e membro da Comissão Política do BE; Bruna Paulo – estudante, militante de base do BE e ativista dos movimentos LGBTQIA+, feminista, juventude, antirracista e emergência climática.

Contacto com a Moção E: mocaoplatformaunitaria@gmail.com

SUBSCRITORES

Acácio Fernando Fortunas da Silva Pinheiro	Lisboa	11647	António Manuel Carlos Pereira	Portalegre	1959
Adelino António Moreira Granja	Leiria	4507	António Manuel Louro Miguel	Porto	3614
Adriano Manuel Teiga Zilhão	Lisboa	15138	António Manuel Pires Duarte	Santarém	14502
Alberto de Sousa e Silva	Porto	197	António Manuel Ribeiro Ferreira	Braga	5006
Alexandre Miguel Rodrigues Ferreira da Silva Carneiro	Braga	8548	António Maria Pinheiro Almeida	Portalegre	10194
Alexandrina Maria Nunes Dos Santos	Santarém	5936	António Maria Ramos Ricardo	Portalegre	209
Alfredo José Gonçalves Vasco	Santarém	14448	António Pereira Miguel	Lisboa	10714
Álvaro Miguel Góis dos Santos	Santarém	16416	António Ramoa Lima	Braga	12120
Alzira Maria Ferreira Direitinho	Aveiro	4824	Arlene Maria Castanhas Quintans	Santarém	13888
Américo José Martins Resende	Aveiro	13252	Armandina Rosa Timóteo Alexandre Fernandes	Lisboa	2970
Ana Carreira D'Espiney	Lisboa	15161	Armando Luís Teixeira da Rocha	Lisboa	14192
Ana Filipa Silva Ferreira Costa	Braga	13827	Artur António Guerreiro Sanina	Faro	10653
Ana Isabel Monteiro Vieira de Castro	Lisboa	9480	Benjamin Carrilho Gomes	Portalegre	10467
Ana Margarida Tomás Coutinho Ramalho	Santarém	13963	Bento da Conceição Correia	Lisboa	1099
Ana Maria de Oliveira Vinagre	Portalegre	9662	Bruna Alexandra Moreira Paulo	Santarém	16882
Ana Maria Soares Lourenço	Lisboa	12525	Bruno Miguel Parada Gonçalves	Porto	14463
Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilhas	Portalegre	15431	Carla Maria Pires Rodrigues	Santarém	9737
Ana Rute Domingues Araújo	Porto	11619	Carlos Aboim de Brito	Faro	1564
Ana Sofia Cotrim Lopes Mourão	Santarém	11132	Carlos Alberto Carraça Madruga	Lisboa	300
Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397	Carlos Alexandre Rodrigues Gomes	Portalegre	14499
Anabela Lourenço Baptista Calado	Portalegre	10029	Carlos Alfredo Mulano Ginga	Portalegre	10197
Andreia Sofia da Silva Martins	Santarém	13880	Carlos António Laureano Galão	Portalegre	10444
Ângelo Salvador Marques da Silva	Santarém	13313	Carlos Lourenço de Jesus Neves	Setúbal	5200
Aniceto Correia	Setúbal	968	Carlos Manuel Godinho Matias	Santarém	1355
António Augusto Diniz Veloso	Lisboa	7458	Carlos Manuel Marques da Silva	Lisboa	1095
António Caldeira Velez dos Reis	Santarém	14451	Carlos Manuel Tavares dos Santos	Portalegre	11218
Antonio Carlos da Silva	Coimbra	16526	Carlos Manuel Tomás de Jesus	Leiria	10862
António Carlos Martins Godinho	Santarém	1323	Carlos Manuel Vicente Marecos	Santarém	5017
António Correia da Costa Ferreira	Santarém	14852	Carlos Miguel Vilar Patrão	Lisboa	1052
António de Jesus Mota Abreu	Leiria	3503	Catarina Alexandra Monteiro da Silva Fonseca	Santarém	13869
António João Aires Rato	Portalegre	12174	Cátia Alexandra Paixão Rato	Portalegre	12172
António Joaquim Fernandes Gonçalves	Porto	192	Cátia Sofia Cunha dos Santos Travessa	Santarém	13124
António José da Ascensão Esquetim	Portalegre	5093	Célia Maria Martins da Silva	Santarém	13884
António José Guimarães Castela Fernandes	Lisboa	14823	Cristina Maria de Oliveira Monteiro	Portalegre	12441
António Luís Andrade Silva	Lisboa	3905	Custódio Alexandre Rodrigues	Lisboa	12589
António Manuel Bidarra Fernandes	Lisboa	8032	Dália Maria Felício Seixas Rainho	Santarém	1346
António Manuel Brito Sequeira Mendes	Leiria	279	Daniela Freitas dos Santos Louro	Lisboa	3144
			Daniela Sande Lopes	Portalegre	15009
			David Carrilho Meira	Portalegre	10198



David Eduardo Vicente Roque	Faro	8209
David Gonçalves Caldeira	Portalegre	11203
Davide José Ramos Silva	Santarém	11408
Diogo Miguel Cunha Santos	Santarém	13123
Domicília Maria Correia da Costa	Porto	15005
Domingas Patrícia Santinha Portela Jesus	Portalegre	10249
Domingos Mata Neves	Portalegre	11217
Edgar Alves Bernardo Antunes	Santarém	4979
Edgar Filipe Garcias Anjos	Portalegre	15063
Edgar José Santinha Rosa	Portalegre	11981
Emidio Manuel Monteiro	Santarém	13951
Emiliano Joaquim Arguelles Velez	Portalegre	11205
Enara Teixeira	Vila Real	15941
Eva Luísa da Rocha Coelho	Porto	10108
Feliciano João Rodrigues dos Santos	Santarém	16571
Fernando Bessa Ribeiro	Braga	14319
Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso	Aveiro	102
Fernando Jorge Vítorino de Sousa	Santarém	14452
Fernando Manuel Favita Pereira	Portalegre	13269
Fernando Manuel Ribeiro de Castro	Porto	14564
Fernando Napoleão Sousa Campos Oliveira	Aveiro	696
Filipe Carlos Silva Vintém	Santarém	8495
Florbela Orlanda Galvão Garcia Anjos	Portalegre	14498
Francisco Amorim Santos Baptista	Porto	1235
Francisco Daniel de Oliveira Pascoal	Santarém	12538
Francisco Filipe Barata Sousa Filipe	Portalegre	10494
Francisco José Basílio Costa	Porto	9677
Francisco José Claudino Galego	Portalegre	15166
Francisco José Morgado Fernandes	Santarém	16986
Francisco Manuel Morgado Gargate da Silva	Portalegre	10420
Francisco Manuel Silva Tomás	Setúbal	755
Francisco Realinho Meira	Portalegre	11206
Frederico Figueiredo Ferreira Carvalho	Santarém	13870
Gabriela Clara Quental Mota Vieira	Açores	3844
Gonçalo Filipe Nunes Rafael	Santarém	4977
Gonçalo Palma Ferreira Mota	Portalegre	10982
Guiomar Maria Monteiro	Santarém	13938
Helena Rita M. P. O. Neves	Santarém	13902
Hélio Manuel Marques Gouveia	Santarém	1356
Henrique dos Reis Leal	Santarém	1350
Higino Manuel Gaocho Maroto	Portalegre	14695
Horácio Martingil Batista	Santarém	14472
Hugo Freire dos Reis Ferreira	Portalegre	10534
Hugo Miguel Pereira Alcobia Arsénio Xavier	Setúbal	12727
Humberto José Monteiro Sereno	Setúbal	546
Inês Isabel Venda Verde Nobre Ferreira	Santarém	16311
Inês Maria Mendes Viegas Hipólito	Santarém	5485
Isabel Alexandra Monteiro da Silva	Santarém	13879
Isidora Mariana Díaz Vinagre	Portalegre	10358

Ivo Emanuel Moreira Barros	Porto	9043
Jaime Pires Lopes d'Abreu	Portalegre	10425
Joana Rita Graça Godinho	Santarém	5577
João Álvaro Bau	Lisboa	4658
João Álvaro Seabra Mota	Lisboa	15430
João António Tavares Romão	Portalegre	11982
João António Viegas Hipólito	Santarém	6347
João Batista Pereira Paixão	Portalegre	12942
João Carlos Arraiano Canudo	Portalegre	9696
João Carlos Nunes da Conceição	Setúbal	1186
João Chalas Carvão	Setúbal	1385
João Ferreira da Costa	Santarém	13341
João Francisco Reguina Faria Simões	Portalegre	7704
João José Mafra Gil	Portalegre	10455
João José Nunes Ramos	Santarém	2354
João Luís Mourato Varela	Portalegre	11072
João Luis Vilela Alves	Santarém	16055
João Manuel da Costa Vaz	Lisboa	2743
João Manuel Machado Oliveira	Braga	917
João Manuel Ribeiro	Braga	2935
João Maria Passadinhas Pires	Portalegre	9789
João Paulo Coelho Ricardo	Porto	14021
João Paulo dos Santos Marques	Lisboa	6763
João Paulo Fonseca da Encarnação	Lisboa	8702
João Paulo Freitas Barros Luís	Lisboa	10226
João Paulo Pinto Carvalho	Porto	10875
João Pedro Fonseca Monteiro	Santarém	15776
Joaquim Elias Neto Carapeta	Portalegre	14591
Joaquim Fernando Nunes Martins	Portalegre	12744
Joaquim Fernando Pereira Araújo	Porto	10222
Joaquim Luís Santos Lopes Simões	Santarém	14471
Joaquim Manuel Franco Chagas	Lisboa	1450
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Joaquim Telmo Lavadinho Rodrigues	Portalegre	10663
Jónatas Pereira	Porto	14855
Jorge Humberto Fouto Mendes	Portalegre	14389
Jorge José Carrajola Ferreira	Portalegre	11216
Jorge Manuel Costa Santos da Silva	Santarém	11173
Jorge Nicolau de Sousa Lourenço	Porto	1240
José Almeida Bastos	Lisboa	5958
José António do Espírito Santo Marin	Lisboa	13466
José António Leitão Quintans	Santarém	13896
José António Moço Simões	Santarém	13883
José Carlos Correia Caetano	Leiria	16838
José Carlos Ferreira da Silva Vieira	Porto	13119
José Carlos Gomes Lopes	Aveiro	697
José Carlos Soares	Portalegre	10357
José Casimiro Leite Garcia	Santarém	13885
José Domingos Chamorrinha Sande	Portalegre	13272
José Fernando Balança Gaspar	Portalegre	13865
José Joaquim Lucrécio Gaspar Grilo	Portalegre	11215



José Júlio Santana Henriques	Lisboa	15045
José Luís da Fonseca Monteiro	Portalegre	12171
José Manuel Baptista do Carmo	Faro	1566
José Manuel Marques Casimiro	Lisboa	660
José Maria Serra	Santarém	11045
José Pedro Cardinha Rainho	Santarém	1345
Júlia Maria Demétrio Ferreira Pereira	Portalegre	13270
Julieta Maria Grilo Fragoso	Portalegre	15202
Larysa Volodymyrivna Demchenko	Santarém	11043
Laura Coutinho Ramalho	Santarém	13315
Leonor Antunes Magalhães Carvalho Pinto	Porto	15350
Liberato Ribeiro de Almeida	Aveiro	702
Lino de Carvalho Mendes	Braga	13001
Lúcia Vera Marralho Medeiros	Vila Real	13976
Ludgero Eduardo Martins Orelhas	Portalegre	10202
Luís Artur Ribeiro Gomes	Santarém	1501
Luís Carlos Marques da Silva	Santarém	11126
Luís Carlos Mougá Lopes Ferreira	Viseu	3427
Luís Gabriel Rodrigues Pereira	Santarém	15367
Luís Manuel Jesus Ventura Carvalho	Portalegre	11207
Luís Manuel Macarrinhas Anjos	Portalegre	14500
Luís Miguel Palmeiro Rodrigues	Portalegre	10417
Luís Miguel Vale	Porto	3823
Luís Tiago Barroso Pereira Lopes	Vila Real	16001
Lurdes Maria da Silva Gomes	Porto	9844
Luz Celeste Vieira Queirós Santos Baptista	Porto	1246
Magda Sofia Garcia Anjos	Portalegre	15240
Manuel António Azeitão Rebelo	Portalegre	15136
Manuel António Folgado Marques Borrego	Santarém	13708
Manuel Carlos Ferreira Silva	Braga	12121
Manuel Martins Mileu	Portalegre	13674
Manuel Soeiro Alves	Santarém	14455
Marcia Filipa Graça Godinho	Santarém	5576
Márcia Sofia Estalagem Cruz	Portalegre	10204
Margarida Rodrigues Biléu	Portalegre	10535
Maria Alice Marques Cipriano	Santarém	13878
Maria Bento Nunes do Rosário Rafael	Santarém	1344
Maria da Conceição Marques Abreu Dimas	Portalegre	12442
Maria da Conceição Marques dos Anjos	Santarém	8661
Maria da Fonseca	Santarém	13948
Maria da Glória Figueira dos Reis Velez	Santarém	14453
Maria da Luz Alves Lopes	Santarém	11044
Maria do Carmo Rodrigues Pires Silva	Lisboa	6132
Maria do Céu Santos Carvalho	Santarém	13322
Maria do Rosário Simões Marques da Silva	Santarém	13887
Maria Eduarda de Matos Monteiro	Lisboa	1094

Maria Elisa Carvalho Antunes Magalhães	Porto	3812
Maria Esmeralda Correia Mateus	Porto	1252
Maria Fonseca Custódio	Santarém	13867
Maria Irene Barão Gomes Conceição	Setúbal	1187
Maria Isabel da Silva Tavares	Portalegre	14595
Maria João Beleirinho Campos	Portalegre	10416
Maria Joaquina Filipe Marques	Santarém	13940
Maria José Barreto Pinheiro	Portalegre	11560
Maria José Belchior	Portalegre	11208
Maria Justina Figueiredo Ceia	Portalegre	10456
Maria Leonor Esteban Pereira	Faro	12722
Maria Manuela Martins Pereira	Braga	5830
Maria Manuela Mendes Louro	Portalegre	10283
Maria Manuela Monteiro da Silva Fonseca	Santarém	1604
Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares	Setúbal	845
Maria Palmira Mendes Rato Hipólito	Santarém	6242
Maria Saudade Cunha	Santarém	13901
Maria Sofia Martins Lopes	Portalegre	16517
Maria Teresa Seixas Valério	Lisboa	10956
Maria Vicência Silva Bolas Sande	Portalegre	13271
Maria Viegas Tavares Freire	Santarém	13314
Mariana de Lurdes Rueguina Faria	Portalegre	14592
Mário António Baptista Tomé	Lisboa	3761
Mário de Matos Rodrigues Leote	Santarém	16118
Mário José da Silva Fonseca	Santarém	725
Marta Isabel Martins Oliveira	Santarém	16883
Miguel Pedro Jacob Pereira Cabral	Lisboa	2247
Nélio Filipe Oliveira Ferreira	Santarém	13949
Nelson Jorge Pereira Moura	Porto	14875
Nohra Lucia Ramos Cobo	Braga	14378
Nuno Casimiro Vaz Silva	Círculo da Europa	10867
Nuno Manuel dos Santos Silva	Porto	14874
Nuno Manuel Pita Meia Onça	Lisboa	10319
Nuno Miguel Ferreira Monteiro	Santarém	11127
Octávio Joaquim Lopes Jorge	Lisboa	7136
Otávio Nunes Ferreira	Santarém	13321
Paula Cristina Inácio Pires Freire	Portalegre	11174
Paulo Alexandre Carrápató Ruivo	Portalegre	10246
Paulo Alexandre Gandum Martins	Portalegre	12173
Paulo Alexandre Martins Mendes	Santarém	8491
Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	Santarém	8173
Paulo Jorge Ribeiro Gomes	Santarém	13873
Paulo Jorge Sousa Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Renato Cardoso Ricardo	Porto	2055
Pedro Daniel Alves Barroso Gramunha Marques	Braga	15541
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares	Lisboa	108
Pedro Queirós Amorim	Porto	1261



Rafael Lopes Camelo	Portalegre	15432
Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado	Santarém	4982
Ricardo André Lima Salabert	Porto	1961
Ricardo Fernando Esperança Dias	Porto	8149
Ricardo Jorge Santos Ginga	Portalegre	10344
Roberto José Pereira Tavares	Lisboa	8289
Rogério Pinto	Leiria	7713
Rosa Manuela Ferreira Barbosa Cerdeira Oliveira	Braga	5791
Rosa Maria Torres Graça Godinho	Santarém	5578
Rui d'Ávila Fontes Alferes Lourido	Lisboa	734
Rui Filipe Garcês Barbosa	Porto	14539
Rui Jorge Dias Figueira de Sousa	Portalegre	13344
Rui Manuel Vitor Cortes	Vila Real	251
Sandra Marina Monteiro da Silva Caçoila	Santarém	5487
Sara de Jesus Barradas Claudino Galego	Portalegre	12557
Sérgio Augusto Ribeiro Filipe	Santarém	11407
Sérgio João Carichas Tomatas	Portalegre	10242
Sílvia Isabel Alves Oliveira	Portalegre	9766
Sofia Isabel Borbinha da Cruz Luna	Évora	6786
Susana Maria da Silva Cordeiro	Portalegre	10195
Tiago Antunes da Silva	Guarda	4173
Tiago Filipe Ribeiro Oliveira	Santarém	13868
Valter Alexandre Bailarota Penha	Portalegre	10243
Vanda Cristina Murta Raposo	Portalegre	11209
Vania Filipa Costa Moreira	Santarém	13874
Vera Cristina da Graça Ferreira Machado	Santarém	13956
Vera Maria Alves Pinheiro Timóteo	Lisboa	127
Vergílio do Rosário Rafael	Santarém	1343
Vitália Maria Dias Ribeiro	Setúbal	580
Vitória Maria Narciso Paixão Rato	Portalegre	11799





PLATAFORMAS POLÍTICAS LOCAIS



PLATAFORMA MAIS BLOCO, MAIS ALGARVE!

AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA NO NOSSO ALGARVE

A **Plataforma Mais Bloco, Mais Algarve!** nasce e cresce do encontro de vontades de camaradas com diferentes alinhamentos no passado.

A **Plataforma Mais Bloco, Mais Algarve!** resulta da vontade militante de renovar e redinamizar a atividade política, celebrando a diversidade de posição política à esquerda que tem permitido albergar militantes mantendo o bloco um partido/movimento onde a esquerda pode habitar.

1. MAIS ALGARVE

É fácil elencar um enorme conjunto de pontos para qualquer plataforma política, mas a ação política centra-se nas escolhas que em cada tempo somos capazes de fazer. Optamos por plasmar de forma clara e inequívoca aquelas que entendemos serem as prioridades da ação política do Bloco de Esquerda para o Algarve tendo por base os princípios do socialismo, sem prejuízo da necessidade do exercício dialético de uma reflexão e aprofundamento por todo o coletivo.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NÃO SÃO ANTAGÓNICOS. ECO-SOCIALISMO.

O dinamismo empresarial do turismo, que representa mais de 80% da atividade económica, é também o responsável por desemprego sazonal com efeito na estabilidade das famílias e na dimensão dos subsídios de desemprego suportados pelos restantes contribuintes. Não é bom, nem para a região, nem para o país, a dependência, como nas colónias europeias, de uma monocultura que torna as regiões dependentes e frágeis, sobretudo sendo o turismo uma atividade económica muito dependente de conjunturas externas muito volúveis.

O Algarve precisa de uma estratégia de **transformação económica e social da sua economia**, com o incentivo à produção agro-alimentar endógena, apoio à instalações de indústrias adaptadas às características da região e às suas potencialidades, articulando ambiente de qualidade e desenvolvimento sustentável: Produção primária, pesca e agricultura; indústrias transformadoras de produtos regionais; produção de energias limpas e respetivas tecnologias, de desenvolvimento de tecnologias da saúde e um forte apoio aos centros de investigação no sentido de atrair para a região cooperação internacional em matéria de investigação e desenvolvimento.

MAIS ALGARVE. O INTERIOR É UM RECURSO, NÃO UM DESERTO!

É hora de promover, no âmbito da região, o desenvolvimento de um novo paradigma, uma nova visão estratégica que suporte o combate ao despovoamento e à desertificação do interior algarvio: a visão integrada entre o global e o local, a valorização dos recursos endógenos e do património cultural.

São fatores de desenvolvimento: Serviços públicos de proximidade, acessibilidades e habitação; Incremento da economia social; Fomento de projetos no domínio da agricultura e comercialização em articulação com as economias locais e o ordenamento do território orientado para o desenvolvimento económico produtivo, articulado com sustentabilidade ambiental; Apoio às organizações de desenvolvimento local e sua integração

com o potencial de investigação e desenvolvimento da região, com a valorização dos organismos técnicos estatais e da Universidade no estudo das soluções alternativas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

As **alterações climáticas**, com os consequentes aumento da frequência dos fenómenos climáticos extremos, inevitável subida do nível do mar e as profundas alterações no regime pluviométrico, estão associadas a uma economia fortemente dependente da queima de combustíveis fósseis (carbonização da economia), desertificação e destruição dos solos, à poluição química e biológica das águas superficiais e subterrâneas, assim como à escassez de água potável num futuro próximo. As ilhas barreira são um produto do processo natural e têm de a ser olhadas numa perspetiva científica, entendendo as suas dinâmicas e não as contrariar, prometendo oportunisticamente às populações o que a natureza não vai permitir que aconteça; abrir barras contranatura e encher praias de areia é deitar fora dinheiro que faz falta para as necessidades reais da região. Os documentos orientadores, como o Programa da Orla Costeira (POC) ou o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, não estão a ser implementados, antes prevalece a lógica selvagem de ocupação do território que os próprios estudos oficiais vinham contrariando. Consideraremos a **emergência ambiental** uma referência e um ponto central da nossa proposta política. É-nos exigida capacidade para propor e implementar alternativas que visem a mitigação dos problemas e transitar para uma nova economia assente em processos que considerem o ambiente como um eixo fundamental no desenvolvimento.

A água é um recurso crítico.

A água é um recurso escasso e continuará a sê-lo cada vez mais. As secas serão cada vez mais intensas e frequentes e inversamente, as chuvas ocorrerão de forma muito intensa, causando danos aos solos, diminuindo a infiltração para os aquíferos e provocando cheias torrenciais. A água deverá ser considerada um recurso estratégico e, portanto sujeito a controlo público. O BE deverá transformar os conhecimentos adquiridos em proposta política e movimento social.

Mais energia solar. O combate às alterações climáticas e a mitigação dos seus efeitos é um ponto central da nossa proposta política, para o Algarve e para o planeta.

O Algarve tem condições climáticas, tecnológicas e económicas para diminuir enormemente a sua dependência dos combustíveis fósseis com recurso à produção de energias alternativas. Recusamos a prospeção do petróleo no Algarve, bem como no resto do país e defendemos a promoção do aproveitamento da energia solar e a democratização e sustentabilidade ambiental da sua produção em "mini e médio projetos", quer das chamadas "micro-geração", quer "auto-consumo"

O **desenvolvimento da agricultura** passa por uma nova lógica que respeite a natureza mediterrânea, promova os seus potenciais e assente em formas e técnicas que assegurem a sustentabilidade a longo prazo, fomentando o controlo biológico e a fertilização orgânica. Importa contrariar a lógica que tem prevalecido nas políticas agrícolas com a proliferação de agricultura intensiva à base da aplicação de agroquímicos, do consumo insustentável de água e da exploração de mão-de-obra importada; Importa criar uma imagem de marca da região que permitirá assegurar a viabilidade económica das explorações sustentáveis, favorecendo o abastecimento do mercado local. É necessária uma política florestal adaptada à região, fator importante no equilíbrio climático, na conservação dos solos, na mitigação dos efeitos das chuvas intensas e dos fogos de verão, bem como para a sua rentabilização económica. A dimensão da produção animal determina que o Bloco defenda a solução matadouro itinerante.

A pesca tem futuro. A pesca é uma atividade a que, tradicionalmente se associa a imagem do Algarve e poderá ser elemento determinante no desenvolvimento económico e social futuro. O gradual estrangulamento desta atividade desde a adesão à União Europeia foi levando à diminuição dramática da frota e ao envelhecimento da classe piscatória. Se a pesca industrial hoje já só funciona com recurso a imigrantes, a pequena pesca está praticamente nos limites da extinção. Um plano estratégico para a reanimação da pesca

no Algarve com investimento ao nível da renovação da frota, melhoria das condições de trabalho e formação inicial e contínua.

O problema das acessibilidades é uma necessidade central no Algarve, do ponto de vista das populações, do comércio e do turismo. A vaga promessa de um grande plano para as acessibilidades no Algarve choca de imediato com a total ausência de iniciativas no que respeita a três aspetos fundamentais: O eixo ferroviário e a sua articulação com os transportes de proximidade, a saturação da EN125 e as portagens da Via do Infante. É importante que o BE promova iniciativas para incrementar o uso corrente da bicicleta nos meios urbanos. As áreas urbanas devem ser concebidas e corrigidas em função da mobilidade de todos os cidadãos, do usufruto de equipamentos sociais e de um ambiente aprazível. A mobilidade atual não corresponde às necessidades da população nem às exigências ambientais do século XXI.

Consideramos uma prioridade da intervenção do Bloco de Esquerda a luta pela urgente recuperação do **Serviço Nacional de Saúde** na região, dos hospitais ao atendimento local, nomeadamente que os Centros de Saúde funcionem 24h/dia, ofereçam médico de família à totalidade da população, adquiram valências múltiplas de atendimento primário, da obstetrícia e pediatria, à estomatologia e na promoção da saúde. É necessário aumentar de camas nas unidades de retaguarda afetos aos cuidados paliativos e tratamentos continuados, bem como melhorar os serviços de apoio e prevenção da toxicodependência. O apoio à velhice exige aumentar o número de lugares disponíveis em lares e centros de dia públicos e criar respostas de apoio domiciliário consistentes e regulares que melhorem a qualidade de vida destas pessoas e mitiguem os efeitos da pobreza, falta de mobilidade, doenças mentais e estados físicos debilitantes.

O **acesso à habitação** é crítico no Algarve e o problema agravou-se significativamente. A especulação chegou a níveis inaceitáveis: profissionais como médicos, professores e engenheiros, recusam lugares por não encontrarem casa; as empresas não conseguem trabalhadores; aumenta o aquartelamento em camaras e contentores de trabalhadores rurais temporários; as novas famílias não encontram casa; os jovens que pretendem ingressar na Universidade do Algarve não encontram alojamento. O Bloco de Esquerda tem de exigir políticas que garantam o direito à habitação, um dos pilares a desenvolver do Estado Social.

MAIS ALGARVE. MAIS JUSTIÇA SOCIAL E LABORAL

As sucessivas crises têm feito aumentar as dificuldades financeiras, sendo o Algarve a região do país com mais pobreza. A fome e a desnutrição afetam já um número elevado das crianças. Embora sendo uma região que contribui fortemente para a produção e para as exportações por via do turismo, essa riqueza não chega aos que trabalham, sendo conhecido o elevado nível de exploração na região.

O BE tem de dinamizar a sua relação com o movimento laboral contra a precariedade e a *uberização* e por salários e reformas justas, na certeza de que as lutas laborais são determinantes para a mudança política.

O BE tem de contribuir para a dinamização do movimento social, articulando as lutas ambientais e sociais.

2. MAIS BLOCO DE ESQUERDA

Precisamos de um Bloco de Esquerda de ação e de massas, com a marca do socialismo do nosso tempo, virado para a construção de soluções unitárias, abrangente e anti sectário, que privilegie o enraizamento na base. Precisamos um Bloco de Esquerda com uma prática interna de democracia e inclusão, pois todos os que têm a coragem de se afirmar do Bloco de Esquerda fazem falta. Precisamos de um Bloco capaz de juntar forças.

Bloco de Esquerda precisa rejeitar a tendência para perspetivar a força do Bloco na ação parlamentar e nos quadros do aparelho central; o Bloco não pode basear a sua ação em declarações e propostas centrais cuja divulgação depende da boa vontade da comunicação social e que não se traduzem em movimento social;



o Bloco não pode avaliar a sua força pelas sondagens e resultados eleitorais. Não aceitamos o mito de que o Bloco não tem vocação local e autárquica, pelo contrário, temos de afirmar que é dessa vocação local que virá a sua força. Um partido de propaganda, parlamentarista e eleitoralista perde o contacto com a realidade, perde-se em manobras táticas que geralmente levam a insucessos.

Mais Bloco de Esquerda significa reforçar a organização regional na base, superando os grandes défices que evidencia na implantação territorial e na ligação ao povo a nível local pelo aumento de aderentes e de núcleos.

Mais Bloco de Esquerda significa mais apoio e formação para o envolvimento dos núcleos e concelhias na ação política, assim como para o envolvimento nas expressões multiformes do movimento social. O Bloco deve estimular a descentralização e multiplicação de pólos de iniciativa, ação e reflexão, promover as redes de troca entre elas e a cultura de porta-vozes, democraticamente legitimados, que assumam responsabilidades para o exterior e para o interior. Só assim se formam quadros para as lutas e para as disputas eleitorais nacionais, regionais e autárquicas.

O Bloco de Esquerda tem de se afirmar na intervenção política e social pelo aprofundamento de políticas sectoriais e pelo aumento da capacidade de apresentar propostas alternativas baseadas no conhecimento e em princípios do pensamento socialista e contribuir para amplos movimentos que congreguem os setores mais progressistas e nos aproximem mais da ideia de partido-movimento.

Mais Bloco de Esquerda significa assumir claramente projetos de disputa do poder a nível local, participando e dinamizando movimentos de convergência nas autarquias politicamente fundamentados no reforço da esquerda, na honestidade e em perspetivas progressistas de desenvolvimento.

Mais Bloco de Esquerda significa trazer a democracia para dentro da nossa organização, numa lógica de unidade e luta, integrando as tendências e sensibilidades num todo coerente, rompendo radicalmente com o sectarismo e a disputa de lugares. O pluralismo no Bloco de Esquerda significa o alargamento das fronteiras dos debates internos a todo o partido, incluindo na vida coletiva quem não se reconhece nas tendências ou sensibilidades organizadas. Da valorização dos múltiplos contributos, da diversidade de opinião e da ampla participação, resultam sínteses criativas na construção e definição das políticas. Um Bloco de Esquerda para a ação, de massas e plural deve substituir a velha lógica grupista da exclusão, de asfixia da democracia interna ou da conceção de que o "partido se reforça depurando-se", que impõe um monolitismo castrador e reacionário. A disputa pela hegemonia e controlo do aparelho perverte e empobrece a vida democrática da organização, condiciona as escolhas nas listas para os cargos eletivos e desmobiliza o empenhamento dos aderentes nas lutas eleitorais. Defendemos que os funcionários das regiões devem ser escolhidos por elas para as tarefas de apoio administrativo e logístico e não indicados pela direção como agentes de controlo e imposição de orientações e pessoas, eventualmente em confronto com a direção distrital, e o Algarve é um exemplo disso. Defendemos que a escolha dos membros das listas para o círculo eleitoral, seja da competência do distrito ou região respetivo. O caudilhismo apenas significa ditadura.

Subscritores proponentes da Plataforma Mais Bloco, Mais Algarve!

José Manuel Baptista do Carmo, 1566, Faro-Tavira
Ana Filipa Piçarra Silvestre, 14194, Faro-Albufeira
David Eduardo Vidente Roque, 8209, Faro-Lagos
Rogério Rochinha Jesus Ferreira, 10861, Faro-Loulé
Artur António Guerreiro Sanina, 10653, Faro-Tavira
Luis Manuel Duarte Pessoa, 13361, Faro-Loulé
Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro, 10360, Faro-Albufeira

PLATAFORMA O INTERIOR TAMBÉM EXISTE

Ao longo dos últimos anos temos assistido à constante discussão sobre o interior, coesão territorial e desenvolvimento, contudo, continua por existirem medidas concretas que venham ao encontro do necessário e possível desenvolvimento e ordenamento do território, eliminando as assimetrias regionais e reforçando a coesão territorial.

É certo que muitos concordam ser urgente corrigir as desigualdades no território, mas infelizmente ano após ano, esta parte do território português continua a passar por momentos de grande dificuldade, onde o aumento do despovoamento e empobrecimento é uma constante realidade.

A agravar estas situações, ainda temos autoestradas com as portagens mais caras do país, sem existir quaisquer alternativas às mesmas e um Governo central que insiste em não acabar com esta injustiça, dando desta forma um "empurrão" ao aumento das assimetrias regionais.

O Interior precisa urgentemente de decisões que permitam dar a volta e encerrar este ciclo que obriga todos os dias os seus habitantes a refletir se ainda vale a pena não desistirem de viverem aqui!

E porque nós não desistimos, queremos um Bloco mais ativo e empenhado na defesa do Interior, para que seja possível ter um País mais igualitário!

Subscritores proponentes da Plataforma O INTERIOR também EXISTE

Marco Alexandre da Silva Loureiro, 1649, Guarda-Guarda

Patrícia Alexandra Soares Lucas Monteiro, 3342, Guarda-Guarda

Mário Carlos Andrade, 11880, Guarda-Guarda

CRESCER PELA RAIZ: PORQUE QUEREMOS MESMO MUDAR TUDO

1- O MUNDO CONTINUA A SER UM LUGAR PERIGOSO

A invasão da Ucrânia pelo regime fascizante de Putin, os choques entre imperialismos, o militarismo (também na NATO e em Portugal), a crise climática, a Europa-fortaleza que continua a empurrar migrantes para a morte, a crise económica com a conta da subida da inflação a ser apresentada às pessoas trabalhadoras, a continuada força da extrema-direita e do ultra-conservadorismo ao nível mundial são desafios imensos para os quais precisamos não só de mais força mas de maior clareza. O internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. O Bloco tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras.

2- A EUROPA AINDA EXISTE, O EURO-LIBERALISMO AINDA É LEI

A menorização da União Europeia na sequência da guerra na Ucrânia terá acentuado a sua crise como entidade política não apoiada em qualquer soberania popular. Mas o quadro geral que o país tem de enfrentar continua a ser o mesmo: é imposta uma política económica única aos seus Estados-membros que está ao serviço das classes do dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece

lei no Tratado Orçamental e o euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, representando um colete de forças para as classes trabalhadoras. De tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas dos impostos sobre a riqueza ou a reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes que estão por detrás delas. A esquerda precisa não só de ter consciência disso mas de ter também resposta política. Tal como precisa de uma resposta ao garrote permanente de uma moeda única que aprofunda desigualdades entre centro e periferias: deve bater-se por alterar as regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE. Não colocar as questões incómodas não as faz deixar de existir, apenas nos desprotege. Assim, o Bloco tem de tomar a iniciativa de colocar estas questões, assim como de ser motor de iniciativas de mobilização e debate ao nível continental sobre democracia, alternativas ao austeritarismo e ao capitalismo, paz, migrações e direitos dos povos.

3- A MAIORIA ABSOLUTA DO PS DEGRADA-SE, O CAMINHO NÃO É O NEO-GERIGONCISMO

De uma posição aparentemente confortável, com uma maioria absoluta recente, o PS passou a estar encurralado politicamente. Pelos escândalos associados a alguns governantes, mas sobretudo pela incapacidade do social-liberalismo, pelos seus compromissos de classe, em responder à crise económica e habitacional de forma satisfatória para os interesses populares. À esquerda, o tempo não é de criticar dubiamente “a maioria absoluta”, deixando no ar a ilusão de uma nova geringonça. A maioria absoluta não é o principal problema, o problema absoluto são os donos de Portugal que ela serve.

4- AS DIREITAS SÃO A REGRESSÃO SOCIAL, NÃO SÃO A ALTERNATIVA NEM PODEMOS ACEITAR QUE SEJAM A CHANTAGEM PERMANENTE

De momento, a direita tradicional continua a não se conseguir apresentar por si só como alternativa de governo, ao mesmo tempo que se encosta visivelmente às extremas-direitas. Por seu lado, estas continuam a crescer e, por isso, a possibilidade de um governo de forte regressão social e cultural surge no horizonte. Cabe ao Bloco de Esquerda saber reagir pela ofensiva à chantagem do voto útil que pode ter vindo para ficar. Para se contrapor à ameaça permanente da entrada da extrema-direita num executivo, há que não se deixar prender à ideia de que o Bloco é garante da estabilidade do poder instalado e que estamos condenados à política do mal menor. A um nível mais profundo, o Bloco tem de desfazer os mitos de que os fascismos e ultraliberalismos são alternativa ao poder existente mostrando que são apenas o seu lado mais obscuro e assumir que é, ele sim, a alternativa de fundo. Bem para além dos argumentos e ciclos eleitorais, é urgente que o Bloco recupere a sua imagem e prática anti-sistema porque sem elas há um espaço político vazio de descontentamento que vai tendencialmente sendo ocupado pela demagogia da extrema-direita. E há também que não esquecer que o trabalho ativista antifascista é feito nas ruas e nos movimentos sociais, junto das pessoas e não só ao nível do discurso.

5- A ROTINA OU UM BLOCO REINVENTADO?

O Bloco de Esquerda sofreu uma derrota eleitoral significativa nas últimas legislativas sobre a qual é preciso refletir e agir ao nível da estratégia política. O desafio que enfrenta não se resolve substituindo porta-vozes mas mantendo tudo o resto igual, ficando fechado num pequeno grupo de dirigentes e nas rotinas à espera que o desgaste do governo lhe abra algum espaço de recuperação de um eleitorado desiludido à esquerda. É preciso abertura e radicalidade, a coragem de inovar e começar de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto da política.

6- O CENTRO DE GRAVIDADE DO BLOCO SÃO AS LUTAS

Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista. Precisamos de um Bloco com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer “porta-vozes”. Com um diálogo aberto, modesto e crítico. Porque só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQ+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Precisamos ainda de uma esquerda que reflita criticamente também sobre si própria e, por exemplo, trabalhe para colmatar o problema de não ter, nas suas fileiras, uma representatividade real de pessoas racializadas e de etnias marginalizadas. Precisamos de um partido que ouse afirmar-se como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas: saúde, cooperativismo, produção agrícola feita para além do agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradores. Um Bloco que ajude os movimentos a crescer, em vez de procurar crescer neles.

7- O ECOSOCIALISMO É O PRESENTE OU NÃO HÁ FUTURO

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se agora sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou com promessas de um capitalismo verde. Não há tempo nem condições para continuar com a política usual. Daí que seja necessário um Bloco em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito, mas que tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta, que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa a comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. Desta forma, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade. A demarcação clara das promessas do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de auto-produção, nomeadamente energética, essenciais a uma transição justa.

8- CONSTRUIR CONTRA-HEGEMONIA

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada sempre para as calendas gregas. O Bloco não pode pôr a tática acima de tudo. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades não adiadas pela espuma dos dias. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo para a sociedade, que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções de propriedade privada dos meios de produção ou ao funcionamento do imperialismo como ele existe hoje em dia. É preciso a esquerda quebrar o seu ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, encontrando as formas de agir politicamente que poderão produzir mais efeitos no momento histórico presente e assumindo a iniciativa política, em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a joga a redução radical do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento, por exemplo. O desafio do Bloco é abrir portas a novas formas de fazer política e repensar um socialismo do século XXI que recuse a social-democracia e o estalinismo.

9- UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

Ao nível interno, o Bloco tem de estar menos centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e concentram todas as decisões essenciais sobre a vida do partido. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, criação de um portal de transparência com informação atualizada sobre as contas do Bloco de Esquerda, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e as declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas, reinventar a militância significativa, o Bloco tem de ser mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir os modelos gastos dos partidos tradicionais. Um partido no qual a diversidade interna não é apresentada como “divisão”, onde não há “inimigos internos”. Porque só a democracia mobiliza e junta as forças de que necessitamos.

10 - COLOCAR O BLOCO LOCAL NO MAPA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Contando com milhares de militantes espalhados pelo país, o Bloco é bem mais do que a sua direção. O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade à esquerda do PS para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade.

Nas candidaturas autárquicas não nos apresentamos apenas para levar a bandeira do partido às urnas ou com o objetivo limitado de construir organização à escala municipal. Tal como nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores, queremos mudar paradigmas políticos autárquicos. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

Na organização interna local, o Bloco deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo.

11- DESFAZER OS NÓS DO TRABALHO, UNIR OS PONTOS DO SINDICALISMO

Os anos da geringonça não inverteram o caminho de degradação do ensino público e do Serviço Nacional de Saúde nem acabaram com a realidade do mundo laboral português: as leis do trabalho do tempo da troika permaneceram, a precariedade continua a ser a regra, os baixos salários parecem ser um fado. Entretanto, a crise habitacional só se acentuou com a especulação imobiliária a ser lei do mercado e a crise inflacionária empurrou ainda mais para a pobreza.

Por outro lado, o sindicalismo continua a perder força e representatividade sem conseguir renovar-se ou encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais, tantas vezes afastadas do próprio dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando a ação unitária entre diferentes setores de atividade e pensando à escala internacional (mesma empresa, mesmas condições, mesma luta).

Para o Bloco, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas às questões políticas e que possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista e abertamente ecologista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

12 - TODAS AS LUTAS OU A BARBÁRIE

As conquistas parlamentares para que o Bloco contribuiu não chegam para a multiplicidade de ataques de que tantas de nós são alvo. Fomos vanguarda na linguagem inclusiva com a introdução do feminino no plural, mas estamos a ser espectadores das realidades não-binárias, sem políticas de fundo que respondem às necessidades destas realidades. As pessoas trans e não-binárias vivem uma no espectro da ultraprecarização, especialmente nos serviços públicos, onde as suas identidades são ignoradas ou nem existem. O processo de transição só é aplicável ao cis-tema binário e é demasiado longo, obrigando muitas pessoas trans a escolher entre os privados e discriminação contínua e, muitas vezes, mortal, das suas vidas. É tempo do Bloco se assumir, não apenas nas palavras, mas também nas suas ações, como um partido transfeminista que toma consciência plena da realidade precária das pessoas LGBTIQ+ e que cria, no parlamento e nas ruas, ferramentas para esta luta. Também no campo do anti-racismo é preciso aprofundar a passagem das palavras aos atos, dando voz e espaço a novos protagonistas e fazendo a crítica radical do colonialismo e da forma como ele é encarado em Portugal. Ser a esquerda socialista que combina o reconhecimento da diferença com o combate pela supressão de todas estas categorias e a abolição de todas as formas de submissão e exploração é o desafio que o Bloco tem de abraçar.

Este texto serve de fundamentação às seguintes plataformas apresentadas no distrito de Lisboa.

1. Proponentes da plataforma na Assembleia Eleitoral de Lisboa no Distrito de Lisboa

Ana Martins, 6425, Lisboa-Lisboa
André Marques, 15285, Lisboa-Lisboa
Miguel Barrantes, 11466, Lisboa-Lisboa
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa-Lisboa
Soraia Simões de Andrade, 14724, Lisboa-Lisboa

2. Proponentes da plataforma na Assembleia Eleitoral de Amadora/Odivelas no Distrito de Lisboa:

António Santos, 1108, Lisboa-Amadora
Luís Miguel Santos, 8954, Lisboa-Odivelas
Teresa Ribeiro, 1109, Lisboa-Amadora

3. Proponentes da plataforma na Assembleia Eleitoral de Sintra no Distrito de Lisboa:

Carlos Carujo, 101, Lisboa-Sintra
Carlos Cerqueira, 501, Lisboa-Sintra
Maria José Samora, 502, Lisboa-Sintra
Nuno Miranda, 6547, Lisboa-Sintra

4. Proponentes da plataforma na Assembleia Eleitoral do Norte e do Oeste no Distrito de Lisboa:

Alexandre Café, 10070, Lisboa-Vila Franca de Xira
João Patrocínio, 13408, Lisboa-Vila Franca de Xira
José Pedro dos Santos, 0967, Lisboa-Vila Franca de Xira

PLATAFORMA DE AMARANTE CLARIFICAR O BE. REFORÇAR A MOÇÃO A

POLÍTICA NACIONAL

1. A ESQUERDA

Ao BE “não basta parecer” socialista. **“Tem de ser” socialista!** Esta palavra foi historicamente conspurcada e desfigurada, ou por regimes totalitários, ou regimes atentatórios de conquistas económicas e sociais de quem trabalha. O BE tem de afastar-se sem margem para dúvidas, do que (*não*) foi o “socialismo” estalinista, destruidor em todos os níveis das esperanças num mundo novo; mas também da degenerescência burguesa da social-democracia iniciada nos primeiros anos do século XX que a transformou em gestora “social” do capitalismo. Ambos são responsáveis pelo impasse histórico na progressão para uma sociedade socialista. O PS exerce uma política que favorece os interesses representados por esse leque “centro liberal”, na medida em que consegue iludir milhões de trabalhadores que nele confiam e depositam o voto. Mas, **não é** um partido do “centro liberal”. É o partido que conta(rá) com mais trabalhadores nas suas fileiras, realidade a que o BE tem de responder para se constituir como um “partido de massas” capaz de disputar-lhe o poder. O BE também não pode, nem deve, privilegiar o PCP, com um lastro ideológico não democrático e que, enquanto cúpula burocrática, instrumentaliza sindicatos e organizações populares.

O Bloco deve reafirmar autonomia ideológica e política, que o afaste de práticas manipuladoras, não transparentes, burocráticas e de subjugação a interesses alheios a quem trabalha. Sem pôr em causa indispensáveis e necessárias convergências na ação – *caminhar separados e atacar juntos* - com todas as formações e partidos da esquerda, o BE quer ser poder, assumindo-se como alternativa à atual maioria absoluta.

Este é o momento político que permite ao BE combater as propostas do Governo PS e expor as suas. Confrontar as “bases do PS” com a política não socialista do Governo, contrapondo-lhe uma a uma a nossa alternativa, é o caminho para a sua conquista, indispensável à concretização do BE como “partido de massas”. Muito menos faria sentido defendê-lo com o PC, o Livre ou outras formações de esquerda. Privilegiar relações com o PCP será um lastro negro a evitar. O BE deve ser o **protagonista** de um **Governo de Esquerda** de oposição ao Governo de António Costa, assumindo-se com um programa autónomo, capaz de aglutinar toda a esquerda, apelando diretamente aos militantes e votantes dos diversos partidos.

2. A DIREITA

O PSD e a IL são os partidos do “centro-liberal”. A oposição que fazem ao Governo PS, é muito fraseológica e sem conteúdo claramente distintivo da política que Costa vem implementando. A oposição do BE ao Governo PS é também a oposição a esses partidos e não uma disputa com eles. O nosso terreno é disputar a hegemonia na esquerda!

É no desespero causado pela ruína do pequeno comerciante, industrial ou agricultor atomizados e dependentes das grandes conglomerações industriais e comerciais, bem como na pobreza institucionalizada de trabalhadores, mulheres e crianças, que a extrema-direita tem o substrato que sustenta ideologias de identidade (exclusivismos étnicos e chauvinismos). A extrema-direita apropria-se de partes do programa da esquerda, de que são exemplos a “luta contra a corrupção” e as “adesões oportunistas” às mobilizações pela defesa da escola pública e do direito à habitação, por parte do Chega, **utilizando-os como instrumentos de demagogia social**. As camadas mais pauperizadas e despolitizadas serão a mais parte importante da tropa de choque desses movimentos. Um trabalho laborioso, com propostas sobre “comércio justo”, “trabalho cooperativo”, e de oposição à intermediação especulativa e assassina, pode limitar a retórica populista do Chega e afins.

O BE E A POLÍTICA INTERNACIONAL

1. INVASÃO DA UCRÂNIA – RETIRADA INCONDICIONAL DAS TROPAS RUSSAS COMO PALAVRA DE ORDEM!

A guerra na Ucrânia é consequência direta da **invasão** de um país soberano e independente desde 1991, que foi internacionalmente reconhecido como tal, inclusive pelo seu atual agressor, a Federação Russa, na plena integridade do seu território incluindo a Crimeia e o Donbass. É um estado-membro da ONU, que está a ser vítima de pilhagem territorial, e de matérias-primas, e de forças produtivas, em simultâneo com a destruição das suas cidades e do seu povo. Antes da invasão da Ucrânia, a NATO debatia-se com a crescente crítica e hostilidade de amplos sectores populares, designadamente na Europa. A invasão russa e o reconhecimento pela “opinião pública” europeia, da óbvia necessidade de apoiar a todos os níveis (incluindo ajuda militar) a resistência ucraniana, alterou aquele estado de coisas. Os países europeus, de modo isolado no início, assumiram a ajuda sem impedir a **captação política** que a NATO, *sem intervenção direta na guerra*, fez. O facto de não intervir na Ucrânia diretamente, não impediu que esta organização militar, ganhasse protagonismo público, assumindo um papel “protetor” de todos os europeus, incluindo países que dela não faziam parte e que agora a ela pretendem aderir. Fazer uma “análise concreta” da “situação concreta”, isto é, a invasão de um país por um outro é de elementar reconhecimento.

A militarização consome recursos público imensos, que são desviados de outras funções do estado, que deveriam reforçar o bem-estar social, na habitação, na saúde, segurança social, cultura...

Guerra significa pilhagem dos povos agredidos, antes de mais. Mas também do povo agressor. Nenhum outro sistema de produção de mercadorias dispõe de financiamento em tão larga escala e assegurado pelos impostos públicos, como o militar. O BE, deve apelar à constituição de movimentos antimilitaristas, na Europa e no Mundo, capazes de se opor à perpetuação da(s) guerra(s). Em particular, o BE, enquanto corrente inserida num partido europeu de esquerda, internacionalista, dará todo o apoio necessário à formação de movimentos antiguerra no interior da Rússia e não se opõe às formas de apoio, incluindo militar, à Ucrânia invadida.

A posição política da Moção E, que defende em simultâneo a retirada da Rússia e da NATO, do teatro da “guerra europeia”, escamoteia, esconde ou “lava” a situação concreta que foi (é) a invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa.

O BE deve defender a **retirada incondicional das tropas russas** do território ucraniano, como condição sine qua non para a prossecução de uma Conferência de Paz sob a égide da ONU.

2. O BE E A CHINA

O termo “**imperialismo** chinês” é um conceito inapropriado à luz da história política chinesa. A tomada do poder pelo PC chinês e a instituição de um regime “neo estalinista” de partido único, levou à expropriação da burguesia (que se refugiou em Taiwan) e a um regime onde a estrutura económica dominante contempla a posse pública – na verdade pela burocracia do partido comunista – dos principais meios de produção. A organização dominante do trabalho assenta em estruturas não capitalistas de gestão, mas também capitalistas, naquilo que Deng Xiao Ping apelidou de “um país, dois sistemas”, mas ambas, de modo diverso, dependentes do partido comunista. O conceito de “Imperialismo” (“Estado Superior do Capitalismo”) não se aplica pois linearmente à China. Do mesmo modo que “Socialismo” também não se aplica. É uma sociedade totalitária mercantil, pós-capitalista, de transição, inserida no mercado mundial, disputando neste a hegemonia contra os EUA. Se esta transição se fará no sentido da restauração capitalista, a exemplo do sucedido com a URSS, permanece por enquanto, em aberto. Uma vasta clique burocrática representada no partido comunista chinês usurpa o essencial da economia e do poder político, estendendo-o também à escala mundial, através de formas de domínio diversificadas: corrupção das elites dominantes nos mais diversos países (africanos, em par-



ticular), para onde exporta produtos manufaturados, esgota-lhe as matérias-primas, assumindo como moeda de troca, o resgate das suas dívidas. Estas relações de dependências, reforçam as oligarquias e consolidam a supremacia chinesa, num processo de neocolonização global. Esta natureza expansionista e agressiva da China não faz dela a segunda economia **capitalista** do planeta (segunda **economia mercantil** do mundo, é de certeza!), do mesmo modo que a expansão para Oeste da ex-URSS, no pós-guerra não o fez (à URSS). O combate a este novo tipo de colonização levada a cabo pelo Governo do Partido Comunista Chinês terá de ser feito pelos povos a ela submetidos e aos quais todo o apoio internacionalista é devido. Do mesmo modo que o combate pela defesa das minorias, dos direitos humanos, pela organização sindical livre do PCC, da liberdade de partidos políticos que possam exprimir a sua representatividade, e a luta pela libertação nacional (o Tibete, por exemplo), terá de ser uma tarefa nossa, local e internacionalmente. O retrocesso civilizacional que o Estado chinês representa no contexto mundial, com a instituição de formas de controle orwellianas (ou de tipo “PIDE muito avançadas” para que se entenda, do que falamos) não vai ser combatido por outras potências imperialistas, europeias ou americanas. A ameaça de regimes autoritários, como se desenham em países do Leste Europeu, ou as experiências trumpistas nos EUA ou, no Brasil, de Bolsonaro, não parecem ser epifenómenos. A ameaça do “retorno fascista” com novas faces autoritárias, nas “democracias ocidentais” com supressão das liberdades e conquistas civilizacionais está na ordem do dia. A China, é a sua “guarda avançada” e, combatê-la, permitirá (ou não) isolar os movimentos de extrema-direita em todo o mundo e em Portugal.

O BE, O CLIMA E O “ECOSOCIALISMO”

A crise climática é uma das expressões mais visíveis da crise ecológica, de destruição de habitats e biodiversidade, de desflorestação autóctone substituindo-a por culturas intensivas, florestais e agrícolas consumidoras de recursos hídricos numa escala jamais vista. No “Capitalismo Tardio” a mercantilização total, desde a arte ou cultura até às emissões de CO₂, ou da água que bebemos, são a expressão de uma agressão gigantesca, perpetrada pelo modo de produção capitalista – progressivo e destruidor ao mesmo tempo – aos ecossistemas à natureza em geral! A cultura intensiva de produtos agrícolas ou a eucaliptização, contribuintes líquidos para a escassez de água por exemplo, arrastam alterações na biodiversidade tão catastróficas quanto as climáticas. O eco-socialismo só o será na medida do aprofundamento da luta contra o sistema capitalista e burocrático global.

Subscritores:

António Alcino Norte Simões, 1476, Porto-Amarante
 António Ribeiro Pereira, 16305, Porto-Amarante
 António da Silva Gonçalves, 1474, Porto-Amarante
 Hugo Manuel Mota Cardoso da Silva, 1471, Porto-Amarante
 Maria Virginia Lima Rebelo Cerqueira, 1464, Porto-Amarante

PLATAFORMA DE PAREDES MAIS DEMOCRACIA, MAIS BLOCO

SUMÁRIO

1. Mais Democracia, mais Bloco
2. Mais organização local
3. As tendências
4. A Grande Purga de 1936-38

5. A Pequena Purga de 2023
6. Política de alianças
7. Habitação
8. A invasão da Ucrânia
9. A nova Coordenadora
10. Conclusão

1. MAIS DEMOCRACIA, MAIS BLOCO

Sempre que possível, **todas as decisões coletivas devem ser tomadas depois de auscultadas as bases**. Mas, no Bloco, os aderentes só são chamados para colar cartazes e para participarem em comícios e manifestações. Em contrapartida, as bases não são ouvidas nem achadas para escolher o candidato presidencial ou os candidatos europeus, nem para a tomada de decisões estratégicas.

A democracia interna implica que **os direitos das minorias devem ser respeitados**. Direito esse negado pela direção, que **expurgou as moções minoritárias**, evidenciando um claro desprezo pela democracia.

Este desprezo também se manifestou na **Madeira**, onde, em 2021, cometeram uma **violação ardilosa dos Estatutos** (artigo 20º, § 3) ao impedirem o voto por correspondência, com o objetivo claro e inequívoco de favorecer uma das duas listas em disputa, na eleição da CCR.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

O Bloco não está organizado em mais de metade dos concelhos do país.

Sem melhorar a organização, estaremos condenados a ter resultados fraquíssimos nas eleições autárquicas. Estaremos impedidos de crescer e ganhar consistência.

Continuaremos a estar longe de muitas localidades, sem tomar conhecimento e apoiar as suas lutas sociais e laborais.

3. AS TENDÊNCIAS

A existência de tendências faz parte do ADN do Bloco, pois, sem as suas tendências fundadoras, o Bloco não existiria. Mas estas tendências têm provocado as seguintes **entorses**:

3.1. **Fazem-nos perder democracia**, porque as decisões políticas mais importantes são pré-definidas pelas cúpulas das duas principais tendências e a as reuniões dos órgãos dirigentes servem apenas para sufragar as decisões antes «cozinhas»; isto transforma as reuniões numa absoluta inutilidade, num jogo com as cartas marcadas, em que o desfecho já está escrito antes da reunião ter começado;

3.2. **Fazem-nos perder organização**, pois todas as propostas para mudar os Estatutos, com vista a melhorar a organização interna, são sistematicamente rejeitadas, porque as tendências não querem deixar de controlar o Bloco, em prejuízo da sua organização.

3.3. **Fazem-nos perder tempo e energia**, porque enquanto as tendências organizadas desgastam os aderentes com a suas reuniões sectárias, estão a desperdiçar esforços que seriam muito mais bem utilizados em prol do desenvolvimento e implantação local do Bloco;

3.4. **Fazem diminuir a autonomia de pensamento**, pois a maioria dos seus membros alugam o cérebro aos dirigentes das tendências;

3.5. **Patrocinam a disputa por lugares** e não por ideias, porque cada uma das tendências tem uma agenda própria: colocar os seus membros em todos os lugares de destaque e usam esse objetivo espúrio para seduzirem os novos aderentes, prometendo-lhes cargos ou lugares, o que favorece o carreirismo;



3.6. **Exponenciam o caciquismo**, para atraírem jovens aderentes para sua tendência, mas também para arranjamem subscritores e votantes quando há disputas internas, valendo tudo para o conseguirem;

3.7. **Fazem aumentar o espírito de capela;**

3.8. **Fazem aumentar o divisionismo.**

Um Bloco pujante, democrático e socialista, não se compagina com estes vícios, trazidos pelas tendências. Contudo, é saudável que haja dentro do Bloco diferentes sensibilidades políticas de esquerda, desde que não cultivem esses vícios.

4. A GRANDE PURGA DE 1936-38

Em 1934, realizou-se o XVII Congresso do PCUS. Estaline já tinha assassinado todo o Politburo do tempo de Lenine, com exceção de Trotski, que tinha escapado, até ser barbaramente assassinado, no México, em 1940, por Ramón Mercader, agente do ditador.

No XVII Congresso, quando se elegeu um novo Politburo, Kirov foi o que teve mais votos e Estaline foi o menos votado. Estaline não gostou e, pouco tempo depois, Kirov foi assassinado, bem como mais de 2/3 do CC eleito neste congresso, como também mais de metade dos congressistas.

Este episódio foi o prenúncio da **Grande Purga de 1936-38, em que cerca de 1 milhão de membros do partido foram fuzilados e mais de 2 milhões foram enviados para o Gulag.**

O tenebroso genocida continuou a matar, aos milhões, até à sua morte, em 1953.

O estalinismo não é uma ideologia de esquerda pois se, para nós, a vida humana é o bem mais valioso, como poderemos considerar de esquerda uma ideologia responsável pelo extermínio de milhões de seres humanos?

Entre nós, **a Moção E é controlada por estalinistas**, embora a maioria dos seus integrantes sejam apenas incautos que se acolheram nesta tendência, por causa de divergências diversas com a direção do Bloco.

Foram seduzidos pela promessa de lutar por mais democracia, mas muitos já saíram, porque perceberam que esperar democracia dos estalinistas seria o mesmo que esperar colher maçãs numa laranjeira.

O **líder desta moção** ficou sem espaço na Moção A depois de 2015, quando as duas tendências principais se reconciliaram. O escândalo das moradas falsas foi o motivo que a RAC aproveitou para o descartar, em 2019. Em reação, ele metamorfoseou-se num novo paladino da democracia interna. Só que a democracia nunca o preocupou, nem sequer um minuto, nos 20 anos anteriores, enquanto foi dirigente do Bloco e da Moção A.

5. A PEQUENA PURGA DE 2023

As duas tendências que controlam o Bloco aprovaram o Regulamento Eleitoral da XIII Convenção, que impôs o número mínimo de 2% dos aderentes para os subscritores de uma moção, mas «esqueceram-se» que só deveriam contar os aderentes com as quotas em dia, no ano findo.

Além disso, optaram por não limpar os cadernos eleitorais, para inflacionar artificialmente o número de aderentes ativos e, com isso, cometeram uma **violação dos Estatutos** (artigo 3º, § 7, 8 e 9).

Contas mal feitas, aumentaram para 194 o número de subscritores das moções, ao contrário dos 20 que eram suficientes em todas as convenções anteriores.

Contas bem feitas, as duas moções aceites representam apenas 13% do universo eleitoral.

E os outros 87%? Não têm ou nunca tiveram as quotas em dia ou já morreram ou não subscreveram qualquer moção.

É curioso referir que, na Convenção 2014, a Moção E e a Moção U tiveram um total de cerca de 2 mil subscri-

tores. Agora, concorrem juntas e têm cerca de 900. Por isso, **falar em crescimento do Bloco é apenas uma falácia**, sem qualquer adesão à realidade. Os números não mentem, em vez de crescer, **o Bloco encolheu, nos últimos 10 anos**, nos planos eleitoral e organizativo.

Outra violação dos Estatutos (artigo 4º, § 1 – b) foi cometida quando se determinou que os delegados eleitos por plataformas não poderão ser eleitos para os órgãos nacionais, ou seja, podem eleger, mas não podem ser eleitos, colidindo assim com os Estatutos e com uma regra básica da democracia.

A direção tem estes tiques antidemocráticos, porque a maioria cresceu com a crença no «centralismo democrático» incrustada nas suas mentes e daí o seu desprezo pela Democracia.

A 25/03/2023, **uma delegação chefiada pela Coordenadora Nacional foi à Madeira**, levando consigo um ex-dirigente proscrito pela direção, em 2019, por causa do seu envolvimento no esquema das moradas falsas, e que foi apoiar o seu homem de confiança na região.

A reabilitação destes dois ensombrados é tão surpreendente, que já ninguém se admiraria se soubéssemos agora que as lideranças das duas moções articularam entre si a purga das moções mais pequenas.

Esta purga encerra uma contradição existencial: se fosse aplicada à Lei dos Partidos, o BE deixaria de existir, pois não teríamos capacidade de angariar as 160 mil assinaturas necessárias.

6. POLÍTICA DE ALIANÇAS

6.1. PS

Perdemos as últimas eleições, porque metade do nosso eleitorado não aceitou que fizéssemos cair o governo, ao lado da Direita e da Extrema-direita.

O principal erro que cometemos, a partir de 2019, é que nunca deveríamos ter negociado qualquer orçamento sem previamente fazermos um acordo escrito com o PS, como já tínhamos feito em 2015.

Esse acordo não se fez porque não havia vontade política de nenhuma das partes. A direção do Bloco, porque já estava farta de viabilizar os governos do PS. Costa, porque almejava a maioria absoluta.

Resultado: o PS ganhou e o Bloco perdeu.

Atualmente, com o desgaste do PS e o isolamento do PCP abriram-se excelentes condições para que o Bloco possa recuperar a sua capacidade de ser um polo aglutinador da Esquerda.

O espaço político, tal como a Natureza, tem horror ao vazio. O vazio deixado no espaço socialista pelo o abandono do PS tem de ser ocupado por nós. Para isso, temos de moderar o nosso discurso, para podermos chegar a mais pessoas, mas sem abdicar do socialismo, deixado órfão pelo PS. Neste balanço entre os nossos princípios socialistas e a vontade popular poderá residir o segredo do nosso sucesso. Ou seja, **as nossas propostas têm de ser aceites pelo povo para serem operacionalmente ativas.**

Este ano, as sondagens indiciam que **a Extrema-direita está a crescer à custa da descida do PS.** Esta subida deve-se, sobretudo, aos inúmeros casos de corrupção existentes no PS e ao aproveitamento que a Extrema-direita faz deles.

Assim, devemos afinar a nossa estratégia, atacando a Direita e a Extrema-direita, em especial, nos casos de corrupção em que eles são protagonistas.

A direção pensa o contrário. Dizem que deveremos continuar a focar-nos no combate ao PS e ignorar a Extrema-direita. Curiosamente, aplicando o mesmo raciocínio de Estaline nos anos trinta e que teve como consequência a demonização da social-democracia (apelidavam-nos de sociais-fascistas) e favoreceu a ascensão do fascismo na Europa.

Isto mostra que **a direção do Bloco tem sido incapaz de lidar com a Extrema-direita e com o PS** e, por isso, nos levou à última derrota eleitoral e continua a fazer tudo o que é preciso para nos levar até à próxima.

6.2. PCP

Se é certo que este partido defende princípios de esquerda em muitas matérias, também é certo que PCP diz defender a Liberdade e a Democracia em Portugal, mas apoia, de uma forma indecorosa, ditaduras neoes-talinistas, como a Coreia do Norte, China, Cuba, Venezuela, Nicarágua, etc., onde esses valores são assiduamente violados.

Esta contradição entre o discurso interno e as preferências externas do PCP demonstra cabalmente a sua **falsidade ideológica**.

O PCP evidencia também posições anacrónicas e conservadoras em matérias sensíveis como a eutanásia, serviço militar obrigatório, touradas, corridas de cães, igualdade de género, etc.

Mais recentemente, o PCP tem demonstrado apoio à invasão da Ucrânia pelos fascistas russos, o que faz dele um parceiro indesejável.

O comunismo é um ideal nobre, mas que foi completamente conspurcado pelos estalinistas.

6.3. OUTROS PARTIDOS

O **Livre** é o partido cuja linha política mais se aproxima da nossa. Contudo, tem um líder que, no passado, não se comportou muito bem. Sem escamotear este importante aspeto, devemos aproximar-nos deste partido, como, de resto, já o fizemos na Câmara de Oeiras.

Os **grupúsculos estalinistas** devem ser mantidos fora do cordão sanitário que nos protege dos criminosos.

Já em relação aos **grupúsculos trotskistas**, devemos ignorar os *entristas* e devemos dialogar com aqueles que querem participar.

7. HABITAÇÃO

O governo apresentou propostas para resolver o gravíssimo problema da habitação, que foram violentamente atacadas por todos os reacionários e também ... pelo Bloco.

A direção poderia apresentar sugestões para melhorar essas propostas, mas optou por escolher o campo do contra, tal como a Direita, a Extrema-direita e os proprietários.

Um partido fica encurralado quando não aprende com os seus erros e insiste em repeti-los.

8. A INVASÃO DA UCRÂNIA

Os estalinistas apoiam a invasão da Ucrânia, porque **foram treinados, toda a vida, a apoiarem as invasões soviéticas**, desde as invasões da Polónia, Letónia, Lituânia, Estónia e Finlândia, em 1939, até à invasão do Afeganistão, em 1979, passando pelas invasões da Hungria, em 1956, e na Checoslováquia, em 1968.

Os portugueses pró-soviéticos foram vítimas de contínuas lavagens cerebrais que os convenceram que essas invasões eram justas. Agora, eles limitam-se a transpor para o presente esse «glorioso» passado soviético e a Rússia de Putin, aos olhos deles, reencarna esse espírito, enterrado em 1991.

Entre nós, a **Resolução Política da Mesa Nacional de 04/02/2023**, aprovada pela Moção A, a reboque da Moção E, configura uma aproximação do Bloco às posições do PCP e de Putin. O PCP tenta relativizar, banalizar e normalizar os crimes de Putin, contrabalançando-os com os crimes dos USA e da NATO, noutras paragens. Mas, qualquer pessoa minimamente inteligente consegue atingir que a NATO e os USA já foram responsáveis por muitos crimes, mas a invasão da Ucrânia é da única responsabilidade do criminoso Putin. Ponto.

Qualquer pessoa sensata e bem-formada percebe que é o dever de todos os cidadãos europeus ajudar a Ucrânia a defender-se dos fascistas russos. Mas, nesta resolução, está escrito que os países europeus devem

fornecer armas «apenas defensivas» à Ucrânia, para favorecerem a paz. Enfim, **a paz que a direção defende é a paz do agressor** e não permitiria aos ucranianos recuperarem os territórios roubados pelos imperialistas russos.

Parece que a direção do Bloco está a desenvolver a mesma pulsão suicida do PCP.

9. A NOVA COORDENADORA

Depois de ter ficado no osso, o Bloco só poderá melhorar com a nova Coordenadora Nacional.

Esperemos que a sua capacidade se sobreponha à incapacidade intrínseca das tendências.

Desejamos-lhe boa sorte!

10. CONCLUSÃO

Os dirigentes do Bloco sempre evidenciaram défice democrático, mas, ultimamente, foram além do suportável.

Os Estatutos são deliberadamente vagos, para que a direção possa ter uma maior margem de discricionariedade, para aplicá-los conforme as suas conveniências.

Mesmo assim, **já nem se dão ao trabalho de respeitar os Estatutos** que eles próprios fizeram. Violaram-nos, inequivocamente, nas Eleições Regionais da Madeira e em dois artigos, na aprovação do Regulamento da XIII Convenção.

Comportam-se como donos disto tudo, não olhando a meios para imporem as suas decisões arbitrárias, com a indomável obstinação de quem está afincadamente a destruir este projeto coletivo, que tanta esperança devolveu ao povo de esquerda.

Esta Convenção é uma armadilha, onde ficamos sem escolha, prisioneiros de duas alternativas igualmente avessas à democracia.

E assim vai o Bloco, uns dias mal, outros dias pior, cada vez com o caminho mais estreito, na construção de uma alternativa credível no espaço político.

Subscritores:

Américo de Almeida Campos, 9572, Porto-Paredes,
Américo da Silva, 11122, Porto-Paredes
Andreia Filipa Ferreira Rodrigues, 14009, Porto-Paredes
António Cláudio Teixeira Cardoso, 14010, Porto-Paredes
António Fernando Correia Monteiro, 1489, Porto-Paredes
António Ferreira, 11123, Porto-Paredes
Carlos Vieira Teixeira, 15310, Porto-Paredes
Daniel Moreira Campos, 11117, Porto-Paredes
David Emanuel Rocha Lobo, 16504, Porto-Paredes
Fernando Campos Ribeiro, 15174, Porto-Paredes
Fernando Ferreira Campos, 15186, Porto-Paredes
Heitor Manuel Moreira dos Santos, 14235, Porto-Paredes
Isabel Cristina Barbosa de Sousa, 15176, Porto-Paredes
Jaime Ferreira dos Santos, 10152, Porto-Paredes
Joaquim Santos Leal, 10952, Porto-Paredes
Luís Gabriel Lopes de Almeida Campos, 10153, Porto-Paredes
Manuel Evaristo Moreira Campos, 11124, Porto-Paredes
Maria Beatriz Ferreira Rodrigues, 15973, Porto-Paredes



Maria Fernanda Nogueira da Rocha, 11104, Porto-Paredes
Mónica Filipa Coelho Ferreira, 10384, Porto-Paredes
Olívia Moreira de Barros, 11165, Porto-Paredes
Paulo Fernando Ribeiro Santos, 10901, Porto-Paredes
Rosa Maria da Silva Dias Ribeiro, 15184, Porto-Paredes

SANTARÉM EM EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, SOCIAL E MILITANTE

A política que nos serve é a que serve a gente e o espaço, uma política da esquerda irreduzível na transformação social, intransigente na luta ecológica, feminista, lgbtqia+, antirracista e antifascista, no combate à desigualdade, onde cada luta emancipatória cabe e onde se constrói comunidade. Quem traz a luta para a rua transporta consigo a esperança.

O território do distrito de Santarém excede o eixo litoral de desenvolvimento e sobrepovoamento do país e apresenta características de interioridade e rarefação populacional. É um espaço que sucumbe ao abandono sistémico por parte da administração pública, que concentra serviços deixando desprotegidas e onerando financeiramente populações e empresas, aumentando assimetrias e hipotecando o futuro de gerações. Saem os novos, ativos e com capacidade reivindicativa, e sobram os velhos com cada vez menos cuidados prestados.

É necessário um território cuidador, de serviços públicos universais. A cada um, independentemente da sua idade e capacidade, deve ser garantida autonomia no acesso com qualidade à saúde, educação, sem esquecer a rede pública de creches e jardins de infância, comunicação, cultura e mobilidade, mas também à alimentação, energia e habitação. Sem isso não há justiça social nem ecológica. A evolução tecnológica tem de servir para aproximar os serviços do cidadão e onde não há rede de serviços tem de haver serviço ambulatorio. É nas respostas sociais que importa garantir e privilegiar o apoio domiciliário e a autonomia, seja na rede pública de cuidados paliativos e continuados, nos cuidados de saúde, no apoio a idosos ou a portadores de deficiência.

Ao cuidado deve aliar-se a liberdade, liberdade individual, emancipatória, que traz a cidadania plena. Os ataques à autoafirmação, com a normalização do racismo, da xenofobia, transfobia ou da homofobia, têm de ser combatidos, esse combate passa pela educação, pela ampliação da diversidade cultural, pela garantia da preservação da memória e do património. Mas a emancipação individual, que ultrapassa a liberdade e a subsistência precisa da aposta na democratização da cultura, quer no acesso quer na criação cultural.

Já na mobilidade o BE não pode abandonar a exigência de acesso a transportes públicos, incluindo as zonas de menor densidade populacional, com o reforço da oferta ferroviária de passageiros e mercadorias, a remodelação das estações do Entroncamento e Abrantes, a conclusão da A13 e o IC3 com a eterna promessa da acessibilidade ao Ecoparque do Relvão, e a construção de uma nova travessia do Tejo a norte da Chamusca.

A política governamental ambiental, de descarbonização da economia e de transição energética está a revelar-se um desastre do ponto de vista dos ecossistemas e da biodiversidade. A priorização do negócio privado e do lucro irresponsável não se esgota na precarização de serviços públicos impactando ainda na estrutura produtiva e na paisagem, com substituição das culturas e pecuárias extensivas por regimes intensivos e ultra intensivos, enquanto o estado português vai aceitando com complacência indústrias poluentes e atividades económicas predatórias.

Falta fazer regionalmente o debate sobre a Transição Justa da Central do Pego, bem como é urgente desmascarar o processo de transição energética com a proliferação sem critério das centrais fotovoltaicas, sem responder a um modelo transformador de produção e consumo de energia. Mas o reforço da Resiliência Hídrica do Tejo (proposta do governo), o aumento das áreas de regadio na região ou a revisão dos caudais ecológicos, com a revisão da Convenção de Albufeira, são temas amplamente debatidos nos movimentos ambientais e de cidadãos mas que não cumulam numa tomada de posição inequívoca do Bloco de Esquerda. Temas como a monocultura, a agricultura intensiva e superintensiva que continua a proliferar, com o avanço permanente de um deserto verde, a erosão dos solos ou a poluição difusa, resultante de produção pecuária, agrícola e industrial, continuam a ser problemas a responder.

É inevitável reeducar os modos de consumo e assumir a produção de proximidade, tendencialmente cooperativa, da alimentação à energia. As estruturas de poder local e “regional” não querem transformar, não mudam a lógica de poder, de crescimento infinito e recusam centrar o planeamento nas pessoas e no ambiente.

Mas o Bloco de Esquerda também precisa de ultrapassar a sua excessiva institucionalização. O enfoque nas estruturas administrativas, e na perspetiva burocrática da gestão da coisa pública, desguarnece muitas vezes a relação com a política real e principalmente a sua comunicação para e com as pessoas.

Depois das derrotas eleitorais e da reestruturação interna que as seguiu, o bloco precisa de muito: orientação política, organização, representatividade. O partido precisa de mais militantes, motivados, diversos, esclarecidos, menos constrangidos por tendências e sensibilidades, precisa de organização coletiva e horizontal. Militância para além das quotas, do financiamento da sede, do financiamento das atividades do partido, do agitar de bandeiras e da moldura humana. Importa conhecer e agir sobre o território real, dos aderentes, das concelhias e da sociedade civil são prioridades para esta plataforma.

Mas que dificuldades enfrenta a militância? Sente-se valorizada, transporta para o movimento a sua experiência de vida, o seu trabalho, a experiência académica, associativa, sindical? É possível resgatar a militância para a participação dentro e fora do partido, para a partilha de experiência e a ampliação da capacidade do coletivo de intervir nas comunidades locais? Consultar, debater e estabelecer prioridades, informar e prestar contas. Restabelecer as redes de contacto entre as concelhias, criar e disponibilizar bolsas de propostas locais e regionais, prestar e receber apoio político, logístico, burocrático, numa lógica de interajuda e de cooperação.

Entre os deveres do estado e as propostas do bloco de esquerda ficam as comunidades onde vivemos. É necessário compreender o que é esperado do Bloco de Esquerda pela população, pelos trabalhadores, do setor público e privado, com as suas reivindicações e dificuldades, o tecido empresarial composto por tantas micro, pequenas e médias empresas, esmagadas pela política fiscal, pela grande distribuição, pelas grandes superfícies com a conivência dos sucessivos Governos, Autarquias, e Entidades Reguladoras, as Instituições que prestam serviços fundamentais à população. É este envolvimento, que começa nas camadas mais jovens da população que é necessário alimentar.

Mas... e dentro do partido?

O Bloco de Esquerda é hoje um partido exangue que desmobiliza os seus, esmaga na secretaria a participação, desconsidera opiniões divergentes e asfixia minorias de que desconfia. No distrito de Santarém, o Bloco de Esquerda divide-se entre duas forças, num choque com prejuízo para as populações. Crescer e agir para além desta lógica é urgente.

Da Comissão Coordenadora Distrital às concelhias, as lógicas de fação criam bloqueios à necessária cooperação entre camaradas, estruturas locais e autarcas eleitos. É desenvolvida uma inoperacionalidade que diminui a qualidade e quantidade de trabalho político, e promove o afastamento de militantes, que entre suspensões de mandato e abandono do partido vai provocando um deslaçamento da militância, que se sente cansada, mas também inútil. A militância local, que resiste a complexos jogos de poder e interesses grupais, vai aguentando por acreditar na viabilidade do projeto de sociedade que o Bloco defende.



Face ao anúncio da sua morte, é urgente acelerar a democracia interna, estimular os processos democráticos e participativos. Só em Santarém a percentagem de subscritores de moções passou de 43 para 29% dos militantes, temos mais militantes, mas menos engajados? Certo é que aqui 70% dos bloquistas escolhem não tomar partido dentro do partido.

O BE no Distrito de Santarém fruto de uma CCD ST bloqueada, perdeu a capacidade de ombrear, no espaço público, com as outras forças políticas. O BE não consegue em tempo útil pronunciar-se sobre as propostas estruturantes para o distrito quer vindas de outras forças políticas, quer de instituições e entidades com competência na organização do território.

O Bloco não tem, a nível distrital, um projeto político-administrativo que posicione o distrito à escala regional e nacional, mas é urgente a construção neste projeto para o distrito de Santarém, um projeto que transmita confiança à população, às associações e aos restantes agentes económicos.

Não nos resignamos ao silêncio porque do nada, nada vem. Estamos dentro do partido e insistimos que há um partido a cerzir e que isso deve começar nesta convenção nacional.

Creemos na intervenção dentro e fora das instituições do Estado. Na esquerda que se constrói de baixo, que se alicerça num coletivo que resista a maus resultados eleitorais e que reforça a militância quando o contexto social e a conjuntura política lhe falham. A esquerda que tem sedes, que integra os vizinhos, de bairro e de luta, que disputa o espaço público e as gentes, que acredita na radicalidade da democracia.

Sem proximidade não há política de esquerda. Nem dentro, nem fora do partido. Acreditamos que que a militância local importa, livre dentro do partido, descomprometida com as estruturas de poder, comprometida com o partido e com o Povo!

Subscrito por:

Ana Sofia Ligeiro Mendes Pereira, 13327, Santarém-Torres Novas

Armindo Rodrigues Silveira, 10694, Santarém-Abrantes

Carlos Miguel Matos Lucas, 14482, Santarém-Abrantes

Pedro Alexandre Leitão Grave, 3775, Santarém-Abrantes

MARGEM SUL + MOVIMENTO + DEMOCRACIA BARREIRO/MOITA

Vivemos tempos de grande complexidade onde, ao aumento das desigualdades sociais, se junta uma crise climática galopante. São faces de um sistema capitalista que tem como "modus operandi" a exploração dos trabalhadores e da natureza. São necessárias alterações que garantam a transformação radical da sociedade, rumo ao Socialismo, que salvguarde a justiça social e o futuro do planeta.

UMA POLÍTICA PARA AS PESSOAS

As cidades da margem sul do Tejo, funcionando muitas vezes como dormitórios, cresceram de forma desordenada e sem grandes preocupações ambientais. Embora com ilhas de ruralidade, nas franjas dos concelhos, são constituídas essencialmente por populações de forte incidência operária a que se juntaram vagas de imigrantes principalmente vindos das ex-colónias. A este território foi sempre colado o estigma da sub-urbanidade, de zona desvalorizada da periferia de Lisboa. Com o fecho das fábricas e não havendo

na região empregos que suportem o sustento das famílias, as pessoas viraram-se para a capital. Partem de madrugada e regressam à noite num vai-vem na procura da sobrevivência, despejadas pelos transportes fluviais e outros, muitos imigrantes ou descendentes destes. São vidas difíceis de trabalho precário e mal pago nas limpezas, restauração, comércio, principalmente. Às mulheres espera-as ainda um esforço de trabalho suplementar no cuidado da casa e dos filhos, antes do descanso que as faça recuperar forças para novo ciclo de trabalho.

Aos sucessivos governos pouco importa esta realidade social; vergados aos interesses económicos, empurram as populações para a miséria, sem responder à inflação e ao aumento do custo de vida, desinvestindo nos serviços públicos, na saúde e na educação. As autarquias, por sua vez, mostram-se submissas aos interesses instalados e lóbis locais não investindo na qualidade de vida dos mais frágeis.

Perante a crise social e precarização do trabalho, a maioria absoluta do PS oferece sucessivos casos de corrupção e favorecimento, na rua levantam-se protestos que é preciso ter em conta e apoiar, contra a extrema-direita que cavalga a desgraça, contra o conservadorismo, contra o machismo, denunciando os femídeos e procurando medidas de proteção das vítimas, contra o racismo e quem o vai defendendo de forma aberta.

De Lisboa vem a aposta cega no turismo que influenciou a criação de "hostels" e alojamento local nos concelhos limítrofes e amplificou a especulação imobiliária. Nos municípios ribeirinhos, onde proliferam habitações em ruínas e encerradas, vêem-se casas devolutas a serem vendidas a capitais estrangeiros, visando especular e lucrar. Como consequência desta situação, criou-se uma fragilidade imensa na população que acabou empurrada para habitações indignas. Enquanto isso, nascem condomínios de luxo mesmo ao lado, dentro do perímetro urbano.

Queremos que o estado invista na habitação, trave a especulação, reabilite e disponibilize casas a custos controlados.

Preservar o ambiente, melhorar a qualidade das águas, proteger as zonas de sapal e os habitats, investir em espaços de lazer, culturais e desportivos, acessíveis, deveria ser a prioridade dos executivos, em toda a escala do Arco Ribeirinho. Para isso será imprescindível que se faça um Plano de Ordenamento Municipal que aposte na preservação e revitalização das zonas ribeirinhas e sua biodiversidade, na qualidade de vida dos habitantes e não na viabilização de lucros escandalosos de grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

Apostar numa rede de transportes que sirva as populações locais que estabeleça ligações entre os municípios da margem sul e consiga colmatar a falta de transportes que continuam insuficientes e a não cumprir horários, deixando a população à mercê do transporte individual. Também a ligação fluvial se tem degradado, colocando a urgência de uma rede de transportes públicos não poluente que sirva as pessoas, não esquecendo a importância do alargamento da rede de ciclovias.

Investir na preservação do património histórico e cultural, recuperar os moinhos de maré, no Barreiro e na Moita, assim como nas embarcações tradicionais do rio Tejo que viabilizam não só a ligação das pessoas ao local onde vivem e à sua história, como também permitem a defesa de postos de trabalho e de pequenas oficinas, como é o caso do Estaleiro Naval em Sarilhos Pequenos onde, recentemente, foi construída a "Muleta", embarcação tradicional do estuário do Tejo.

Multiplicar iniciativas de ordem cultural, com incentivos à criação de círculos de debates e publicações que tenham a ver com as memórias da resistência, num território tão rico a nível de lutas anti-fascistas, passar este testemunho às novas gerações promovendo a intervenção nas escolas. Apostar no associativismo, na preservação das memórias que guardam as velhas colectividades, locais de resistência e de luta, e são várias nestes dois concelhos.

UMA POLÍTICA INTERNA COM DEMOCRACIA E DE BAIXO PARA CIMA

Na génese do Bloco de Esquerda esteve a diversidade e pluralidade de opiniões e sensibilidades que se tem vindo a perder perante o estrangulamento imposto pelas correntes maioritárias, o objetivo de controlo do aparelho, verticalizando a organização, restringindo a participação e empurrando para as margens quem pensa de forma diferente. Os tempos que vivemos são complicados para o partido, para o país e mundo em geral e é contraproducente esta política de funcionamento, que afasta militantes, que gera desgaste, desilusão e abandono. O Bloco precisa de distritais e concelhias a funcionar, abertas ao debate e não apenas servindo de veículo de informações, com orientações vindas de cima e em que os militantes não sejam meros tarefeiros ou contribuintes. É necessário construir de baixo para cima, com todos, intensificando o debate, com atividade e autonomia face ao parlamento e que reforce quem é eleito.

O trabalho local deve ser o alicerce do partido, o centro da intervenção política que permite enraizar, crescer e gerar movimento, criar alegria militante na construção da sociedade e local onde vivemos, do partido-movimento que se vai perdendo. Fazer o levantamento das necessidades das populações e integrar movimentos de contestação e defesa das pessoas, comissões de utentes, de bairro, grupos mais ou menos formais em torno da defesa do meio ambiente, das hortas urbanas, contrariando o consumismo desregrado e privilegiando um comércio sustentável, contra a violência sobre as mulheres e crianças, assim como a intervenção nas Escolas versando temáticas diversas que possam contribuir para a formação dos jovens com vista à construção de uma sociedade mais fraterna e inclusiva, mais justa e igualitária.

Apresentaremos à XIII Convenção do Bloco uma Plataforma porque não nos revemos em nenhuma das Moções, mas queremos continuar a militar neste partido que é o nosso, a participar nas suas iniciativas a nível nacional, nas estruturas locais e distritais, intervindo com espírito crítico e propositivo, no sentido de contribuir para os desafios que se vislumbram nestes tempos de conjuntura difícil tanto a nível interno como externo.

Subscvem:

David Teixeira do Rosário, 12900, Setúbal-Barreiro
Maria do Rosário Guerreiro Vaz, Setúbal-Barreiro
Maria Jorgete Ribeiro de Sá Teixeira, Setúbal-Barreiro

+ PARTIDO + MOVIMENTO NO LITORAL ALENTEJANO

Crise climática e aumento das desigualdades são duas faces da mesma moeda – a exploração da natureza e dos trabalhadores pelo sistema capitalista. São imprescindíveis mudanças que, com o Socialismo no horizonte, garantam a sobrevivência da Humanidade e a transformação radical da sociedade. A ideologia do progresso assente numa lógica do crescimento infinito está esgotada. Para satisfazer as necessidades reais da população, é preciso socializar os meios de produção estratégicos e adotar um planeamento orientado a partir de baixo, amplamente democrático e baseado em formas de organização popular.

JUSTIÇA SOCIAL E ECOLÓGICA

As políticas neoliberais dos governos PS e PSD/CDS, as limitações da “geringonça” e a submissão das autarquias aos interesses instalados e a instalar, mesmo do PS e da CDU, têm degradado social e ambientalmente a região.

A maioria absoluta do PS, não responde aos problemas que enfrentamos e desloca-se para a direita, agravando-os. É da mobilização das ruas que nasce a esperança, com a luta climática, laboral, serviços públicos de qualidade (como os professores vêm demonstrando), feminista, contra o racismo e a extrema-direita.

No Litoral Alentejano é indispensável pensar na alternativa ecologicamente sustentável e socialmente justa, responder a quem aqui vive e trabalha, com futuro para os jovens e dignidade para os mais velhos. Acesso pleno à cultura, saúde, educação e habitação digna; transportes públicos; (re)industrialização livre de fósseis e produção pública de energia renovável; agricultura de proximidade e cooperativa; gestão racional da água; turismo regulado e de baixa densidade, acessível a todos.

A vida e a região são incompatíveis com o laboratório dos grandes interesses económicos, predatório e orientado para o lucro. O Litoral Alentejano é hoje um território central para o capital. Cabe à esquerda responder com radicalidade, organizada a partir de baixo.

A dependência fóssil do Complexo Industrial de Sines, o aumento da capacidade de armazenagem de Gás Natural e os anunciados investimentos “verdes” não respondem à urgência climática, especulam e aumentam do custo de vida. O encerramento da Central Termoelétrica sem respeito pelos trabalhadores confirma a orientação economicista da transição comandada pelos acionistas.

Tudo é admitido neste território em sacrifício. O turismo de luxo, que invade e destrói o último cordão dunar virgem no concelho de Grândola, os maiores parques fotovoltaicos da Europa em Santiago do Cacém, o ressurgir da prospeção e exploração mineira em Alcácer do Sal, são sintoma da desconsideração da população e das pequenas atividades económicas.

Odemira é um “oceano de estufas”; aqui a agricultura esgota terras, contamina solos e consome a água que sobra da calamitosa seca, deixa barragens em níveis mínimos de armazenamento e recupera o abastecimento de povoações com autotanques. O trabalhador migrante, sobre explorado e sem direitos, é guetizado e paga com a dignidade o lucro do patrão.

TRABALHO LOCAL E DEMOCRACIA INTERNA

Na resposta não nos demitimos de intervir dentro ou fora do aparelho de estado. A disputa institucional e parlamentar é importante, mas o centro da intervenção política deve ser a construção de baixo para cima, é o esforço coletivo que alarga e enraíza o bloco, que o torna resistente à volatilidade eleitoralista e à desmobilização, e reforça os eleitos locais.

Um Partido/Movimento recusa o centralismo, confia nos militantes, investe na organização em baixo, nos núcleos (freguesia; bairro; empresa), em sedes vivas (espaço de intervenção, convívio e aprendizagem), integra movimentos, sindicatos e associações, intervém na disputa pela hegemonia cultural.

O apoio das estruturas centrais e distritais às estruturas locais e concelhias é fundamental, assegurando autonomia política e financeira, aproximar a política dos problemas reais gera movimento social. Defendemos o princípio da entreaajuda, estatutariamente expresso, na possibilidade de criar estruturas sub-regionais, designadamente inter-concelhias, onde é difícil o enraizamento e estruturação local.

O Bloco precisa de todos e de mais aderentes, independentemente da sensibilidade ou opinião. Um Partido/Movimento que se diferencie à esquerda não desiste da democracia radical e foge a calculismos de



sobrevivência aparelhística, que a deteriora, fecha e exclui. O sectarismo das tendências e maiorias bloqueia o Bloco, impede o debate, desvaloriza órgãos eleitos, verticaliza a organização e subestima a participação militante. Demonstração disto é a opção administrativa de excluir as minorias da Convenção, com o aumento do número mínimo de subscritores de Moções, de 20 para 194 aderentes.

Apresentamos à XIII Convenção do Bloco uma Plataforma construída a partir de baixo, não nos revemos em nenhuma Moção, o Bloco de Esquerda é o nosso partido e é aqui que continuamos a estar e a intervir, nas estruturas locais, nas assembleias estatutariamente estabelecidas, onde entendamos que a nossa participação seja politicamente útil, com reflexão crítica e proposta política, contribuindo para os grandes objectivos políticos que temos pela frente.

Subscrevem:

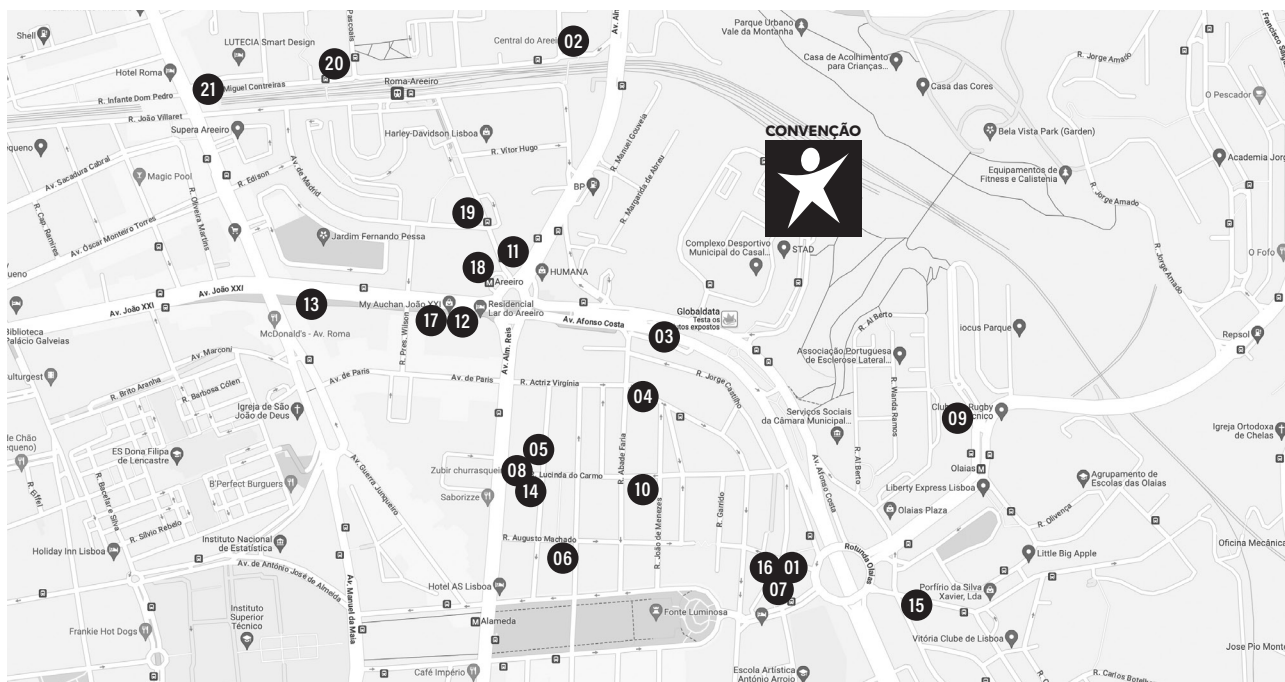
Amélia da Assunção Batista Duque, 525, Setúbal-Sines
Ana Maria Caixeirinho Penas, 4482, Setúbal Alcácer do Sal
Bruno Alexandre da Silva Candeias, 11738, Setúbal-Santiago do Cacém
Carmen Sofia Martins Figueira, 16831, Setúbal-Santiago do Cacém
João Manuel Martins Madeira, 520, Setúbal-Santiago do Cacém
Jorge Manuel de Jesus Santana, 4900, Setúbal-Santiago do Cacém
Luís Miguel Pires Pereira, 250, Setúbal-Alcácer do Sal
Nádia Lopes Penas, 7524, Setúbal-Alcácer do Sal
Olavo de Pinho Tavares, 14837, Setúbal-Santiago do Cacém
Victor Manuel Veloso dos Santos, 12808, Setúbal-Santiago do Cacém



INFORMAÇÃO ÚTIL



RESTAURANTES



01. MOLHA O BICO

R. Veríssimo Sarmento, 53
Custo médio: 12 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: sob encomenda

02. CENTRAL DO AREEIRO

Av. Frei Miguel Contreiras, nº 6 F
Custo médio: 13 €
Aberto: Domingo
Opção vegetariana: sim

03. DOMINO'S PIZZA AREEIRO

Av. Afonso Costa, 12 A
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: sim

04. SUSHI KITANORI

R. Barão de Sabrosa, 315 A
Custo médio: 15 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: não

05. CASA DONA ROSITA

R. Lucinda do Carmo, 12
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: não

06. SABORES MINHOTOS

R. Actor Isidoro, 3
Custo médio: 12 €
Aberto: Domingo
Opção vegetariana: sob encomenda

07. PEPE & OLIVA PIZZARIA

R. Cristóvão Falcão, nº 9 C
Custo médio: 12 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: sim

08. ZUBIR CHURRASQUEIRA

R. Lucinda do Carmo, 21 C
Custo médio: 10 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: não

09. FEI HE

Av. Eng. Arantes e Oliveira, 13 D
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: sim

10. TASCAS DO MIGUEL

R. Egas Moniz, 45 A
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: sim

11. RESTAURANTE ANSIÃO

Praça Francisco Sá Carneiro, nº 8 A
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: sob encomenda

12. RADHE KRISHNA (VEGETARIANO)

Av. João XXI, 5 A
Custo médio: 11 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: exclusiva

13. SAISHO RAMEN

Av. João XXI, 19
Custo médio: 11 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: sim

14. A TASCAS DO TRETAS

R. Carlos Mardel, 115 A
Custo médio: 12 €
Aberto: Domingo
Opção vegetariana: não

15. OS MIMOS DO CHURRASCO

Lg. Honório Barreto, Lt. 325 - Lj D
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: não

16. MEALSSY PIZZARIA

R. Veríssimo Sarmento, 51 A
Custo médio: 10 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: sim

17. O POTE

Av. João XXI, 7
Custo médio: 13 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: não

18. PASTELARIA CINDERELA

Praça Francisco Sá Carneiro, 7 D
Custo médio: 12 €
Aberto: Domingo
Opção vegetariana: não

19. PAK LOK TAK

Av. de Madrid, 2 B
Custo médio: 8 €
Aberto: Sábado
Opção vegetariana: sim

20. HAPPY EATING

R. Teixeira de Pascoais, 1 A
Custo médio: 12 €
Aberto: Sábado (almoço)
Opção vegetariana: sim

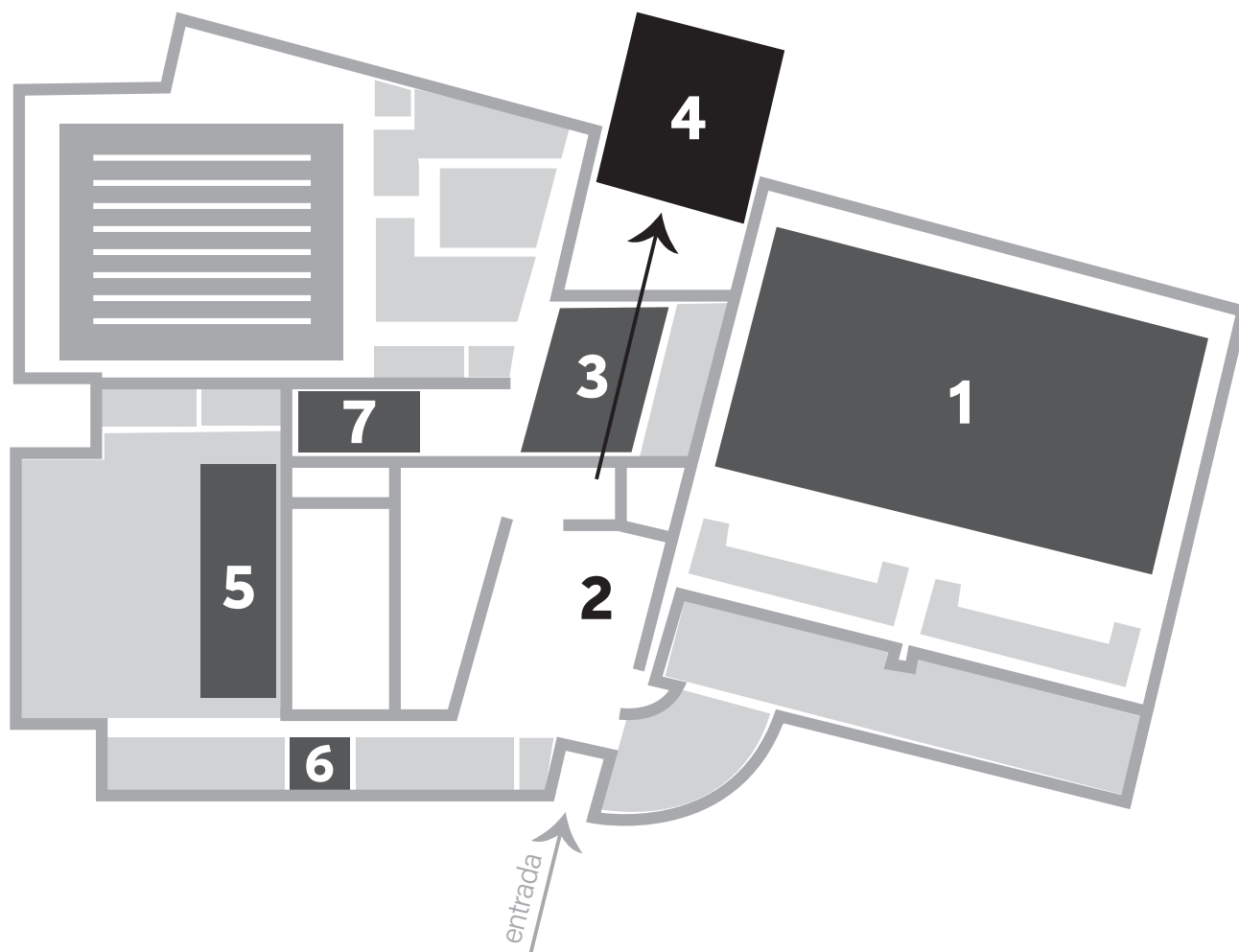
21. MOTHER BURGER (VEGETARIANO)

Quiosque Ext. à Est. Roma, Av. São João de Deus S/N
Custo médio: 11 €
Aberto: Sábado e Domingo
Opção vegetariana: exclusiva



PLANTA DA CONVENÇÃO

COMPLEXO MUNICIPAL DO CASAL VISTOSO



- 1. ESPAÇO DA CONVENÇÃO
- 2. CREDENCIAÇÃO / BANCA
- 3. CAFÉ/SNACK BAR
- 4. W.C.

- 5. CRECHE
- 6. SALA SECRETARIADO
- 7. LOCAL VOTAÇÕES

CRECHE

As inscrições para a creche onde os/as delegados/as poderão deixar os/as filhos/as durante o período em que decorrem os trabalhos da Convenção devem ser feitas para (creche@bloco.org) até ao dia 21 de maio. Agradecemos que indiquem nome e idade da criança, além do contacto telemóvel do encarregado de educação. Só poderão ser aceites crianças entre os 3 e os 10 anos.

VOLUNTARIADO

A organização da XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda exige a concretização de inúmeras tarefas. Para esse efeito, são constituídas diversas equipas às quais são atribuídas funções específicas, como por exemplo a montagem, desmontagem, bancas, segurança, mesa de apoio à mesa, entre outras. Caso tenhas disponibilidade para integrar algumas destas equipas contacta-nos através do endereço eletrónico voluntariado@bloco.org.



Participa na campanha de angariação de fundos

doar.bloco.org

